



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Lucileila de Sousa Cardoso

ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA COM A PARTICIPAÇÃO JUVENIL uma avaliação do **PRONASCI** em Fortaleza



FORTALEZA-CE

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Lucileila de Sousa Cardoso

**ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA COM A PARTICIPAÇÃO JUVENIL:
uma avaliação do PRONASCI em Fortaleza**

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre (M.Sc.) em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. José Almir Farias Filho

FORTALEZA-CE

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

FICHA CATALOGRÁFICA

CARDOSO, Lucileila de Sousa

Enfrentando a violência com a participação juvenil: uma avaliação do PRONASCI em Fortaleza. MAPP-UFC, 2011.

138 fl. Dissertação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

1. PRONASCI; 2. Violência e Juventude; 3. Avaliação de Políticas Públicas; 5. Fortaleza-CE.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARDOSO, Lucileila de Sousa (2011). **Enfrentando a violência com a participação juvenil: uma avaliação do PRONASCI em Fortaleza.** Dissertação de Mestrado, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 138 fl.

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: **Lucileila de Sousa Cardoso**

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: **Enfrentando a violência com a participação juvenil: uma avaliação do PRONASCI em Fortaleza. Mestre / 2011.**

É concedida à Universidade Federal do Ceará permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Lucileila de Sousa Cardoso

Contato: (85) 8608.7304 / lucileyla@yahoo.com.br **CEP:** 60.351-760 **Cidade:** Fortaleza-Ce

FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

TÍTULO DO TRABALHO: **Enfrentando a Violência com a Participação Juvenil: uma avaliação do PRONASCI em Fortaleza.**

MESTRE: **Lucileila de Sousa Cardoso**

BANCA EXAMINADORA CONSTITUÍDA PELOS PROFESSORES:

Prof. Dr. José Almir Farias Filho (UFC) – Orientador - Presidente

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (UFC) - Membro Interno

Prof. Dr. Irapuan Peixoto Lima Filho (UECE) - Membro Externo

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi (UFC) – Suplente

Fortaleza, CE – BRASIL

2011

Dedico todo o esforço deste trabalho, os resultados e impactos que poderão ocorrer após a sua leitura, a quem me criou e orientou na vida: meu Pai.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os que contribuíram, das mais diferentes formas, para a realização desta pesquisa, numa demonstração sincera de pessoas e instituições que apostam numa sociedade de Paz.

Neste sentido, expressamos nossos agradecimentos, primeiramente à Deus, pela força e inspiração em meio a perda (de meu pai) durante o processo desta investigação.

Logo após, meus agradecimentos ao meu orientador, prezado e zeloso Professor Almir Farias que me ensinou a crescer como cientista social, tendo prudência nas orientações, dando a liberdade necessária de expressão, e ao mesmo tempo 'podando a árvore' para que venha frutos acadêmicos caprichados e saudáveis.

Ao meu esposo, por acreditar e investir em meus conhecimentos.

À minha querida mãe, minha avó, irmãs e sobrinha, pela torcida.

Meus calorosos agradecimentos aos jovens, por suas brilhantes ideias, e disposição em participar desta pesquisa.

À Lúcia Bertini, pelo acolhimento. Edson, pelo resgate histórico do PRONASCI em Fortaleza. Lorena, pelo direcionamento durante a mobilização da pesquisa e Patrícia pelo apoio e companhia na comunidade.

À equipe de professores, coordenadores e técnicos do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC, pelo cuidado de nos ensinar a sermos Mestres, com eficácia e qualidade.

“Aparte-se do mal e faça o bem; busque a paz e siga-a.”

1 Pedro 3: 11

ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA COM A PARTICIPAÇÃO JUVENIL uma avaliação do PRONASCI em Fortaleza

Lucileila de Sousa Cardoso

RESUMO

Este estudo tem por objetivo avaliar o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), em seu eixo “prevenção à violência” com o envolvimento da comunidade juvenil constante do Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO. O PRONASCI/Protejo foi avaliado a partir do estudo de caso do Território do Grande Bom Jardim, um conjunto de bairros situado na periferia da cidade de Fortaleza, durante o período 2009/2010. Buscou-se um processo avaliativo em três partes: concepção, implementação e de resultados. Esta avaliação se dá à luz do entendimento da população-alvo e técnicos envolvidos sobre o PRONASCI/Protejo, bem como da análise crítica dos problemas organizacionais e processuais e das metas projetadas. Dentre os resultados relevantes desta avaliação é possível destacar as idéias dos jovens para o enfrentamento à violência, que podem contribuir para a melhoria no planejamento e execução de políticas públicas que envolvam a participação juvenil como estratégia de prevenção e controle da violência.

Palavras-Chave:

1. PRONASCI; 2. Violência e Juventude; 3. Avaliação de Políticas Públicas; 4. Fortaleza-CE.

Fighting the Violence with the Youthful Participation : a PRONASCI's evaluation in Fortaleza-Ce

Lucileila de Sousa Cardoso

ABSTRACT

This study aims to test the program called Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) in its axis “preventing the violence” with the constant youthful community involvement with the project named Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável do Grande Bom Jardim, a neighborhood complex placed far from Fortaleza’s downtown during the period between 2009/2010. It was sought an evaluation process in three parts: conception, implementation and results. This evaluation occurs from the understanding of the target population and technicians involved in PRONASCI / Protejo, and also from the critic analysis of the organizational and procedure problems and the projected goals. Among the relevant results of this evaluation it is possible to point the young people’s ideas to fight the violence which can contribute to the best planning and performance of public politics that involves the youthful participation as an strategy to prevent and to control the violence.

Keywords:

1. PRONASCI; 2. Violence and Youth; 3. Public Policy Evaluation; 4. Fortaleza-CE.

LISTA DE MAPAS E QUADROS

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Taxa Média de Homicídios no Ceará	62
Mapa 2 – Homicídios na Cidade de Fortaleza	62
Mapa 3 – Regionais Administrativas de Fortaleza	72
Mapa 4 – Destaque da Regional V	72
Mapa 5 – Território do Grande Bom Jardim - Regional V.....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Vulnerabilidade Juvenil à Violência – Fortaleza - CE.....	63
Quadro 2 – Informações de Segurança e Criminalidade – Fortaleza - CE.....	64
Quadro 3 – Território do Grande Bom Jardim – Área, População e Densidade Demográfica por Bairro – Região V.....	73
Quadro 4 – Território do Grande Bom Jardim – Índice de Desenvolvimento Humano do Município - IDH – M 2000	74
Quadro 5 – Território Grande Bom Jardim: População por Grupo de Idade e por Bairro.	75
Quadro 6 – Território do Grande Bom Jardim – Alfabetizados e Não Alfabetizados com idade Igual a 5 Anos e Mais por Bairro -2000	76
Quadro 7 – Método Avaliativo Adotado na Pesquisa.....	79
Quadro 8 – Matriz FOFA	82
Quadro 9 – Fatores internos e externos de análise de Resultados	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição quanto ao Sexo	94
Tabela 2 – Composição por Faixa Etária	95
Tabela 3 – Composição por Faixa Etária e Sexo	95
Tabela 4 – Composição por Etnia	96
Tabela 5 - Composição por Etnia e Sexo	97
Tabela 6 – Bairro de Residência dos Jovens	97
Tabela 7 – Matrícula Escolar	98
Tabela 8 – Nível de Escolaridade por Sexo	99
Tabela 9 – Quanto ao Trabalho	101
Tabela 10 – Quanto à Composição Familiar	102
Tabela 11 - Quanto à Renda Mensal	102
Tabela 12 - Quanto à Renda <i>Per Capita</i>	103
Tabela 13 - Quanto à Vulnerabilidade	104
Tabela 14 - Quanto à Medida Socioeducativa	104
Tabela 15 - Quanto aos Egressos de Medidas Socioeducativas	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- CAPS – Centro de Atenção Psicossocial.
- CDVHS – Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza.
- CETREDE – Centro de Treinamento e Desenvolvimento.
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.
- CRIAM – Centro de Recurso Integrado de Atendimento ao Menor.
- DCA – Delegacia da Criança e do Adolescente.
- DST – Doença Sexualmente Transmissível.
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.
- FESP – Fundação Escola de Sociologia Política.
- FGV – Fundação Getúlio Vargas.
- FHC – Fernando Henrique Cardoso.
- FOFA – Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.
- GGIM – Gabinete de Gestão Integrada Municipal.
- HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.
- IEPRO – Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos.
- IML – Instituto Médico Legal.
- INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil.
- MJPOP – Monitoramentos Juvenis Popular de Política Pública.
- OMS – Organização Mundial da Saúde.
- ONG – Organização Não Governamental.
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- PAC – Plano Nacional de Aceleração do Crescimento e Infraestrutura.
- PELC – Projeto de Esporte e Lazer da Cidade.
- PIAPS – Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência.
- PPA – Plano Plurianual.

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.
PROTEJO – Projeto de Proteção aos Jovens em Território Vulnerável.
RPG – *Role Playing Game* (Jogo de Interpretação de Papéis).
SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza.
SDH – Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza.
SECEL – Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza.
SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social.
SER – Secretaria Executiva Regional.
SISPROTEJO – Sistema Nacional de Cadastro do Protejo.
SIMAP – Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronasci.
SINCOV – Sistema de Convênio do Governo Federal.
SUAS – Sistema Único de Assistência Social.
SUS – Sistema Único de Saúde.
SUSP – Sistema Único de Segurança Pública.
UECE – Universidade Estadual do Ceará.
UFC – Universidade Federal do Ceará.
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA COM A PARTICIPAÇÃO JUVENIL
uma avaliação do PRONASCI em Fortaleza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Justificativa e Contextualização do Tema em Estudo	15
Objetivos.....	18
Metodologia de Pesquisa.....	19
Estrutura do Trabalho	25
1. VIOLÊNCIA E JUVENTUDE.....	26
1.1. Conceituando a Violência	26
1.2. O Significado Contemporâneo de Juventude	36
1.3. Percepções Sociais de Juventude e Violência: de 1950 aos dias atuais	39
1.4. A Importância das Políticas Públicas de/com/para a Juventude.....	46
2. PRONASCI: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS.....	52
2.1. O PRONASCI no Contexto Nacional: Antecedentes Históricos.....	52
2.2. O PRONASCI em Fortaleza.....	56
2.3. Cenário da Violência e Mortalidade Juvenil em Fortaleza	60
3. O PRONASCI/PROTEJO EM FORTALEZA.....	65
3.1. Conhecendo o PRONASCI/Protejo Fortaleza	65
3.2. O Território do Grande Bom Jardim	70
4. AVALIANDO O PRONASCI/PROTEJO NO GRANDE BOM JARDIM	77
4.1. Sobre o Método de Avaliação	77
4.2. Avaliação de Concepção.	82
4.3. Avaliação de Implementação.	93
4.4. Avaliação de Resultados	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126
ANEXOS	134

INTRODUÇÃO

Justificativa e Contextualização do Tema em Estudo

A questão da violência urbana, sobretudo aquela envolvendo os jovens, tem sido motivo de debate e preocupação popular no Brasil. O medo social, a insegurança pública, a banalização da violência pelos meios de comunicação, o sentimento de impunidade, a lentidão da justiça criminal, a astuta rede do narcotráfico, o descrédito da população em relação a algumas práticas policiais nas periferias das grandes cidades, e a atual impotência do Estado no controle e enfrentamento à violência são algumas das expressões de indignação social que clamam por uma emergente resposta e intervenção estatal.

Em um contexto global, governos, organismos e fundos internacionais de desenvolvimento se preocupam com o fenômeno da violência entre jovens. Pesquisas financiadas pela UNESCO e o BID sobre a América Latina declaram que, em muitos dos países desse continente, a situação de vulnerabilidade social em que se encontram os jovens, aliada às condições socioeconômicas, ocasiona grandes tensões nos processos de integração social dos jovens, o que fomenta a criminalidade e a violência.

Todo esse quadro requer novas ações do poder público. Afinal de contas, o aumento de internações juvenis faz da violência uma questão preocupante não apenas para a segurança, mas também para a saúde pública. Tal situação mexe com o orçamento governamental e obriga os gestores a conceberem políticas públicas específicas para juventude com o propósito, principalmente, de reduzir os gastos públicos com saúde.

Vale ressaltar que, no contexto deste início de século XXI, presenciamos mais um momento de crise do capital e, possivelmente, de esgotamento do modelo de desenvolvimento neoliberal dominante nas últimas três décadas. Nesta condição, a juventude se encontra, além de ter que enfrentar suas próprias crises de afirmação de identidade, num mundo sem muitas perspectivas quando se pensa em projeção de futuro e inclusão social por meio do trabalho. Trata-se, portanto, de um momento propício de repensar as formas e estratégias das políticas públicas direcionadas aos jovens.

Sendo assim, cabe perguntar o que está acontecendo com as juventudes na sociedade brasileira contemporânea. Por que os jovens são tão invisíveis no processo de efetivação de seus direitos e se tornam tão visíveis quando usam a força da arma? Como conhecer a violência juvenil e como enfrentá-la se não ouvirmos seus protagonistas? Como

prevenir a violência com políticas públicas eficazes no combate às causas estruturantes dessa realidade social?

Ao nível do senso comum, as respostas sobre as causas do envolvimento juvenil com o crime variam: para alguns são as drogas e as “facilidades” que o mundo paralelo do narcotráfico proporciona, como a rápida concretização dos desejos de consumo; já outros acusam o desemprego como o principal culpado, ou dito em outras palavras, a culpa seria do sistema capitalista excludente. Há também quem afirme que os valores da sociedade não são como antes, o que faz com que os jovens vivam sem regras e compromissos com a sociedade. Alguns estudiosos criticam a inércia do Estado, outros responsabilizam a ineficácia das atuais políticas públicas para a população juvenil.

No que pese essas razões e justificativas, somos afligidos no cotidiano por uma onda crescente da violência e, atônitos, quase sempre não sabemos como nos comportar ou como proceder diante dessa questão social. Daí porque a violência cometida pelo jovem é hoje um tema de relevância e preocupação social.

Uma preocupação sobre uma violência que é difusa¹, envolvendo a multiplicidade de formas da violência, abrangendo desde as questões estruturais (sociais e econômicas) decorrentes da desigualdade, e da exclusão social a partir das violências étnicas, geracionais e de gêneros, perpassando pela institucional até se concretizar a violência criminal, ou seja, de jovens cometendo delitos/crimes.

O interesse pelo tema Violência e Juventude se revelou em nossa experiência profissional de quatro anos e seis meses no setor público como educadora social de jovens em comunidades da periferia de Fortaleza (Fundação da Criança e da Família Cidadã), fato que influenciou diretamente a elaboração de uma monografia de graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará – UECE, em 2003. Desde essa época permaneceu uma motivação em continuar investigando os significados e as causas da violência, em especial sobre as formas de enfrentar essa questão a partir do próprio ideário da juventude.

Em outro momento, a nossa militância pela infância e a juventude se estruturou na experiência de quatro anos como conselheira de direito da infância e adolescência, representando o terceiro setor através da ONG Conselho de Integração Social – IntegraSol. Como conselheira de direito participamos do processo de deliberação de políticas públicas para a criança e o adolescente da cidade de Fortaleza. Ao percebermos a necessidade urgente de projetos e programas eficazes para adolescentes e jovens envolvidos com a

¹ Identificamos-nos com o conceito de ‘violência difusa’ de José Vicente Tavares dos Santos, presentes em seus artigos que se encontra na Referência Bibliográfica.

violência e a criminalidade, tomamos a iniciativa de nos candidatar ao processo seletivo do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas – Mapp, tendo como projeto de pesquisa avaliar uma política pública voltada para tal contexto e que, de preferência, estivesse ainda em fase de experimentação.

Em geral, as pessoas preocupadas com a questão dos jovens que cometem delitos procuram compreender essa realidade ora considerando-os como vítimas do sistema, ora como atores ativos e merecedores de disciplina e punições. Antes de qualquer pressuposição ou afirmação categórica pensamos ser necessário compreender os jovens no seu contexto social, dentro de um processo histórico e cultural que envolve a sua rede de relações na totalidade e assim compreender as possíveis contradições, respeitando-os como sujeitos de direito e como pessoas capazes de compreender a realidade em que vivem. Acreditamos que eles possam ter um senso crítico sobre a atual política pública para o enfrentamento da violência/criminalidade, sendo esse entendimento uma possibilidade prática para a busca de respostas ao problema social em que se inserem.

Por outro lado, ponderamos que grande parte da sociedade brasileira não está a par deste preocupante fato social. O “fechar os olhos” diante do problema da violência juvenil implica em perpetuar políticas públicas equivocadas. Daí a necessidade de se obter respostas governamentais eficazes e efetivas, bem como conhecimentos que fundamentem melhor a atuação do Estado, sobretudo no que se refere a políticas públicas de caráter preventivo para a juventude, enfrentando a violência com a participação comunitária de jovens.

*

Tomamos conhecimento do PRONASCI, ou Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, primeiramente, através de jornais regionais e consultas no site do Ministério da Justiça. Neste programa, o que mais nos instigou foi o “eixo de envolvimento comunitário juvenil”, no qual se insere o “Projeto de Proteção aos Jovens em Território Vulnerável”, ou PROTEJO. Isso porque havia uma angústia profissional para conhecer os reais motivos que envolviam os jovens na rede da violência e criminalidade nos grandes centros urbanos, e também porque considerávamos importante ouvir os sujeitos envolvidos (beneficiários e técnicos do Programa) sobre o enfrentamento do ‘monstro’ da violência.

O PROTEJO foi instituído pelo Governo Federal no ano de 2008, integrando ao PRONASCI, e destinado a adolescentes e jovens de 15 a 24 anos egressos do sistema prisional, em cumprimento de medidas socioeducativas ou de penas alternativas, em situação de rua e/ou vítimas da criminalidade. No PRONASCI/Protejo, implantado em vários municípios do país, é priorizada a formação sociocultural, cidadã e profissionalizante,

visando à pacificação social e ao fortalecimento da cidadania. Destarte, este programa objetiva oferecer alternativas de emancipação a um público alvo que se encontra, majoritariamente, à margem das políticas públicas.

Optamos por investigar nesta pesquisa o PRONASCI/Projeto na cidade de Fortaleza², por se configurar uma das capitais brasileiras que apresenta maior desigualdade social e crescente aumento da violência urbana. E, em Fortaleza, escolhemos averiguar a atuação do projeto-piloto do PRONASCI/Protejo que incide sobre um recorte espacial chamado ‘Território do Grande Bom Jardim’, uma área composta por cinco bairros com uma população residente de mais de 170 mil habitantes. Nesta área, o PRONASCI/Protejo teve início em dezembro de 2009, com um primeiro grupo de 210 jovens, em um ciclo de atividades que se encerrou em novembro de 2010.

A leitura do material do PRONASCI/Protejo nos induziu a formular algumas questões que, de todo, mereceriam serem investigadas, a saber: As estratégias do PRONASCI/Protejo voltadas para a segurança pública estão sendo eficazes?; Como o PRONASCI/Protejo trabalha simultaneamente prevenção e repressão à violência?; O que os jovens participantes do PRONASCI/Protejo pensam sobre a violência? A quem eles responsabilizam por estarem vulneráveis à violência? Eles percebem essa vulnerabilidade social? O que os jovens identificam como influência no processo de adesão à violência? Quais as ideias juvenis para enfrentamento a violência?

Assim colocadas, essas questões, complementares ou redundantes, nos fizeram acreditar que poderia ser uma contribuição importante avaliar a atuação da política de segurança pública para o enfrentamento da violência juvenil e, a partir dos resultados desta pesquisa, deixar um olhar reflexivo que poderia contribuir para a adoção de ações corretivas e soluções alternativas.

Fruto de uma reflexão em segundo grau, concebemos a seguinte questão principal para esta pesquisa: como os jovens assistidos pelo PRONASCI/Protejo percebem a violência e quais as suas ideias para o seu enfrentamento?

Nesta perspectiva, intuímos algumas alterações subjacentes à questão principal a serem levadas em consideração na pesquisa de avaliação com os sujeitos envolvidos: Como está se efetivando a participação juvenil na política de segurança pública? Os jovens realmente estão contribuindo com o processo de construção do chamado ‘Território de Paz’? Os jovens de fato conhecem o PRONASCI/Protejo, as suas metas e seus

² Trata-se de uma cidade que conta com a gestão do Partido dos Trabalhadores, desde 2005. A prefeita Luizianne Lins (2005/2008 e 2009/2012) vem desenvolvendo programas e ações (embora não totalmente implementados) entre as secretarias municipais de caráter integrado e em prol de uma “Fortaleza de Paz”.

mecanismos institucionais? Quais os procedimentos metodológicos para avaliar a política pública do PRONASCI/Protejo?

Muitas são as indagações relacionadas à questão da juventude e da violência. Nossa intenção não está na procura de verdades absolutas, mas em instigar reflexões e buscar alternativas para o seu enfrentamento. Para isso consideramos fundamental o registro das concepções da própria população envolvida com a violência, das ideias juvenis sobre a possibilidade de envolver a comunidade neste desafio, e também o respeito da cultura local, sua base territorial com suas formas de organização. Agindo assim, é bem provável que descobriremos procedimentos mais eficazes para a consecução das políticas públicas voltadas para essa questão.

Objetivos

Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar a concepção, a implementação e os resultados alcançados pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), em especial no seu eixo de “prevenção à violência”, ou seja, o Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO). Busca-se compreender o envolvimento da comunidade juvenil no PRONASCI/Protejo a partir do estudo de caso da experiência-piloto executada na cidade de Fortaleza, especificamente no Território do Grande Bom Jardim, no período correspondente ao primeiro ano de execução (dez./2009 a nov./2010).

Objetivos Específicos

Na perspectiva da avaliação do PRONASCI/Protejo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar as ideias juvenis para o enfrentamento à violência;
2. Avaliar a concepção do PRONASCI/Protejo a partir de análise dos textos oficiais e da interpretação da população jovem beneficiária;
3. Analisar os problemas organizacionais e processuais da implementação do PRONASCI/Protejo;
4. Avaliar os resultados do PRONASCI/Protejo no seu primeiro ano de execução, verificando se as metas projetadas foram efetivamente alcançadas.

Metodologia de Pesquisa

A metodologia de pesquisa adotada neste trabalho delinea-se de forma a atender a necessidade de identificação, coleta e interpretação dos dados e informações requeridos para alcançar os objetivos propostos. Tendo como objeto de estudo os jovens em situação de violência participantes do PRONASCI/Protejo, a pesquisa foi planejada como estudo de caso, sendo utilizado tanto o método quantitativo quanto o método qualitativo para compreensão da realidade social dessa população alvo.

Assim como Yin, pensamos na técnica ‘estudo de caso’ como aquela que “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real, tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos” (YIN, 2005, p.20). De fato, o estudo de caso facilita a descoberta, as interpretações do contexto e a revelação das experiências, sendo possível confrontar os diferentes pontos de vista em uma situação social.

Nesta pesquisa, o estudo de caso recai sobre a atuação do PRONASCI/Protejo no território do Grande Bom Jardim, conjunto de bairros situado na periferia de Fortaleza. Foram considerados como público alvo tanto os jovens assistidos na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, como os profissionais gestores do Programa. Entre agosto e novembro de 2010 foram analisados os documentos da gestão e realizados contatos com os jovens, exatamente com os integrantes da primeira turma assistida, em seu segundo semestre. Já os contatos com os profissionais da gestão se estenderam até janeiro de 2011.

A análise quantitativa incidiu sobre os documentos técnicos da gestão, enquanto a análise qualitativa se estruturou na observação de campo e na aplicação de entrevistas e grupos focais. O motivo principal da escolha da técnica de pesquisa qualitativa se deve ao fato de que ela considera a subjetividade das pessoas entrevistadas; fazendo com que haja oportunidade de percepção dos gestos, expressões, silêncio e pausa nas falas; de todo modo, a pesquisa qualitativa tem “a finalidade de explorar os espectros de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2002, p.68).

Sendo assim, a busca de respostas para o conjunto de indagações e objetivos propostos para a presente pesquisa exigiu a escolha de um caminho teórico metodológico, que se estrutura nas quatro etapas descritas a seguir:

1ª Etapa: Levantamento Bibliográfico e Pesquisa Documental

Para melhor compreender as questões conexas ao PRONASCI/Protejo, nos pareceu indispensável realizar um levantamento bibliográfico que tratasse dos temas

“violência” e “juventude” correlacionando-os ao crescimento da desigualdade social e consequente exclusão social. Também foram estudados textos de especialistas (teses, dissertações, artigos, resenhas, periódicos) que tratam do resgate histórico das percepções sociais sobre esta questão, bem como aqueles que abordam criticamente a concepção de políticas públicas de segurança pública, sobretudo aquelas destinadas aos jovens em situação de violência.

A pesquisa documental teve a intenção de recuperar os textos oficiais relacionados ao PRONASCI/Projeto (concepção da política de segurança pública, planos de governo, leis, relatórios técnicos, notícias e artigos em jornais e revistas, etc.). A sistematização da pesquisa documental nos permitiu compreender melhor não apenas as metas e os indicadores de violência dos jovens (no país, no Ceará e em Fortaleza), mas sobretudo as bases teórico-ideológicas em que se assenta o conteúdo oficial.

Foram feitas prospecções em bibliotecas públicas; bibliotecas virtuais e sites, utilizando o Google Acadêmico. O material foi fichado e catalogado virtualmente em pastas eletrônicas por temáticas de estudo: juventude, políticas públicas, violência, segurança pública, metodologia e técnicas de pesquisa avaliativa. Esses procedimentos foram fundamentais para o processo de localização de autores, páginas e datas das obras, facilitando na construção do embasamento teórico.

Cabe registrar, aqui, o fato de que se quiséssemos alcançar os objetivos da investigação seria preciso resolver um problema de método. O desafio que se colocava naquele momento era uma adequação metodológica ao tempo disponível para realização e conclusão da pesquisa. Isso porque nos deparamos com a dificuldade de acesso a documentos de gestão muito importantes para a análise dos problemas organizacionais e processuais do PRONASCI/Protejo.

Sem tais documentos, havia a necessidade de aplicação de um questionário com perguntas objetivas sobre o perfil socioeconômico e demográfico dos jovens em situação de violência, de modo a obter registros sobre suas passagens por medidas socioeducativas. Com um universo de 210 jovens participantes do PRONASCI/Protejo, achávamos prudente limitar a aplicação do questionário junto aos adolescentes que já passaram pela Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) ou que estariam cumprindo alguma medida socioeducativa, bem como os jovens com idade entre 18 e 24 anos que tiveram problemas com a justiça (egressos do sistema prisional).

Com um cronograma limitado para a coleta e pesquisa de campo e não sem esforço, conseguimos, finalmente, junto aos profissionais da gestão do PRONASCI/Projeto a

liberação de dois relatórios de gestão: a *Síntese do Protejo 2009* e o *Perfil Protejo 2009*³. Esses documentos, mesmo sendo dados secundários - uma vez que foram coletados pela própria gestão para alimentarem o Cadastro Único do Protejo para o Governo Federal – nos possibilitou informações indispensáveis para traçarmos uma análise quantitativa sobre o perfil dos jovens assistidos em Fortaleza. Sendo assim, desistimos da aplicação do questionário.

Esta etapa contribuiu, enfim, para consolidarmos o tema de estudo no plano de pesquisa, na medida em que nos possibilitou exercitar o rebatimento das reflexões teóricas estudada na realidade social do estudo de caso.

2º Etapa: Coleta de Dados em Pesquisa de Campo

Para o procedimento da coleta de dados em pesquisa de campo, resolvermos adotar uma abordagem qualitativa que se sustentou em três procedimentos técnicos – observação de campo, entrevista e grupo focal –, considerando dois blocos de atores envolvidos com o PRONASCI/Protejo: os jovens e os profissionais da gestão.

Uma entrevista semi-estruturada⁴ foi aplicada com um dos Coordenadores colegiados (Edson Alves) envolvido com a política e ação PRONASCI/Protejo em Fortaleza com o intuito de relatar o resgate histórico e compreender a estrutura organizacional e estratégias de implementação, metas, e Projetos adotados pelo Programa em Fortaleza.

Complementarmente, realizamos um trabalho de observação de campo (ou observação direta)⁵, que consistiu em fazer anotações sobre a interação social e aprofundar as percepções e atitudes recíprocas de pessoas que desempenham funções interdependentes. Esta técnica nos forneceu uma imagem mais detalhada das inter-relações sociais dos dois blocos de atores estudados, possibilitando observar medidas do processo social na sua ocorrência natural sem qualquer intervenção do pesquisador.

Já o grupo focal foi adotado por se tratar de uma técnica capaz de coletar informações através de interações grupais ao se discutir temas sugeridos pelo pesquisador. Dentre as modalidades de grupo focal, utilizamos o modo exploratório, centrado na produção de conteúdos de orientação mais prática, tendo como alvo a produção de novas

³ Esses relatórios provêm dos dados do sistema tecnológico SisProtejo que alimenta a gestão do PRONASCI/Protejo.

⁴ Ver roteiro da entrevista nos anexos

⁵ Trata-se de uma técnica de “observação assistemática, onde o pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle.” (BONI e QUARESMA, 2005, p.71).

ideias, identificação das necessidades, expectativas e descobertas de outros usos para produtos específicos de avaliação de programas sociais (GONDIM, 2003). Propomos a articulação de dois eventos de grupos focais: um com os jovens e outro com os técnicos gestores do PRONASCI/Protejo⁶.

Com os jovens, definimos que seria realizado um grupo focal por núcleo (bairro) e restringimos a representatividade a 3% do universo de jovens do Grande Bom Jardim, ou mais precisamente seis participantes por núcleo, escolhidos por sorteio. Esses encontros visavam compreender as seguintes questões: (a) Qual a concepção dos jovens relativos ao PRONASCI/Protejo? (b) Quais as ideias juvenis para o enfrentamento a violência em sua comunidade?

No transcorrer do planejamento e consecução dos grupos focais com os jovens, nos confrontamos com uma série de dificuldades: conflitos de horário, disponibilidade e interesse de alguns em contribuir com sua participação na pesquisa; impossibilidade de acesso a um único local para a conversa em grupo. Os impedimentos recaíam tanto sobre aqueles que não tinham recurso financeiro para se deslocarem, quanto sobre aqueles que viviam sob a ameaça de morte dentro do seu próprio núcleo. A proposta de sorteio para a participação de jovens nos grupos focais foi frustrada devido ao fato de que alguns deles terem desistido (evasão) do PRONASCI/Projeto no seu último mês de execução.

Diante desses fatores adversos, decidimos promover uma semana de mobilização nos núcleos integrantes do PRONASCI/Protejo no território do Grande Bom Jardim para divulgar os objetivos da pesquisa, apresentar um “termo de consentimento livre e esclarecido”⁷ e também motivar os jovens a comparecerem no dia previsto para o grupo focal. Na semana posterior a esta mobilização, foram realizados cinco encontros, um em cada núcleo do PRONASCI/Protejo, que contaram com a participação de no mínimo cinco e no máximo sete jovens, totalizando 29 participantes nos grupos focais.

Bem mais do que as dificuldades externas ligadas aos riscos e estigmas (assalto, furtos, etc.) apregoados pela mídia sobre o território da pesquisa, nossa preocupação estava em conseguirmos facilitar a realização do grupo focal de modo que houvesse o máximo de participação e concentração dos jovens no tempo combinado. Durante esses grupos focais, fomos levados a interrompê-los em seus raciocínios para compreender o significado das gírias e expressões utilizadas. Em contrapartida, um dos participantes observou nossa linguagem diferenciada.

⁶ Ver modelo nos anexos.

⁷ Ver anexos.

Com os profissionais de gestão, decidimos realizar um único grupo focal para nos inteirar sobre os objetivos e metas do PRONASCI/Protejo, bem como sobre os problemas organizacionais e processuais de sua implementação. Este grupo focal seria então formado pela equipe executora (IEPRO) composta dos seguintes profissionais: dois representantes de ONGs que trabalham diretamente com o Programa (um Facilitador e um Coordenador) e um representante da Prefeitura Municipal de Fortaleza (um Técnico de Monitoramento, Coordenação e Assessoria do Gabinete da Prefeita).

Infelizmente não conseguimos realizar esse grupo focal com a formatação inicialmente prevista, fato que nos dificultou alcançar uma leitura mais consistente do PRONASCI/Protejo em Fortaleza⁸. No entanto, realizamos um grupo focal com a participação de outros técnicos: 01 educadora social, 01 técnica de monitoramento, 01 colaboradora da gestão e 01 assessora do Gabinete da Prefeita, que coordena o PRONASCI em Fortaleza.

Com este grupo focal percebermos uma eclosão de sentimentos entre vontade individual, pressão institucional e alianças temporárias. Exatamente o que Carrieri (2006, p.116) descreve: “no contexto de uma organização, os atores tendem a falar o que lhes é social e organizacionalmente permitido dizer”.

Salientamos que durante o processo da investigação tivemos o cuidado de respeitar e preservar cada fala dos entrevistados na pesquisa com a garantia do sigilo na identificação pessoal destes. Durante os grupos focais, estimulamos a identificação dos jovens participantes por codinomes e, quanto à gestão, pelo cargo ocupado.

3º Passo: Interpretação dos Dados e Informações

Na etapa de interpretação dos dados e informações, adotamos o seguinte procedimento para tratamento dos dados coletados em pesquisa de campo:

- (I) Retorno à leitura de documentos sobre a formulação da política de segurança pública que embasa o PRONASCI/Protejo;
- (II) Estudo e organização dos dados estatísticos dispostos nos relatórios de gestão;
- (III) Transcrição das fitas gravadas nos grupos focais e análise do material transcrito;

⁸ Nas duas datas sugeridas para a realização deste grupo focal, os profissionais do IEPRO não compareceram. Na primeira data proposta, o evento não aconteceu pelo fato da equipe estar viajando a trabalho; no segundo convite, mesmo partindo dos profissionais que trabalham no Programa, não houve explicação pelo não comparecimento dos mesmos.

(IV) Organização dos dados e informações coletados de acordo com os três processos de avaliação propostos nesta pesquisa: concepção, implementação e de resultados.

4º Passo: Avaliação do PRONASCI/Protejo

A etapa de avaliação do PRONASCI/Protejo foi planejada na lógica dos seguintes processos: concepção, implementação e de resultados da política pública. A escolha desses processos de avaliação foi inspirada na metodologia aplicada pelo Ministério de Planejamento para avaliação do seu PPA - Planejamento Plurianual 2004-2007, e descrita no *Manual de Avaliação* (2006). A descrição detalhada dos procedimentos metodológicos de avaliação encontra-se no capítulo 4 – subcapítulo 4.1. Sobre o Método de Avaliação (pp75-80) –, desta dissertação.

Destacamos, entretanto, que planejar, aplicar o método e posteriormente analisar os resultados de uma avaliação nos remete a intensos desafios. É uma ‘luta’ constante entre o subjetivo e a objetividade, da aproximação e o distanciamento, conforme expressam Alba Zaluar no seu relato sobre ‘idas e vindas’ (1989) e Roberto da Mata com sua leitura de ‘familiaridade e exótico’ (1978).

A interpretação dos dados coletados numa pesquisa exige de nós, além de um “mergulho nas dimensões simbólicas da ação social”, a responsabilidade de resistir ao subjetivismo e ao mesmo tempo tentar manter a análise das formas simbólicas, não se esquecendo de organizar as conexões entre as formulações teóricas e as interpretações descritivas como afirma Geertz (1978, p.40).

Esses desafios encontram-se nos constantes conflitos que estão entre a familiaridade e estranhamento do objeto de estudo, a força contra as influências históricas e ideológicas do pesquisador para não se transformar em viés suas análises. Lembramos uma vez mais de Roberto da Matta (1978) no que chama de “ritual de passagem” o controle pessoal de viés, na tentativa de sair de uma visão técnica, profissional e política, e ser, na medida do possível, estranha.

Foi preciso, enfim, tomar cuidados com o encantamento dos discursos(relatos), deixando as reservas de estranhamento ao óbvio ou ao demasiadamente positivo, e buscando compreender o sentido do(s) silêncio(s) e expressões. Há uma tensão permanente entre *teoria x pesquisa* e *discurso x prática*, quando se trata das falas e cuidados éticos de um pesquisador que se entrelaçam com a escolha do método de avaliação.

Estrutura do Trabalho

Esta dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo – **Violência e Juventude** – apresentamos nossa incursão na literatura sobre o tema em estudo, destacando os conceitos, os significados contemporâneos e as percepções sociais dentro de um recorte histórico, dando ênfase à importância das políticas públicas de/com/para as juventudes. Dialogamos, portanto, com alguns autores que escrevem sobre as categorias: violência, juventude e políticas de juventude.

Neste recorte teórico, salientamos a influência econômica, social e territorial do capitalismo neoliberal dominante como propulsor de novos valores e atitudes culturais em uma sociedade envolvida, principalmente, com o desejo de consumo. Nesta perspectiva, o enfrentamento da violência urbana, sobretudo quando se trata do envolvimento de jovens com a criminalidade, é percebido como um direito social.

O segundo capítulo – **PRONASCI: Fundamentos e Princípios** – busca compreender a origem do PRONASCI a partir dos antecedentes históricos das políticas públicas de Segurança Pública no Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Apresentamos um relato sobre o processo da implantação do PRONASCI no município de Fortaleza e, também descrevemos o cenário da violência e mortalidade juvenil nesta cidade considerando os dados estatísticos coletados.

O terceiro capítulo – **O PRONASCI/Protejo em Fortaleza** – se constitui em uma descrição do Projeto Protejo, apresentando seu propósito, estratégias de intervenção e estrutura organizacional. Destacamos o que se vivenciou na realidade de execução do PRONASCI/Protejo em Fortaleza durante o período de pesquisa. Ainda neste capítulo, ressaltamos a noção de território considerando a realidade do Território do Grande Bom Jardim, bem como as possibilidades e desafios de uma política pública social que acredita na perspectiva de intervenção territorial.

No quarto e último capítulo – **Avaliando o PRONASCI/Protejo no Grande Bom Jardim** – relatamos detalhadamente o método de avaliação adotado, destacando os aspectos considerados relevantes no processo de aplicação das técnicas utilizadas. Finalmente, apresentamos os resultados da avaliação do PRONASCI/Protejo em seus três processos: concepção, implementação e resultados.

1. VIOLÊNCIA E JUVENTUDE

1.1. Conceituando a Violência

Vivemos em um mundo em que o ritmo das trocas e das inovações tecnológicas reflete diretamente nos modos de produção e reprodução do capital. Em nome da globalização e da modernidade, milhares de empregos são reduzidos, e com isso milhões de pessoas ‘sobram’ nesse sistema de informatização e automação; pessoas que não reclamam, não contestam e nem lutam pelos seus direitos sociais.

Boaventura S. Santos lembra que “a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de considerar como sendo local outra condição social ou entidade rival” (SANTOS, 2003, p.433). Com essa afirmação, pretendemos relacionar a influência da globalização e da sociedade de consumo na vida dos nossos jovens, implicando diretamente em novas formas de vestir, expressar, relacionar-se em grupos, até o fomento e reprodução da violência, ou, porque não, novas formas de organização para o enfrentamento dessas questões.

Essas novas formas de relacionamento social e mais especificadamente os modos como os grupos juvenis se relacionam entre si, ao mesmo tempo que tem sido envolvente demonstra-se superficial, uma vez que a maioria das comunidades virtuais ou agregativas por afinidades e identidades sociais não tem uma conotação de classe e sim de grupos de status e, muitas vezes, isolados. Esses relacionamentos globalizados entre grupos juvenis podem facilitar ou dificultar as formas tradicionais de participação social.

Também são fruto desse processo globalizante as frequentes crises socioeconômicas mundiais e suas consequências, tão aceleradas quanto à mundialização do capital, afetando significativamente os rumos dos diversos países. Tais crises vão desde a mudança do comportamento individual das pessoas e de seus valores, crise nos relacionamentos afetivos ou familiares, com o meio em que vivem e sobrevivem, relações com a política e o Estado, relações com as formas de produção e reprodução do trabalho, de consumo, e de espiritualidade, intensificando-se e desenvolvendo-se até a cultura de novos hábitos de viver em sociedade.

A investida do sistema capitalista inova e renova suas vestes com estratégias sedutoras para que esqueçamos os velhos conceitos de luta *opressores x oprimidos*, e assim nos acostumarmos com uma “condição pós-moderna” que tem gradativamente ofuscado e suprimido os direitos coletivos. Na corrente desse sistema, percebemos fortes influências de uma das principais ferramentas da globalização, a tecnologia de informação, cujos diferentes canais midiáticos tem o poder, em breves espaços de tempo, de propagar ideologias – positiva ou negativamente – em escala mundial, arrebanhando numerosos adeptos em comunidades virtuais, muitas vezes, sem vínculos territoriais.

Na lógica do processo da globalização, Luzia Baiarl afirma que as mudanças provocadas pelos avanços tecnológicos se dão tão intensamente que repercutem nas dimensões econômicas, políticas e sociais e, como nunca, vivemos numa “globalização da miséria e da criminalidade”. Ela avalia que “à medida que novas tecnologias vão se ampliando e modernizando, inclusive de segurança, emergem novas modalidades de crime” (BAIERL, 2004, p.20).

Neste novo cenário, destacam-se os crimes cometidos pelos ricos no interior do sistema financeiro, e pelas autoridades públicas que com habilidade conseguem – por influência, dossiês ou propinas – defender seus interesses pessoais. Os delitos virtuais também se difundem e se articulam com facilidade, sendo o caso das redes de pedofilia, dos comandos de assassinatos por prisioneiros – ainda que isolados em distantes e diferentes regiões –, do envolvimento de policiais em crimes altamente planejados, das técnicas de trotes telefônicos de pseudo-raptos familiares ou das cobranças indevidas para empresas e instituições sociais. Sem falar de como em um determinado território, a trama do narcotráfico funciona numa logística e com uma rede de influências que insulta e oprime a comunidade, mantendo o silêncio de muitos e, em alguns casos, a cumplicidade.

Assim, o sistema capitalista reinventa os mecanismos de opressão e reafirma as desigualdades sociais, transformando os sentimentos sociais em medo coletivo. Nesta lógica, promove a comercialização da violência com o desenvolvimento de diferentes mecanismos de “segurança”: vigilância eletrônica e/ou armada, blindagens de veículos, cercas elétricas, programas na mídia com apelações sobre o crime e a violência, etc. A cada dia individualiza as pessoas, segregando-as pela condição econômica em condomínios fechados sob a égide da chamada ‘segurança máxima’.

Mas o quê tem acontecido com nosso corpo social que se permite conviver com tanta violência? De onde vem essa acomodação e aceitação passiva das coisas? Por que quase não há contestação social? Trazemos ao debate, o sociólogo Zygmunt Bauman que inicia sua obra *Em Busca da Política* (2000) com reflexões importantes sobre as atuais

crenças sociais relativas à busca de um mundo melhor. O autor afirma que à medida que “não sentimos mais a necessidade de ir às ruas para protestar e exigir mais liberdade do que já temos ou achamos ter, cremos com a mesma convicção que nós somos capazes, sozinhos ou coletivamente de mudar a realidade que estamos vivendo” (BAUMAN, 2000, p.9).

De repente não nos damos conta do que acontece à nossa volta. Será que o modelo capitalista neoliberal se entranhou de tal forma em nossa cultura a ponto de, com seus apelos à liberdade individual, nos desmobilizar enquanto coletividade? Será que a sociedade pós-moderna se esqueceu de alguns dos seus valores mais sólidos para adequar-se à ‘liquidez’ da flexibilidade e apostar na descartabilidade do ser humano e assim dar vazão aos impulsos e desejos de consumo? Ou será o medo social provocado pelo sentimento de insegurança uma estratégia do Estado em sua aliança com o atual sistema para sutilmente negar nossos direitos e nos iludir com suas políticas compensatórias?

Retomando o fenômeno da modernização da violência e criminalidade, salientamos o fato das redes do crime organizado alcançarem um alto nível de articulação e de operações e ao mesmo tempo serem tão ‘envolventes’, sobretudo na captura dos jovens. Enquanto isso, todos os esforços de governo juntamente com intervenções institucionais (dentre elas a Academia, as ONGs, os movimentos sociais) ainda não conseguiram encontrar estratégias capazes de minimizar este problema social.

Na tentativa de compreender essas questões é que percebemos que as transformações sociais da contemporaneidade, a qual Boaventura de S. Santos denomina de pós-moderna, parecem apontar para uma desregulação global da vida econômica, social e política. Nesse sentido, tanto o mercado, como o Estado ou a comunidade, todos passam por uma atmosfera de desregulação, de convencionalidade, de flexibilidade ao nível de vários setores da vida coletiva, igualmente espessa de rigidez, e de imobilidade ao nível global da sociedade:

“Tudo parece negociável e transformável ao nível da empresa ou da família, do partido ou do sindicato, mas ao mesmo tempo nada de novo parece possível ao nível da sociedade no seu todo ou na sua vida pessoal enquanto membros da sociedade.” (SANTOS, 1996, p.89).

Uma das grandes questões colocadas por Bauman sobre o processo da globalização é a questão da ‘insegurança existencial’ que muitas vezes é reduzida à preocupação única com a segurança do corpo e dos bens pessoais (1999, p.11). Aqui chamamos a atenção sobre a forma que o sistema nos conduz a pensarmos sobre segurança, e especialmente a segurança pública. Como a lógica do neoliberalismo é a

preocupação com o privado e a liberdade individual, se torna comum acreditarmos que a segurança é exclusivamente o policiamento para proteção dos indivíduos e seus bens. Até porque a Constituição Federal de 1988 – embora tenha assegurado enquanto dever do Estado, direito e responsabilidade de todos – reforça essa situação ao limitar-se apenas no detalhe das esferas de policiamento.

Conduzida pelo atual modelo de desenvolvimento, a luta pela sobrevivência individual não permite unir forças para ações coletivas de pressão social contra o Estado em prol das reformas estruturantes que a maioria da população necessita. Reduzindo as possibilidades de participação na luta pela garantia de uma segurança pública mais profunda que a “repressão e controle da violência ou da ordem social”; numa perspectiva de “segurança existencial”. Uma segurança que supra a essência do ser humano, desde a necessidade básica de segurança alimentar, de uma educação de qualidade para todos, incluindo uma nova concepção de política para a população, reforma agrária, direito ao trabalho digno, até a conquista de uma cultura de paz.

Giddens (1991) comenta sobre esses sentimentos de segurança denominando-a de ‘Segurança Ontológica’. Esta trata-se de uma crença que a maioria das pessoas têm na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundante. A nossa compreensão é que essa forma de sentimento aproxima a concepção de comunidade local, que Giddens afirma como sendo “o meio local, é o lugar de feixe de relações sociais entrelaçadas, cuja pequena extensão espacial garante a solidez no tempo”(p.105). Assim, a comunidade contribui para a segurança ontológica.

Voltando para uma exemplificação dos pensamentos neoliberais de intervenção mínima do Estado, e suas influências no nosso cotidiano, temos a afirmativa corriqueira de que as políticas de transferência de renda acomodam a população em situação de pobreza. Ora, mas quem quer ser um “sobrante” no sistema do capital? Na própria lógica neoliberal nos ensinam desde criança que devemos nos esforçar nos estudos para sermos os melhores e podermos ter uma vida digna, ou mais enfaticamente: deixar de ser pobre. No sistema em que vivemos o senso comum para o “ser pobre” significa ser excluído dos bens e dos serviços, e que sair da condição de pobreza para “poder consumir” é uma conquista, única exclusivamente, de responsabilidade individual.

Por tudo isso falar de violência e juventude nos faz refletir não apenas nos seus conceitos, mas nos riscos que os jovens correm no movimento da vida, nos acontecimentos reais, nas regras impostas socialmente, nas responsabilidades e necessidades que eles assumem ainda precocemente.

Que fardo pesado para as juventudes em situação de pobreza! Estudando numa escola pública sem estrutura apropriada e uma rotina de aula que não é interessante, a sua casa sem privacidade alguma para a dedicação nos estudos, recorre ao emprego – quando tem emprego – que não o admite porque a concorrência é alta, pela sua baixa qualificação ou por não ter experiência. Recorrendo ao trabalho informal é assediado pelo contrabando de mercadorias e pirataria. Tá passando fome e no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS a cesta básica acabou. Devido à fome, a sua imunidade baixou, adoeceu e procurou a emergência do SUS e ficou alguns dias nos corredores do hospital público. Se sobreviveu – porque os pobres são muito criativos e solidários uns com os outros – voltou para a sua comunidade para resistir ou não a tentação das drogas e a inserção no crime.

Que sistema é esse tão flexível na sua conduta com as questões individuais e tão rígido quando se trata do respeito às causas coletivas? Quase tudo é negociado e os meios de sobrevivência, principalmente na vida urbana, se dão pelo consumo ou pelas doações que uma vez passaram pela negociação ou consumo. A questão é que neste sistema, nem todos possuem os meios ou as possibilidades de consumir. Dentro dessa lógica, vale ressaltar o que diz Bauman:

“Todo mundo pode ser lançado na moda do consumo, todo mundo pode desejar ser um consumidor e aproveitar as oportunidades que esse modo de vida oferece. Mas nem todo mundo pode ser um consumidor (...) Todos nós estamos condenados à vida de opções, mas nem todos temos os meios de ser optantes” (BAUMAN,1999,p.94).

Não podemos esquecer a influência do modelo de desenvolvimento neoliberal sobre as relações sociais, no modo de viver, de expressar e conviver em sociedade com grande sede pelo consumo. Mas o que é o consumo, se não a sensação de liberdade no sentido de poder fazer escolhas? O que acontece hoje com a nossa sociedade é a vontade compulsiva de consumir e possuir, de está na moda, a era do Ter para Ser diante de qualquer relação social, onde a mídia tem sido um dos principais reprodutores dessa visão (CARDOSO, 2003).

Bauman, em sua obra *Vida para o Consumo* (2008), apresenta uma concepção mais profunda do âmago social pós-moderno, que envolve a idéia de que as pessoas se fazem a própria mercadoria, e, numa sociedade de consumidores, expressa uma noção que vai além do Ter para Ser, perpassando pela noção de ‘Obter’ para Ser, e mais precisamente, ser um Consumidor. Este autor esclarece que o consumo significa “investir na afiliação social de si próprio” (p.75), ou seja, é um investimento para tudo que serve para o “valor social” e a autoestima para o indivíduo.

Numa sociedade de consumidores, *todo mundo* precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação (ou seja, ver e tratar o consumo como vocação). Nessa sociedade, o consumo visto e tratado como vocação é *ao mesmo tempo* um direito e um dever humano universal que não conhece exceção. (BAUMAN, 2008, p.73)

No entanto, não é a falta deste tipo consumo que caracteriza as juventudes em situação de pobreza como sendo fadadas a envolver-se no crime. A nossa perspectiva é de que falta aos jovens um outro tipo de consumo que é simbólico e é utilizado para se sentir incluído socialmente, oferecer sensação de pertencimento e de reconhecimento social. Nesse sentido, cabe lembrar o que diz Alba Zaluar (1997) ao explicar que a exclusão, também entendida em vários planos e processos, é uma questão “simultaneamente de justiça e institucional”. Compreendemos aqui algo que vai além do imediato, mas envolve o reconhecimento do indivíduo em sociedade, uma dignidade humana de pessoas que são sujeitos de direitos e que esses direitos estão sendo negados, inclusive e principalmente pelo Estado.

Alba Zaluar constata que “não ter dinheiro para consumir os bens cada vez mais oferecidos pelo mercado equivale, para os pobres, especialmente se pertencentes a grupos raciais (como os negros) e residenciais (como os favelados), a ser objeto da suspeita de cometer atos ilegais ou ilícitos ou, pior, de ser agente da violência” (ZALUAR, 1994, p.181). Admitindo que a questão da violência e da juventude vai além da consciência da vulnerabilidade na adolescência, perpassando à noção de cidadania e chegando ao dever do Estado em garantir as políticas públicas às crianças e aos adolescentes.

Nessa rede entrelaçada de conceitos e direitos, percebemos que as “faltas” cotidianas na vida dos jovens de periferia e suas famílias, a negação de seus direitos enquanto sujeito de direitos juntamente com a pressão global do sistema numa sociedade que promove o Ter para Ser distanciando alguns princípios e valores que geram certa segurança, acabam afetando na crença de um futuro melhor, e, ao acomodar-se na vida que levam, reproduzem a violência por já serem tão violados pelo sistema em que vivem. Assim, muitos jovens são atraídos ao crime-negócio, por não saberem lidar com os conflitos surgidos na vida urbana, pela vulnerabilidade os quais estão submetidos e por uma série de questões perpassando pela Sociedade, Estado e questões de afirmação e reconhecimento social que são próprias de juventude (ZALUAR, 2007).

Para Glória Diógenes a “cultura de massa” da sociedade, ao difundir-se por todos os pontos da rede social, realiza um duplo movimento: “fala que todos podem ter tudo, e que ao ‘Ter’, eles seriam reconhecidos como sujeitos sociais e depois nega quase tudo à grande maioria, uma vez, que apenas alguns poderão ter para consumir e Ser” (DIÓGENES

1998, p.61). Explicando que o consumismo traz uma mensagem subliminar e orienta-se sobre princípios básicos a autora ressalta:

“Não é apenas o potencial produtivo e a riqueza acumulada pelos indivíduos que define o “status social”, é fundamentalmente o que eles podem consumir, e efetivamente consomem, que os identifica e os qualifica no fogo das relações sociais” (DIÓGENES, 1998, p.149).

Fatores externos como a ausência ou baixo acesso a equipamentos sociais para exercício da sua cidadania somada à escassez dos mínimos sociais decorrentes da desigualdade social existente, expõe nossa juventude aos riscos: da violência, do crime e da fuga pelas drogas. A vontade dos jovens de se sentirem aceitos, amados, atraídos e atraentes com sua maneira e estilo de ser e viver, embriagados pela lógica do capital “Ter para Ser” os direcionam a todo custo para a busca de sua ‘inclusão’, e, muitas vezes, suprimindo os sonhos, as projeções de futuros, vivendo do imediato e bastando assim cada dia o seu mau. Vejamos o que Sudbrack afirma:

“Os jovens de família de baixa renda constituem, assim, uma população específica, definida, à priori, como uma população em situação de risco pela falta de acesso aos equipamentos sociais. Portanto, deve ser considerada sua vulnerabilidade, tanto quanto ao consumo de substâncias psicotrópicas como às pressões do tráfico enquanto alternativa de trabalho” (SUDBRACK, 1998, p.219).

Analisando esse tipo de situação, Bourdieu (*apud* Alba Zaluar) afirma que “as dúvidas e a revolta geradas pelas atuais condições de vida dos trabalhadores tornam ainda mais improvável a reprodução dos padrões e valores dos princípios implícitos e indiscutíveis que caracterizam uma cultura tradicional” (ZALUAR, 1989, p.155). Ou seja, as condições precárias de vida proporciona uma maior facilidade para esses jovens se envolverem com a delinquência, sendo esta a maneira mais rápida de conseguir seus desejos de consumo.

Adentrando na lógica do consumo, gostaríamos de trazer a contribuição de Baudrillard que percebe o consumo em três categorias de ciência: a *Economia*, cuja necessidade é a ‘utilidade’; a *Psicologia*, sendo a ‘motivação’, tipo de necessidade preexistente e mal definida; e a *Sociologia* que lida com o sociocultural e tem um cunho antropológico do ser individual dotado de necessidades e levado a satisfazê-las, não negando a liberdade do consumidor, consciente e que se supõe saber o que quer. Para o autor, o consumo

“...surge como um sistema que assegura a ordenação dos signos e a integração do grupo, constitui simultaneamente uma moral enquanto sistema de valores ideológicos, bem como um sistema de comunicação ou estrutura de permuta” (BAUDRILLANRD, 1995, p.69-78).

Nesta perspectiva, revelamos até aqui nossa percepção teórica dos detalhes da costura nesse tecido social que nos apresenta as políticas públicas de segurança e mais especificamente as que envolvem as juventudes. Com seu universo de saberes, anseios e preocupações, a luta invisível e muitas vezes imperceptível das juventudes por reconhecimento social, gritos silenciosos que clamam pela garantia de direitos e induções externas para o consumo que marcam as suas histórias com as violências: passiva ou ativa, social, institucional (Estado) ou pessoal no mundo do Capital. É um “pano”, tecido da força jovem que dependendo das oportunidades e base cultural, territorial, histórica, social, espiritual, política e econômica projetam ou não o futuro positivo ou negativo de jovens na nossa sociedade.

Diante destas colocações, afirmamos que conhecer tanto o conceito da violência como as causas que levam os jovens a cometerem delitos é bem necessário, principalmente para que venhamos anteceder a situação de violência para as juventudes, com atitudes mais preventivas. Perceber as necessidades socioeconômicas, psicológicas e culturais, bem como os desejos juvenis são alternativas que alguns autores que trabalham com a temática violência e a juventude, identificando como importante para o envolvimento desses jovens inclusive com as políticas sociais, sobretudo quando possuem perspectivas orientadas pelos estudiosos: políticas de/com/para juventude.

Nessa perspectiva, e entendendo que a violência não se define por si só, pensamos em ampliar nossa visão respaldada pelos seguintes autores: Arendt (1969, 1994), Adorno (1998, 2002), Diógenes (1996,1998) e Zaluar (2007).

Adentrando no conceito de violência, apresentamos Rifiotis na sua crença de que a violência pode atuar como uma espécie de força dispersiva, voltada para a manutenção das diferenças, em contraponto à homogeneização que a centralidade dos poderes procura instaurar, observando a violência e a denominando como um objeto de constante construção que não tem recebido a atenção devida por parte dos pesquisadores: uma espécie de negatividade generalizada face à violência. Ainda acrescenta que a violência é uma objetivação, uma espécie de significante sempre aberto para receber significado, e não uma invariante um objeto natural (RIFIOTIS, 1995).

A violência no conceito de Arendt apresenta um caráter instrumental; “como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja” (ARENDR, 1994, p.41). E sendo um instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la, e, ainda que seja justificável, jamais será legítimo. Para ela, a violência algumas vezes é a única forma de assegurar que a moderação seja ouvida.

Arendt trabalha a relação e a distinção existente entre a violência e o poder, ao afirmar: “uma das mais óbvias distinções entre poder e violência é a de que o poder sempre depende de números [consenso], enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos” (ARENDDT, 1994, p.35). Podemos ainda ressaltar que a violência e o poder são opostos na concepção da autora, aparecendo a violência apenas quando o poder está em perigo, ao confiar em seus próprios impulsos, a violência acaba fazendo desaparecer o poder.

A visão de Arendt relativo à contextualização histórica sobre a juventude e a violência entre os anos 60 e 70, percebemos certa previsão pessimista para o futuro da humanidade ao enfatizar que a “prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento” (ARENDDT, 1994, p.58).

Ao trabalhar os conceitos dos autores sobre a violência, destacamos outras concepções. Dentre elas a concepção de Diógenes (1998) que entende a violência como sendo uma força, uma energia, uma prática que foge do curso presumivelmente disciplinado e estável da ordem social, mas que pode ser canalizada e desenvolvida para potencialidades criativas em benefício para o próprio jovem e a sociedade. A violência como uma força expressiva de uma construção de identidades sociais.

Destacamos aqui, Almeida (1996) e a sua análise sobre o crescimento da violência nos grandes centros urbanos, quando a mesma relaciona a dois aspectos fundamentais: a violência institucional, fazendo uma relação histórica desde os “tempos da República” e do período militar que, segundo a autora “...transformou-se mais tarde em violência disfarçada via repressão escondida em ideologias e manobras do Estado e das classes dominantes para garantir o *status quo*”. O outro aspecto enfatizado é o da violência física expressa em roubos, crimes e assaltos crescentes nas cidades, sendo esta uma violência contextualizada resultado da história de repressão, exclusão e corrupção (ALMEIDA, 1996, p.171).

Esta autora nos faz refletir sobre a influência histórica da opção política que o Estado vem adotando na sua forma de ‘lidar com a pobreza’ não conseguindo romper com o fruto do capital: a desigualdade social. Pelo contrário, a cada dia adequando-se às questões sociais e reconfigurando-se como estratégia de se manter em nome da liberdade (liberdades individuais, livre mercado, dentre outras).

No entanto, Adorno contextualizando o debate sobre violência e crime no Brasil, faz um resgate histórico desde a década de 70, afirmando que nesse período os estudiosos acreditavam que o crime, a criminalidade e a brutalidade contra o delinqüente tinham raízes estruturais. Ou seja, “devia-se ao capitalismo, às estruturas de exploração, dominação e

exclusão inerentes a este modo de organização societário” (ADORNO, 2002). E, diante disso, havia uma forte relação entre ser pobre e cometer crimes, o que gerou nas representações sociais a criminalização dos pobres.

Este autor nos adverte sobre a tese a qual sustentava relações de causalidade entre pobreza, delinquência e violência afirmando que hoje é bastante contestada. Concordando com esta afirmativa, citamos Alba Zaluar sobre a questão da criminalidade e sua vinculação retórica com a pobreza:

“ (...) Justificar a criminalidade violenta de uma pequena parcela dos jovens pobres é desviar a atenção dos que deveriam estar sendo controlados: os que fazem fortuna traficando drogas e armas, por um lado, e os que desviam as verbas que deveriam ser destinadas às políticas públicas que educariam esses jovens para uma sociabilidade positiva e para os direitos positivos de participação.” (ZALUAR, 1997, p.02).

O que Adorno e Zaluar desejam que entendamos é que não devemos relacionar o pobre com a violência/criminalidade, pois existem também ricos e inclusive autoridades – chamados de colarinho branco – que são corruptos e criminosos. A questão aqui traz a tona um Estado que é ausente nas necessidades dos sujeitos, uma sociedade que estigmatiza e um sistema capitalista que exclui as pessoas em situação de pobreza, que não pode qualificar-se o suficiente, e mesmo qualificado, ainda assim sobra, por não ter oportunidade de trabalho para todos.

Waiselfisz tem uma concepção mais voltada para a responsabilização dos indivíduos em sociedade a respeito do contínuo incremento da violência cotidiana configurando “como aspecto representativo e problemático da atual organização da vida social, especialmente dos grandes centros urbanos, manifestando-se nas diversas esferas da vida societal” (WAISELFISZ, 2004, p.15). Para este, precisamos alargar a nossa visão a respeito da violência, pois esta se expressa além das agressões físicas, englobando situações de humilhação, exclusão, ameaças, desrespeito, indiferença, omissão para com o outro. Aqui, a violência está ligada ao conceito de alteridade e se expressa nas formas e mecanismos pelos quais a sociedade convive com as diferenças (WAISELFISZ, 1998).

A violência é analisada por Gilberto Velho como o uso agressivo da força física de indivíduos ou grupos contra os outros, assim como a possibilidade ou ameaça de usar essa força ou ideia de poder, a imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre o outro (VELHO, 1996, p.10). Diferente de Velho, Arendt não acredita que a violência possa ser considerada uma força, pois, para esta autora, a força é a energia liberada por movimentos físicos ou sociais, ou seja, a força é utilizada para um sentido maior que busca algo a ser alcançado (ARENDR, 1994, p.08). Para Arendt, a força difere do uso da violência.

O uso da força, não necessariamente, implica violência. Um policial pode usar a força sem ser violento.

Sérgio Adorno ressalta a violência como meio da única linguagem que o aprendizado da adversidade da vida pode ensinar (ADORNO, 1998, p.115). Assim, podemos destacar a forma que a nossa sociedade vem reproduzindo a violência através dos meios de comunicação, e principalmente pela própria violência que o sistema econômico vem atingindo as pessoas com as dificuldades oferecidas: desemprego, educação que não tem qualidade, moradia inadequada, saúde pública sucateada, falta de saneamento básico, de alimentação e de lazer.

Assim como Arendt - a qual critica a banalização da violência quando percebe que a violência e a sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas: “ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos” (1969, p.16) - precisamos como pesquisadores, sociedade civil ou representante/agente público colocarmos em pauta nas agendas sociais a questão da violência e seu enfrentamento, principalmente porque vivenciamos tempos de insegurança e medo social provocado pelo alto índice de violência e mortalidade juvenil na vida urbana.

1.2. O Significado Contemporâneo de Juventude

Nos estudos e pesquisas de Juventude encontramos hipóteses e defesas de idéias diversas que geralmente discutem sobre o conceito de juventude, percorrendo a visão sociológica, as implicações decorrentes dos conflitos sociais e/ou geracionais, tentando descrever os jovens por sua faixa etária ou na condição de sujeitos de direitos; enfatizando os riscos que os mesmos correm por se encontrarem nesta fase da vida, ou mesmo os vendo como problema social.

Nas discussões mais atuais encontramos a defesa da pluralidade das juventudes, o respeito à diversidade e assim a compreensão de que não se pode generalizar o que é complexo, pelas suas tantas especificidades. Para a busca da compreensão do significado contemporâneo da categoria “juventude”, descrevemos as concepções de Pais (1990,2009), Novaes (2005, 2007), e Groppo (2000,2004).

Na concepção de Groppo sobre as definições de juventude, estas passeiam por dois critérios principais: o critério etário e o critério sociocultural (2000, p.9). No entanto a

concepção do autor sobre a juventude pode ser definida como “uma categoria social, sendo esta uma concepção, representação ou uma criação simbólica, com suas próprias formas e conteúdos que tem bastante influência nas sociedades modernas” (2000, p.08).

Novaes afirma que não é possível questionar a universalidade da categoria Juventude sem reconhecer sua historicidade, pois, tanto às idades cronológicas quanto as expectativas construídas pela sociedade sempre variam com suas respectivas culturas, regras e ritos quanto à passagem entre as fases da vida. Assim, a autora percebe “a juventude como a fase da vida mais marcada por ambivalências”. Para ela, “Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação, sempre em choque e negociação.” (NOVAES, 2005, p.113)

Helena Abramo ao descrever a concepção de juventude, afirma que esta é

“Como um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integridade e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados a “cultura” e da assunção de papéis adultos” (ABRAMO, 1997, p.29).

Na visão de Diógenes a juventude é uma invenção moderna, “tecida em um terreno de constante transformação e que cada vez é mais difícil definir-se enquanto macro-categoria de investigação: a juventude é essencialmente polimórfica e polifônica” (DIÓGENES, 1998, p. 139-155). Jacobo Waiselfisz constata com suas pesquisas que o conceito de juventude é uma categoria sociológica que indica o processo de preparação para os indivíduos assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional (WAISELFISZ, 1998, p.17).

No que diz respeito à perda que ao longo das décadas os jovens tiveram em relação à intervenção estatal nos problemas relacionados à transição etária da juventude e contrapondo a descrição histórica de Groppo, a autora M^a Antonieta A. de Souza (2005) afirma que a palavra ‘juventude’ não pode ser interpretada como um fenômeno demográfico a ser modelado numa ‘classe de idade’ para um exercício maduro da vida adulta.

Para Souza, a juventude

“...emerge como movimentos de grupos ativos que questionam justamente a validade das grandes estruturas institucionais como a ‘cronologização do curso da vida’ e seus aparatos de socialização e controle, sendo as práticas de relações que se estabelece nos diversos sub-grupos de jovens ou grupos de juventude e contra-culturas o seu grande diferencial do curso da vida, dando razão ao que hoje os estudos consideram de ‘Juventudes’”. (SOUZA, 2005, p.92).

No entanto, a questão que Groppo discute é sempre na lógica da intencionalidade dos movimentos juvenis, que, até a década de 60, lutavam numa perspectiva mais ampla de demanda por “libertação” – em relação aos padrões comportamentais, em relação à dominação neo-imperialista ou em relação ao poder das burocracias, portanto, uma revolta pela libertação na era dos “três mundos”. Enquanto que hoje, sob efeito da influência neoliberal, os grupos juvenis quase sempre não conscientemente lutam em torno da identidade juvenil, esquecendo de lutar pelos direitos da Juventude (GROPPO, 2004).

Não podemos esquecer, que o contexto social que temos vivenciado em nossa sociedade é marcado pelas contradições do moderno e global consubstanciado pelo liberal e individual do sistema capitalista atual. Isso influencia em todas as relações, dentre elas desde os processos de produção e reprodução do capital que trata tudo e todos como descartáveis maquiando nos seus discursos - a partir do princípio da liberdade – até nas relações sociais com estilos de lutas diferenciadas que defendem interesses exclusivamente individuais, segregando cada vez mais as pessoas para que não haja lutas sociais enquanto classe social.

Esse contexto é absorvido pela sociedade, assim como pelos jovens o qual tem preferido optar por outros tipos de manifestações sociais de caráter mais representativo (fóruns, redes sociais, comunidades, debates e audiências virtuais, etc.) e com interesses não mais coletivos enquanto classe trabalhadora, mas de grupos sociais específicos: Gênero (mulheres, homossexuais), Geracionais (criança e adolescente, juventude, idosos), étnicos (negros, indígenas) ou temático (Saúde, Educação, Meio ambiente, Segurança Pública, etc.).

Em pequenas ou grandes atitudes temos sido influenciados enquanto sociedade pela essência do individualismo e cada vez mais desaparece as manifestações presenciais de luta e conquista de direitos da população como, por exemplo, as grandes passeatas e acampamentos de protestos sociais; distanciando assim, a sociedade do sentimento de coletividade, que Bauman resgata como ‘sentimento de comunidade’ na perspectiva de ser tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes (2000, p.09).

Contudo, o presente trabalho pretende compreender esta categoria como uma etapa da vida em constante transformação, um universo de complexidade que depende de vários aspectos para ser melhor compreendido. A defesa deste trabalho, apesar de mostrar as várias definições sobre juventude(s) tem uma admiração da concepção de juventude à luz de Pais:

“Quando falamos de juventude estamos profunda e comprometedoramente emaranhados numa complexa teia de representações sociais que se vão construindo e modificando no decurso do tempo e das circunstâncias históricas.” (PAIS, 2007, p.02)

Este autor crítica intrigantemente o que considera de etiquetas para a juventude: tribos, gangues, bandos. Seu receio é de que ao invés de conceituarmos, caiamos no preconceito. Ou seja, a partir da categorização venhamos a construir mitos. Neste sentido, “o primado da diferença entre os jovens – nomeadamente quando se confrontam as suas distintas origens e condições sociais – deve concorrer com o primado da sua pretensa unidade geracional.” (PAIS, 2007, p.03).

O cuidado deste autor é exatamente para que possamos evitar o que temos vivenciado na sociedade e até reproduzidos por outros autores, que muitas vezes, sem perceber fazem de suas pesquisas ‘verdades absolutas’, difundindo o pensamento de tal forma que criam novos problemas: estigma em nossa juventude. Por outro lado, temos um Estado que fixados em faixa etárias, segmenta tudo com a intenção de aportar recursos. Assim, acaba investindo em trabalhos isolados e emergenciais ao invés de pensar e elaborar projetos e programas integrados e intersectorializados que estudem, e, de fato, consigam minimizar os fatores que vulnerabilizam as juventudes.

1.3. Percepções Sociais de Juventude e Violência: de 1950 aos dias atuais.

Para apresentar nosso objeto de estudo faremos um resgate histórico e social das representações simbólicas de juventudes para a sociedade com a perspectiva de relacioná-lo com o crescimento da violência nos dias atuais, num breve recorte na história do Brasil dos anos 50 à década de 90 do século XX à luz de Abramo (1997), Diógenes (1998), Groppo (2000, 2004), Souza (2005) e Sousa & Goldmeier (2008) e os dias atuais com Novaes(2005).

A década de 50 do século XX, em seu cenário político-cultural e socioeconômico apresenta-se com um forte avanço econômico e industrial com o Plano de Metas, influenciado pela política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Havia um pensamento progressista e a modernização estava a todo vapor, resultando num relevante crescimento migratório da população rural para as cidades. No campo da cultura a década de 1950 foi marcada pelo mesmo sentimento progressista e de modernidade da época.

Seguindo o contexto, a percepção social sobre juventude acompanhava o seu tempo. Na análise dialética de Groppo sobre as décadas de 50 e 60 os movimentos juvenis aparecem para sociedade como um processo de institucionalização da “Era da Adolescência” e do novo processo de massificação das universidades e o crescimento da indústria cultural (2004, p.8).

Ressaltamos que, no século XX, a indústria cultural trabalhou intensamente sobre as manifestações comportamentais e políticas das juventudes. A rebeldia e a delinquência juvenil foram assuntos atraentes nos meios de comunicação de massa, e sua publicização, ela própria, ajudou a moldar as características especiais desses grupos juvenis (GROPPO, 2000, p.99).

Aproximando-se a Groppo, Helena Abramo (1997) descreve as concepções sociais sobre a juventude da década de 50 como uma categoria social potencialmente delinquente, por sua condição etária, de ajuste ao mundo adulto, gerando angústias quanto ao próprio modelo de integração existente na sociedade. Sousa e Goldmeier (2008) contextualizam neste período a preocupação mundial e brasileira com a infância e juventude desassistida, a partir da criação de alguns órgãos como a UNICEF, em 1948, e a FUNABEM, em 1964. Os autores nos trazem a percepção desse período como o início da representação social que associa os pobres às classes perigosas, tendo como consequência que as crianças e adolescentes pobres fossem vistos como perigosos ou potencialmente perigosos.

Nesse momento percebemos uma sociedade urbana em meio a problemas infraestruturais devido ao inchaço da migração estimulada pela expansão do capitalismo com a industrialização nos anos 1950, juntamente com a busca pelo moderno que envolvia a população, que na década de 1960, se agrava com a busca de rendas tecnológicas, monopolização de progresso técnico e diminuição dos custos salariais diretos pelas indústrias brasileiras, bem como uma expansão, que Behring (2010) chama de expansão do “fordismo à brasileira” por meio do Milagre Brasileiro. Além disso, um momento acrescido com a perda de liberdade democrática, de censura, prisão e tortura com a instalação da ditadura militar em 1964.

Nesse contexto, nos anos 60 e 70 os jovens passam a ser vistos como ameaçadores da ordem social, nos planos políticos, cultural e moral, por uma atitude crítica a ordem estabelecida de oposição dos regimes autoritários, contra as formas de dominação, através dos movimentos pacifistas e movimento ‘hippie’ (ABRAMO, 1997, p.30). Essa juventude tinha uma causa ideal, um interesse de mudar um país, utilizava-se da força como uma atitude de crítica a ordem estabelecida pelo regime militar. Esses jovens lutavam e

buscavam transformação através dos movimentos estudantis, opondo-se aos regimes autoritários da época.

“A juventude apareceu então como a categoria portadora da possibilidade de transformação profunda: e, para a maior parte da sociedade, portanto condensava o pânico da revolução... os jovens condenavam a si próprios a jamais conseguirem se integrar ao funcionamento normal da sociedade... não mais como uma fase passageira de dificuldades, mas como recusa permanente de se adaptar, de se “enquadrar”... a imagem dos jovens dos anos 60 plasmou-se como a de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social” (ABRAMO, 1997, p.31).

Ainda sobre os anos 60, percebemos a juventude como propagadora de valores ‘contraculturais’⁹ e afirma que o teor transformador marcado pelas manifestações juvenis associa a juventude ao referente da rebeldia (DIÓGENES, 1998, p.146).

“A idéia idílica da juventude enquanto inovação cultural, signitória de valores forjados num “mundo às avessas”, sofre resignificações decisivas na década de 70. Essa desqualificação relaciona-se, basicamente, ao fato que nos anos 70 e, principalmente durante toda a década de 80, os jovens se organizarem em torno de movimentos culturais e se apresentarem socialmente como difusores de estilos de vida centrados na música, no lazer e no consumo de produtos identificados com a cultura juvenil.” (QUIRONGA *apud* DIÓGENES, 1996, p.02).

No cenário político e econômico, o Brasil, no início da década de 1970 passa por uma reação burguesa à crise do capital, desencadeada pela crise do petróleo. No entanto, entre os anos 1968 à 1974, o Estado mantém o controle através da institucionalização das empresas estatais. Para Behring, o Estado atuou como uma “almofada amortecedora anti-crise” (2010, p.116). Entre 1974 e 1975 o país enfrenta a crise clássica de superprodução, nos anos 1976-1979 o desemprego passa a ser crescente e começa a avançar as idéias neoliberais. No final dos anos 70 surge o Código de Menores de 1979.

Para as questões de juventudes, a década de 1970 foi o período responsável pelo engendramento da ‘desinstitucionalização’ da juventude pela idade, denominada por ‘*reprivatização do curso da vida*’¹⁰. Isso reflete inclusive na proteção social do Estado, pois, as suas intervenções institucionais são baseadas na cronologização do curso da vida, “tendo seu peso cada vez menor, e obrigando indivíduos e grupos sociais a procurar

9 Essa contraposição da cultura vigente pode ser justificada pela influência do Movimento Hippie, movimento feminista e movimento negro que surgia nos Estados Unidos e intensificava em todo o mundo e que perdurou durante toda essa década (MARTINS, 1997).

¹⁰ Para Groppo, a “reprivatização” do curso da vida indica uma regressão dos direitos sociais relativos à infância, juventude e velhice. No caso da juventude propriamente dita, uma real ameaça de “anomia social”, dada a ausência de um período transitório no qual os agentes sociais seriam “treinados” para a aquisição de requisitos mínimos de civilidade, cidadania, consciência social e criatividade cultural, período outrora chamado “juventude”.

soluções particulares para as dificuldades inerentes ao ritmo biológico da vida” (GROPPO, 2004, p.11).

Nos anos 1980, se instala uma nova crise: crise fiscal do Estado, desencadeada nos Estados Unidos. E no Brasil, é uma década de endividamento. É nesse período que se instala de vez a crise da credibilidade do capitalismo enquanto sistema capaz de garantir o pleno emprego. Esta década foi marcada por uma revolução tecnológica e organizacional na produção, denominada de reestruturação produtiva e é conhecida como a década perdida do ponto de vista econômico.

Porém, a década de 1980 é lembrada como um período de conquistas democráticas com a outorgada Constituição Federativa do Brasil de 1988. Nesta grande conquista do Estado democrático de direitos, há visões distintas entre autores e suas percepções sociais sobre a juventude: alguns consideram a Juventude apática e desinteressada pelas questões sociais; e outros, defendem que a juventude permaneceu atuante, porém, com novas e diferentes formas de participação, numa perspectiva institucional ou de agremiações e expressões sociais.

A defesa de uma juventude individualista, patológica, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, como uma geração que recusa o papel de inovação cultural dos anos 1980 é descrita por Helena Abramo como uma juventude depositária de certo medo relativo ao “fim da história”, uma vez que nega seu papel como fonte de mudança (ABRAMO,1997, p.31).

Diferente de Abramo, Novaes e Vital (2005) percebem que os jovens atuantes, porém, começa a existir novas formas de participação para além das tradicionais (campanhas, greves, e passeatas). Estas afirmam que até a década de 1970, os atores juvenis estavam restritos aos jovens estudantes de classe média, e que depois desse período e mais fortemente no dias atuais, várias das formas de movimentação que vemos surgir ocorrem entre jovens dos mais distintos setores, especialmente dos chamados “setores populares urbanos”.

Para as autoras Novaes e Vital (2005), após a referida década de 1970, algumas consignas foram mobilizadoras para uma nova forma de participação cidadã: *crescimento do movimento ecológico sustentável* – tanto nos espaços rurais quanto urbanos -; *movimentos por acesso à educação, ao trabalho e à comunicação/tecnologias*; *reconhecimento de demandas de grupos vulneráveis e pelo respeito à diferença* com bandeira de “ações afirmativas”; e finalmente, o *movimento pela paz e pelos Direitos Humanos*.

Sousa e Goldmeier (2008) fazem uma contextualização de cunho mais institucional do trato do Estado com a juventude, informando que partir do início dos anos

80, o Estado começa a privatizar todas as suas funções sociais, colocando-as nas mãos de ONGs ou de instituições privadas; ficando como o agente da ordem para o mantimento estável do mercado, desempenhando uma função apenas policial; oficializando seu papel punitivo e o eximindo de compactuar com o surgimento do problema. Como afirma esses autores: “...cada vez mais os discursos dominantes legitimam o fenômeno da criminalização da pobreza presente em nossa história desde tempos remotos” (2008, p.12).

As agremiações juvenis (re)surgem no final da década de 1970, assumindo grande vulto nos anos 1990. De fato, “a questão das agremiações juvenis, em sua multiplicidade, com seus diferentes símbolos e estilos, seus modos de ser singulares, motivações e modos de representação distintos pode ser pensada como uma das marcas da atualidade” (GUIMARÃES, 1997, p.199).

Diógenes define a marca da década de 1980 como sendo um “ilimitável pluralismo” da geração cultural, observando que a expansão de uma cultura “global” vem a ocorrer no momento em que a sociedade de consumo parece unificar-se (1998, p.149). É interessante ressaltar que esta década, representa o período da redemocratização brasileira com a Constituição Federal de 1988, o fim da Guerra Fria no cenário mundial e a reafirmação do capitalismo, abertura no mercado, trazendo consigo a globalização e a influência do consumo.

No entanto a década de 1990 foi marcada pela campanha em torno da reforma do Estado, privatização do público, ajuste fiscal, plano Real, e desmonte do Estado brasileiro para adaptação passiva à lógica do capital e a implantação do trinômio do Neoliberalismo: privatizações, focalização/seletividade e descentralização para as políticas sociais (BEHRING, 2010).

É nesse período que cresce o número de instituições denominadas de ‘Terceiro Setor’ que envolve associações de bairro, conselhos, entidades filantrópicas e eclesíásticas e ONG’s que defendem os direitos humanos, e em muitos casos, se especializam em defesas de direitos por cunho temático. Assim, se intensificam o terceiro setor, as tecnologias de informática, juntamente com a globalização e conseqüentes novas formas de relações sociais - e por que não dizer - de outra forma de participação social, através da representatividade institucional, inclusive com a participação juvenil.

Para especialistas como Abramo, os jovens continuam sendo vistos socialmente como apáticos. Se diferenciando da década anterior pelo crescente envolvimento com a rua em ações individuais e coletivas (arrastões, surf ferroviário, gangues, vandalismo) e percebidas como jovens em “situação de risco” e como vítimas de exclusão social. Abramo percebe um pouco de mudança em relação aos anos 80:

“... já não são mais a apatia e desmobilização que chamam a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas. No entanto, parte dessas ações continua sendo relacionada aos traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, ao desregramento e desvio (os meninos de rua, os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, as galeras, os atos de puro vandalismo)” (ABRAMO, 1997, p.31-32).

Por outro lado, a questão da juventude e violência quando ganhou grande visibilidade a partir de 1992, com os “arrastões” ocorridos nas praias da Zona Sul do Rio de Janeiro, e amplamente divulgada pela mídia, levando a um processo de estigmatização crescente desse segmento juvenil a quem foi debitado a conta pelos “arrastões” (GUIMARÃES, 1997, p.201).

Diógenes, ao comentar sobre as práticas juvenis que marcam a década de 1990, percebe que os jovens sentem a necessidade de formação de “turmas” cujo objetivo, pelas vias mais diversas, é marcar uma presença¹¹ impactante no cenário social (1998, p.155). No entanto, Groppo (2004) afirma que a juventude desaparece para dar lugar à “juvenilização”, deixando de ser uma vivência transitória para ser um estilo de vida identificado ao bem viver consumista próprio da sociedade ‘pós-moderna’ que constrói a individualidade, esboçada num “modo de ser” e segregando os grupos sociais.

Vale lembrar que é em 1990 no Brasil, com a força do movimento social e articulações políticas, é instituído um marco legal: o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa lei enfatiza um novo olhar sobre a infância e adolescência percebendo-os como sujeito de direitos, e trazendo em si rompimento de certos pré-conceitos provindos dos antigos Códigos de Menores. Assim, inicia uma nova caminhada na defesa e luta pela proteção integral, prioridade absoluta e a efetivação de direitos dessa população, que consideramos ser uma das influências para uma nova percepção nos anos 2000.

Nos anos que percorrem a década de 2000, esse novo olhar sobre a infância, a adolescência e as juventudes é mais difundido com o crescimento do número de Conselhos de direitos da infância e da adolescência, de conselhos tutelares, instituição de Sistemas como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004, nas três esferas de governos, juntamente com o surgimento de novos marcos legais, como a Lei Nº 11.129 de 2005, que cria o Conselho Nacional da Juventude.

11 Glória Diógenes explica o que significa “marcar presença” e registra o que tem ocorrido nos dois campos de manifestações: A presença de movimentos culturais, que têm a dança, a música, o esporte ou as artes gráficas como campo de manifestação mais marcante, denominados galera e os grupos que se expressam, de forma mais restrita, através de práticas coletivas de violência, identificados como gangues (1998, p.155).

No decorrer dessa primeira década do século XXI, a preocupação na política de Segurança Pública em integrar as políticas setoriais em prol da redução da violência criminal cometida por jovens apontam uma nova era de possibilidades para de fato desenvolver o que chamamos de Políticas de/com/para juventudes.

Pensadores sobre a sociedade de hoje, descrevem os jovens numa visão mais ampliada, ainda que a discussão sobre seus conceitos permaneçam, porém já começam a perceber uma Juventude no plural, dando ênfase as várias juventudes existentes em nosso contexto atual, tanto pelas desigualdades sociais sofridas com relação à renda, gênero ou etnia, quanto por respeito à diversidade, sejam de orientação sexual, preferências de torcidas organizadas, galeras, religião, pertencimentos associativos ou políticos, turmas, grupos, e/ ou gosto musical.

Esses recortes, que funcionam como demarcadores de identidades, podem aproximar jovens socialmente separados ou separar jovens socialmente próximos. Tudo isso gera um complexo de diferenças que possibilitam os distintos graus de vulnerabilidades sociais e sua compreensão sobre as juventudes (NOVAES, 2005, p. 111).

À luz de Regina Novaes :

“Na sociedade moderna não há consenso em torno dos exatos limites de idade que devem vigorar para definir quem é jovem, mas a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. É vista como tempo de “moratória social”, “etapa de transição”, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania.” (NOVAES, 2005, p.110)

Contrapondo ao breve resgate histórico desta pesquisa, a autora Regina Novaes acredita que em todos os tempos, e conseqüentemente, nas sociedades geracionais anteriores, existiram juventudes, ainda que com suas ambivalências, não sendo possível dar a cada geração um veredito conclusivo de como eram ou se comportavam:

“...em cada tempo e lugar são muitas as juventudes, entre elas sempre existem adesões ao estabelecido e territórios de resistências e de criatividade. É o que ocorre também aos jovens de hoje.” (NOVAES, 2005, p.114)

Entre semelhanças e contraposições, apenas buscamos compreender um pouco das percepções sociais para adentrarmos nos debates sobre juventudes, e, principalmente, ressaltarmos a importância de conhecer esta categoria para desenvolvermos políticas, programas e projetos mais eficazes para os jovens, e conseqüente enfrentamento a violência, conforme o item a seguir.

1.4. A Importância das Políticas Públicas de/com/para a Juventude

A realidade multicausal das questões que envolvem a violência e as juventudes nos chama a atenção pelos seus índices crescentes e assim nos instiga a identificar os possíveis problemas que ocorrem durante a fase de desenho, formatação/elaboração, implementação / processo e impacto de uma política pública, programa ou projetos sociais.

A existência de programas e projetos para enfrentamento a esta questão - ainda que insuficiente para o tamanho do problema – tem crescido, mas não temos percebido nas estatísticas de grande porte e credibilidade nacional (IBGE, DATASUS, IPEA) resultados eficazes e efetivos sobre os índices mais gerais da mortalidade juvenil na nossa cidade, estado e país.

Como estudante de avaliação de política pública, sabemos que existem várias etapas, níveis, propósitos e tipos de avaliação que poderiam ser esclarecidas neste trabalho, mas explicar tudo isso não é nossa intenção. Pretendemos focar numa política numa perspectiva de eficácia, uma vez que nossa avaliação diz respeito à fase da implementação do PRONASCI em Fortaleza, e mais especificadamente sobre as metas propostas e possíveis problemas organizacionais e processuais desta etapa do Programa.

Para isso, consideramos relevante uma breve descrição sobre política pública específica para os jovens. Quando pensamos nessa população alvo que é tão diversa e ao mesmo tempo tão específica, nos embasamos teoricamente sobre a temática *Política Pública de/com/para Juventudes*, utilizando pesquisas recentes da UNESCO e de autores como: Abramovay (2007), com algumas orientações de Pais (2005) e de Lejano (2006).

Para começar, nesta pesquisa, afinamos nosso pensamento com a definição de Políticas Públicas como sendo “responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões - que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada” (HÖFLING, 2001, p.31).

Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. Ela percorre a dimensão do que entendemos de política social, que envolve os termos clássicos que encarnam os direitos conquistados nas lutas proletárias: *proteção social do Estado, redistribuição dos benefícios sociais*, visando à *diminuição das desigualdades estruturais* produzidas pelo atual sistema capitalista em que vivemos a partir do desenvolvimento socioeconômico. Desse modo, ressaltamos seu início a partir dos movimentos sociais do século XIX, que surgiram do conflito entre o capital e trabalho na revolução industrial (HÖFLING, 2001).

Essa última ênfase respalda nossa justificativa de compreendermos os processos de desenvolvimento de qualquer política, com a participação social. Aqui, intensificamos a participação da sociedade civil nos processos, e não com a finalidade de ser a “única” que puxa as agendas políticas, ou de – no caso da violência – a mais responsável de se construir, enfrentar e manter a paz. A participação social intencionada nesta pesquisa tem sentido de cidadania, direito e dever da sociedade em ser informado, compreender os processos e participar das decisões sobre os rumos das políticas. Sendo isto, o mínimo que o Estado pode promover como retorno dos impostos pagos pelos trabalhadores e a sociedade.

A perspectiva de o desenvolvimento das políticas públicas brasileiras terem um caráter participativo vem de uma base legal fundamentada pela Constituição Federal do Brasil de 1988, por ter em um de seus princípios para o Estado Democrático de Direitos: a cidadania. E nesta pesquisa, cidadania, dentre seus vários conceitos, tem sido escolhida à luz de Pais no reconhecimento de uma *cidadania trajectiva*. Esta vai além da noção de inclusão social, ultrapassa a noção tradicional de objetividade e subjetividade que as ciências sociais costumam analisar.

A *cidadania trajectiva* que Pais (2005) ressalta no contexto das juventudes acompanha o moderno, o urbano. Este autor a descreve como uma capacidade heurística onde a sociedade reconhece as relações de pertença em sua multiplicidade, de solo, de sangue, mas também as fragmentadas e passageiras. A vinculação da cidadania com o trajeto vem do sentido de “redes sociais que ligam os indivíduos” (PAIS, 2005, p. 64). Nesse sentido de cidadania, tanto o Estado como a Sociedade perceberá que as políticas de juventudes persistem em uma intervenção diferenciada que corresponda com as ‘trajetórias complexas’ e os ‘terrenos labirínticos’ os quais os jovens percorrem (PAIS, 2001).

Deste modo, pensamos que deve ser percebido o contexto de vida desses jovens, reconhecido e aproveitado as performatividades juvenis, em suas diversas formas de expressão, e de novos tipos de participação, para que se possa desenhar e elaborar políticas, programas e projetos, aproximando os jovens ao processo da política a eles destinado (PAIS, 2005).

Abramovay descreve uma série de justificativas para que o Estado crie políticas específicas para os jovens, dentre elas que as juventudes representam uma fatia de relevância populacional para a nação. Outra questão são as vulnerabilidades negativas dessa categoria com relação a outros grupos geracionais quando falando em contradições existentes entre economia de mercado *versus* tempo de estudo. A autora também se respalda nos Direitos Humanos dos jovens de estudar, divertir-se, construção da autonomia

e em capital cultural-social e afirma a responsabilidade do Estado com a sustentabilidade social da civilização. (ABRAMOVAY, 2002).

E se pensamos que os jovens são sujeitos de sua história/trajetória dentro de um estado democrático de direitos que assegura a sua cidadania, e esta, por sua vez, pressupõe uma efetiva participação e reconhecimento comunitário de pertença, percebe-se então, como Abramovay (2002), que:

“a partir do Estado, para a perspectiva de políticas de ou com juventudes, ou seja, políticas específicas para grupos jovens e políticas que sejam decididas e formatadas com a participação dos jovens, combinando-se participação de grupos na sociedade civil com outros em instituições da sociedade pública estatal...” (ABRAMOVAY, 2002, p.19).

Nesta perspectiva o Estado deve incentivar as organizações de jovens em termos de participação política o que nos remete a perceber as novas formas de participação que temos vivenciado na atualidade: redes, fóruns e conselhos de juventude, diálogo entre as várias juventudes e investimento do Estado na articulação, estrutura que possibilite a participação das diversas juventudes na construção de planos, bem como no acompanhamento dessas políticas. E por que não na avaliação de políticas quanto ao seu grau de satisfação e realização dos resultados propostos?

Em exercício profissional, temos visto jovens monitorarem e avaliarem comunitariamente a equipamentos públicos em seus bairros (escolas, posto de saúde, áreas de lazer, e outros), baseados na lei e em publicações de orçamentos públicos da cidade. São jovens educados politicamente pelas organizações não governamentais que se utilizam da metodologia Monitoramento Juvenis Popular de Política Pública (MJPOP). Essas ações muitas vezes foram intimidadas, mas permanece ativa e cada vez mais se expande.

Há outras formas de expressão juvenis envolvendo identidades étnicas, diversidade sexual, religiosas, de gênero, esportivas, culturais (hip hop, grupos de artes, danças, RPG), grêmios estudantis, estilos musicais (rock, punk, rap, etc.), estilos emocionais (góticos, emos), jovens de projetos governamentais que tem potencial e, da sua forma, participam desse novo tipo de cidadania. No entanto, há um grande desafio para o Estado de escutar a voz daqueles que muitas vezes não são mencionados, mas que fazem parte da realidade: a juventude que está envolvida com o tráfico, os jovens que utilizam drogas, os egressos do sistema prisional; cabendo ao setor público buscar estratégias necessárias e encontrar caminhos para esse diálogo e enfrentar a questão das drogas e da violência.

Ao ouvir a pluralidade que são as Juventudes, restam as políticas de/com/para Juventudes se entrelaçarem com as transversalidades de direitos e problemas enfrentados por essa categoria, que envolve a questão da educação (escolaridade, qualidade de ensino, acesso a tecnologias de informação, acesso a universidade), do trabalho (subsídios a iniciação profissional, qualificação profissional, primeiro emprego), da diversidade (sexual, religiosa, étnica, gênero), dos conflitos geracionais (família, meio ambiente e questões de sustentabilidade/responsabilidade), saúde (gravidez precoce, DST's e HIV/AIDS, tratamento de entorpecentes, internações juvenis por causas externas), cultura, esporte e lazer, participação cidadã (social e política), Segurança pública (prevenção de jovens e formas de enfrentamento a violência) dentre outros.

Entretanto, no contexto das Juventudes, não basta incentivarem as organizações de jovens ou elaborar programas e projetos sociais destinados a essa população. Além de ouvir os jovens, o debate sobre políticas com juventudes passa pela formação política, e não apenas de conhecer seus direitos básicos, mas no sentido de aprender a cuidar da coisa pública, monitorar e cobrar a ação do Estado no que tange a sua responsabilidade perante a sociedade e, a esse público específico.

Mas, de fato, o que significa políticas de/com/para as juventudes? Segundo Abramovay (2002) esse estilo de política passa pela concepção integrada e qualifica como um novo paradigma de fazer política envolvendo uma integração entre as políticas universais e as políticas específicas de juventudes, colocando cada ator em sua posição quanto ao papel. Ou seja, 'políticas *de* juventudes', porque respeita a pluralidade dos jovens, e os vê como sujeitos de direitos e atores em desenvolvimento, em construção da sua autonomia e formação de capital cultural.

Relativo às 'políticas *para* juventudes' a autora ressalta o Estado como responsável de promover essas políticas, fornecendo serviços e bens para uma população que sofre com as vulnerabilidades sociais, provindos das desigualdades socioeconômicas. E, finalmente, sobre as 'políticas *com* juventudes' existe uma ênfase na articulação entre agências, políticas com ações imediatas, considerando princípios integradores, com investimento em processo e vontade política para mudar a forma de fazer política; lidando com complicadores políticos, econômicos, culturais e históricos (ABRAMOVAY, 2002, p. 21).

Não pretendemos ser extremista e dizer que os jovens podem fazer tudo e sempre sozinhos nas etapas e processos no desenvolvimento de suas políticas. Mas, tão somente enfatizar, assim como nos orienta Lejano – com suas 'regras de ouro' para análise de uma política – que os atores sociais precisam ter sua liberdade de fornecer suas perspectivas, da mesma forma que, em algum momento, os agentes políticos devam ser

envolvidos num processo em que o conhecimento gerado das experiências seja ligado à ação. Assim, pistas de reflexão conjunta precisam ser concebidas para o processo, para que estas múltiplas perspectivas sejam avaliadas, comparadas e, talvez, integradas em uma política coerente (LEJANO, 2006).

Ainda podemos acrescentar no trato das políticas de/com/para juventudes outras orientações de Lejano que nos atenta a fazer comparações entre as localidades, sempre considerando as particularidades geográficas, os recursos naturais, as implicações geopolíticas, a riqueza, o maior ou menor conjunto de atores economicamente diversos, e discutir sobre as influências das características do lugar no entendimento da estrutura, da execução e dos resultados dos programas (*apud* RODRIGUES, 2008, p.119). Ou seja, numa concepção de valorização do território e seus aspectos socioeconômicos e culturais onde vivem esses jovens.

Como defende Lejano, não podemos pensar apenas na observação das características físicas e demográficas do lugar, mas em como vai ser “a adequação das novas políticas às características institucionais, estruturais e comportamentais, bem como as práticas estabelecidas, tradicionais, do lugar – procurando, assim, perceber a coerência institucional” (*apud* RODRIGUES, 2008, p.119).

No entanto, Abramovay se preocupa mais com as complicações da formação das políticas para os jovens relativos à existência de políticas pontuais, desarticuladas e com poucos recursos, focadas em elencos reduzidos e em localidades específicas, bem como nos problemas que podem ocorrer se os formuladores não têm propriedade nos conhecimentos sobre as temáticas relacionadas às juventudes, ou na ênfase às vulnerabilidades e nos paradigmas de participação e esquecer a essência da avaliação dessas políticas pautadas no princípio da construção da autonomia e do capital cultural (ABRAMOVAY, 2002, p.39).

A autora incentiva uma formulação de políticas com parâmetro ético-político; parâmetros voltados para identidades juvenis; parâmetros de formação institucional e de gestão, voltados para integração de programas e fomento e criação de redes, mas sempre utilizando recursos com transparência e possibilitando o acompanhamento crítico das políticas. Outro parâmetro proposto é o que fomenta a opinião pública – o de apoio - bem como o estímulo a pesquisa sobre e com grupos juvenis, avaliações de ações e programas e intercâmbios de experiências. O parâmetro – vetor sob a perspectiva das identidades juvenis deve romper com o dualismo entre políticas universais e focalizadas e investir nos trânsitos e nexos de políticas de/para juventudes. (ABRAMOVAY, 2002, p.42/43)

A autora faz uma advertência pertinente aos executores de políticas para os jovens, esclarecendo o cuidado em desenhar, implantar e desenvolver políticas de/com/para juventudes com investimentos voltados para a cultura:

“Há que cuidar no desenho de políticas e programas contra o uso instrumental da cultura e a substituição do pão pelo circo, ou vice versa, o circo pelo pão. Há que evitar tal simplificação mas defender a importância, ainda que não a suficiência, dos investimentos em programas que estimulem a ética, a estética, equipamentos culturais, abertura de espaços de sociabilidade e lazer e chamar atenção para o valor contra violências de tais políticas, o que, insistimos, se não conjugado a políticas de emprego e de boa educação, podem se perder ou ter efeitos apenas paliativos, temporários” (ABRAMOVAY, 2002, p. 33).

Esse receio se dá pelo ranço da nossa história, onde os jovens são percebidos como uma fatia da população que, conquistada, é possível ‘manipular’ e o que é de direito, passa a ser um ‘benefício do governo’ para seus clientes e eleitores fidelizados com o que tem disponível no Estado, tratando, sobretudo, os mais pobres:

“...como “clientes” e não como sujeito de direitos, perpetuando relações clientelista entre elites políticas e eleitorais que embaçam a construção de relações efetivamente democráticas, e retardam a conquista da cidadania para contingentes expressivos da sociedade” (QUEIROZ, 2005, p.55).

Na contramão desse sistema de atenção aos jovens de caráter clientelista, nasce a importância de conceber políticas de/com/para as juventudes, num teor de reconhecimento de pertença dos diversos trajetos das culturas juvenis que possibilita a “cidadania trajectiva” recomendada por Pais, pelos fatores multicausais expressos por Abramovay na busca de uma totalidade de conhecimento, valorização, e participação dos jovens em todos os processos da política, reconhecendo-os como seres autônomos e capazes de exercitar sua cidadania e dando conta do contexto local e território em que estão inseridos, sob as orientações de Lejano.

2. PRONASCI: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS

2.1. O PRONASCI no contexto nacional: antecedentes históricos

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988 assegura que “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, através dos órgãos de polícia federal, rodoviária e ferroviária federais, polícia civil, polícia militar e corpos de bombeiros militares. Até 2000, apesar dos planos de segurança pública produzidos nos gabinetes de Governo, o Estado não discutia com a sociedade civil sobre planos de controle e enfrentamento à violência.

Entretanto, ao estudar as tentativas de afirmação da segurança pública desde a Constituição Federal de 1988 para descobrir a origem do PRONASCI, identificamos em junho de 2000, um fato que marca a fragilidade da segurança pública brasileira com sua proporção na mídia, levando aos domicílios brasileiros, bem como ao mundo – através do documentário e posteriormente o filme – o caso de sequestro do ônibus 174¹².

Este fato social repercutiu principalmente devido ao despreparo policial com a violência urbana, tornando público o nível de preocupação Estatal que até então nossos representantes públicos tratavam as questões relacionadas à segurança pública. A partir deste acontecimento, as tentativas de implantação de um plano de segurança pública começaram a surgir, porém, ainda muito limitado a compra de armas e viaturas pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FORTE, 2008).

No final da segunda gestão (1999-2002) de Fernando Henrique Cardoso – FHC o grande destaque que encontramos de formação e implementação de política voltada para a segurança pública foi criação da Secretaria Nacional e o Plano Nacional de Direitos Humanos, seguido do Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência (PIAPS), a qualificação e cooperação policial coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e expansão das penas alternativas (FORTE, 2008, p.572).

¹² O caso de sequestro do ônibus 174 diz respeito a um jovem sobrevivente da chacina da Candelária, Sandro, que sequestrou no coração da Zona Sul carioca, o ônibus 174, ante a perplexidade de todo o país, que as TVs transformaram em testemunha inerte da tragédia, em tempo real.

O PIAPS tinha a missão de promover a interação local e, portanto, o mútuo fortalecimento dos programas sociais implementados pelos governos federal, estadual e municipal, que, direta ou indiretamente, pudessem contribuir para a redução dos fatores, potencialmente, criminosos. A proposta da política intersetorial foi tão ambiciosa quanto cheia de obstáculos na sua execução (SOARES, 2007).

Sobre o período da segunda gestão do FHC (1999-2002) relativo à Segurança Pública, Soares (2007) analisa como um período que ‘marcou uma virada positiva, democrática e progressista, modernizadora e racionalizadora’, na medida em que conferiu à questão da segurança um *status* político superior, reconhecendo sua importância, a gravidade da situação e a necessidade do governo federal para assumir as responsabilidades nessa matéria.

Apesar do compromisso político firmado nesse governo com a agenda dos direitos humanos na área da Segurança Pública, com uma pauta virtuosa de prevenção, integração intersetorial e intergovernamental; valorização da experiência local; qualificação policial; estímulo ao policiamento comunitário; apoio ao programa de proteção às testemunhas e à criação de ouvidorias, Soares registra algumas dificuldades: a riqueza da pauta não se fez acompanhar dos meios necessários e suficientes para sua execução – entendendo-se, nesse caso, os meios em sentido amplo, ou seja, faltaram verbas, orientação política adequada, liderança e compromisso efetivos, e um plano sistêmico, consistente, que garantisse uma distribuição de recursos correspondente às prioridades identificadas no diagnóstico (SOARES, 2007).

Adentrando no primeiro governo Lula (2003-2006), detectamos algumas tentativas: construção do consenso construído com governadores para descontingenciamento dos recursos da segurança pública e previsão de desconstitucionalização das polícias, a normatização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e criação de Gabinetes de Gestão Integrada da Segurança Pública em cada Estado. Vale ressaltar que o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública foi construído paralelamente a institucionalização do SUSP e propunha a desconstitucionalização das polícias, o que significa a transferência aos Estados do poder para definirem, em suas respectivas constituições, o modelo de polícia que desejam, precisam e/ou podem ter.

Consideramos interessante a percepção de Soares a respeito deste Plano que prevê um “modelo de polícia” com características de um conjunto de propostas articuladas por tessitura sistêmica, visando a reforma das polícias, do sistema penitenciário e a implantação integrada de políticas preventivas, intersetoriais, perpassando pela convicção de que a consistência interna e a objetividade de um Plano dependem do rigor do

diagnóstico e de sua abrangência, assim como o sucesso de sua implementação depende de avaliações regulares e monitoramento sistemático, identificando-se os erros para que não haja o risco de que se o repita, indefinidamente (SOARES, 2007).

A segunda gestão de Lula (2007-2010) mais precisamente a partir da Exposição de Motivos 139, da Medida Provisória 384/2007 que resultou na Lei n. 11.530/2007, reconhecendo historicamente que o Estado tem adotado políticas repressivas, inclusive com o “endurecimento assistemático de penas”, não teve a eficácia desejada (FORTE, 2008, p.576). Desde então, nasceu o PRONASCI, sendo também conhecido como PAC da Segurança por fazer parte do desenvolvimento político e estratégico de governo para a área social no Plano de Aceleração ao Crescimento – PAC do Brasil.

Para melhor compreendermos a relação entre o PAC e o PRONASCI, ressaltamos que o PAC foi instituído em 22 de janeiro de 2007, abrangendo um conjunto de regras, compromissos de ação e diretrizes de governo, que objetivam um crescimento econômico de 5% ao ano, no decorrer do quadriênio 2007-2010. O PAC incorpora inovações na gestão dos recursos orçamentários de projetos estratégicos e aprofunda as funções de coordenação da ação governamental, apoiando-se no alinhamento de posições dos diversos órgãos governamentais às diretrizes traçadas, mediante coordenação da Casa Civil da Presidência da República (RODRIGUES, 2008).

Dentre os principais objetivos do PAC integrado ao Plano Plurianual (PPA), destacamos: remover os obstáculos normativos e administrativos ao crescimento, estimular o investimento privado e reforçar o movimento crescente de inversões públicas em infraestrutura. Esses objetivos visam à promoção do desenvolvimento a partir da aceleração do crescimento econômico, aumento de emprego, e a melhoria das condições de vida da população brasileira.

É válido ressaltar que é no alinhamento com infraestrutura que percebemos mais visivelmente a relação com o PRONASCI, pois garante espaços públicos para nossas crianças, adolescentes e jovens, possibilitando a prevenção e enfrentamento à violência através da ampliação e acesso a creches e pré-escolas, quadras esportivas nas escolas, praças do PAC e postos de polícia comunitária com a proposta da *Comunidade Cidadã* descrita no PAC 2, nova versão do PRONASCI no segundo governo Lula (2007-2010)¹³.

Além da infraestrutura, destacamos dos discursos a importância do PAC nesse processo pelo seu sistema de monitoramento que induz a um padrão de comportamento dos

¹³ A estimativa prevista pelo Ministério da Justiça (2010) é que seriam construídos 2.883 postos de polícia comunitária em 543 municípios espalhados pelos 26 Estados do Brasil e no Distrito Federal. Deverão ser construídos ainda 800 espaços integrados para jovens e adultos até 2014 (200 por ano), em 543 municípios, o custo unitário de cada unidade varia de R\$ 1,52 milhão a R\$ 2,58 milhões.

atores envolvidos, na identificação conjunta de problemas e soluções e assimilação do discurso associado ao planejamento governamental, orientação para resultados, dentre outros (RODRIGUES, 2008). É o que ultimamente tem-se chamado de governança pautada na Gestão de Resultados¹⁴ e participação dos cidadãos, exatamente por preocupar-se com a superação da falta de eficácia das ações governamentais, o que esta pesquisa também se interessa em avaliar.

Nos discursos oficiais do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI indica uma iniciativa incomum do governo no combate à criminalidade no país, articulando as políticas de segurança com ações sociais; priorizando a prevenção e buscando atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e repressão qualificada (Caderno PRONASCI, 2007).

A Lei que institui o PRONASCI, sob o Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, afirma que este deverá ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública.

Entre os principais eixos do PRONASCI destacam-se: a formação e a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência¹⁵. Os focos prioritários do PRONASCI são: *foco etário* com a população juvenil de 15 a 24 anos; *foco social* em jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência; *foco territorial* nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos; e *foco repressivo* no combate ao crime organizado.

O PRONASCI é composto por 94 ações, envolvendo a União, Estados, Municípios e a própria comunidade. Os projetos do Programa estão divididos de acordo com o público alvo e área de atuação. Alguns projetos do PRONASCI são realizados em parceria

¹⁴ Segundo Humberto Martins (2002) um sistema de gestão pública orientado para resultados e focado no cliente é conformado em função das necessidades dos agentes públicos que aplicam os necessários recursos na consecução das atividades governamentais finalísticas.

¹⁵ Para o desenvolvimento do Programa, o Governo Federal investirá R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012 nas grandes capitais do país, e Fortaleza, foi incluída dentre as capitais beneficiadas para desenvolver o Programa, no ano de 2008. Fonte: Diário do Nordeste, publicado em 01/02/2008.

com os Ministérios da cultura, da educação, das cidades, do trabalho e emprego e com a secretaria especial de políticas para a igualdade racial, somando tanto investimentos quanto esforços.

No campo da prevenção, dezenas de projetos contam com o envolvimento direto da própria comunidade os quais são os principais: Bolsa-Formação, Reservista-Cidadão, Mulheres da Paz, e Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo); que, ciente dos seus direitos, atuam em conjunto com as forças policiais para a redução da violência. Os participantes recebem a concessão de um auxílio financeiro (bolsa), desde que sejam assíduos e comprometidos com as atividades estabelecidas nos âmbitos dos projetos, adquirindo filiação como beneficiário ao Regime Geral de Previdência Social concedido pelo Ministério da Justiça via Caixa Econômica Federal (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010).

Sem aprofundamentos teóricos, aqui, pretendemos deixar algumas reflexões pontuais: as bolsas oferecidas pelo Programa têm sido tratadas na prática como uma constituição de direitos e proteção social, no sentido de renda mínima para as juventudes? Ou é um mecanismo de dispositivo de poder sobre essa a população, para fins de disciplinariedade? Ou ainda como uma estratégia de controle burocrático do Programa sobre a frequência de jovens no que tange a cumprimento de metas?

2.2. O Pronasci em Fortaleza

A partir de entrevistas durante a pesquisa descobrimos que a idéia de uma Fortaleza de Paz – slogan utilizado pela gestão municipal de Fortaleza – foi gerada antes mesmo da criação do PRONASCI no âmbito nacional. Nesta cidade, já se fazia ações iniciais, a partir de projetos de prevenção à violência da Guarda Municipal nas escolas e associações.

Todavia, no ano de 2005 a cidade de Fortaleza recebe a Fundação Escola de Sociologia Política (FESP), vinculada a Universidade Federal de São Paulo, com o objetivo de formatar a idéia do Observatório Municipal da Violência tendo a intenção do registro, coleta, e mapeamento de ocorrências de violência da polícia civil, da guarda municipal, da saúde, e das escolas, mapeamento de dados do cadastro único da Assistência Social, identificação e monitoramento de pontos críticos (territoriais, temporais, e sociais) da

violência, formulação de análises da violência, monitoramento de desenvolvimento de projetos e desenvolvimento de projetos preventivos.

A Guarda Municipal é o órgão responsável pela proteção dos bens, serviços e instalações públicas do Município, e a atual gestora e operadora da segurança pública em nível local. Inicialmente, ela ficou responsável por acompanhar o processo de formatação do Observatório em Fortaleza que se constituiu em várias fases: contexto sócio-político, vivência prática a partir da inteiração com lideranças dos bairros e coleta de dados, incluindo informações de vulnerabilidade, elementos sobre educação, e dados relacionados à família e a renda.

Nesse ínterim, o Observatório mapeou 41 pontos vulneráveis em toda a cidade. Com os dados a prefeitura encaminhou juntamente com 08 projetos o material solicitando o PRONASCI ao Ministério da Justiça. O montante solicitado foi de 11 milhões de reais, passando pela análise financeira, jurídica, de viabilidade e política. Sob a orientação deste Ministério, o município teve que optar por apenas um ponto vulnerável, ou seja, um território, numa “orientação de que a escolha de uma área facilitaria no monitoramento e avaliação dos resultados” (Técnico do PRONASCI em Fortaleza, 2010).

Os relatos de entrevista com técnico do município de Fortaleza, afirmam que os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerando a ausência de equipamentos e políticas públicas para a área segundo as necessidades populacionais, foi o que baseou o município no recorte da Regional V de Fortaleza, escolhendo o Grande Bom Jardim que abrange os cinco bairros: Bom Jardim, Canidezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira. Também tendo ações nas praças da região central da cidade.

No entanto, vale ressaltar que, tanto quanto o bairro Bom Jardim, dentro da mesma Regional, existe bairros que possuem alto índice de violência, baixo IDH quanto à escolaridade e renda, acompanhado pelas vulnerabilidades sociais diversas e com os mesmos problemas de ausência de equipamentos públicos. Como por exemplo, destacamos o conhecido ‘Pantanal do José Walter’, que inclusive teve seu nome alterado para Planalto Ayrton Senna - por lei - com o discurso de problemas de estigmas enfrentados pelos moradores, de discriminação em seleções de empresas, rivalidades entre bairros vizinhos, dentre outros. Diante desse exemplo, teria sido uma decisão de dados de IDH ou decisões de contexto político?

Em 2007 o governo Federal lançou o primeiro edital de concorrência do PRONASCI para os Estados e Municípios. Fortaleza, inicialmente, mesmo com os números ao seu favor, não foi contemplada com o Programa. “Daí foi feito todo um convencimento político da prefeita e do governo do Estado junto ao Ministério da Justiça, bem como uma

reanálise dos dados colhidos no Observatório”, afirma um dos coordenadores entrevistados do PRONASCI. Em janeiro de 2008, Fortaleza torna-se à décima segunda capital a ser contratada, passando para a condição de potencial para a execução do PRONASCI, tendo suas liberações efetivadas a partir de junho de 2008.

As metas estabelecidas para a cidade de Fortaleza, de acordo com relatos em entrevista com técnico foram: reduzir em 20% as ocorrências de violências contra a pessoa no “Grande Bom Jardim”, e reduzir em 50% as ocorrências de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa nas praças da região central de Fortaleza em 12 meses. No primeiro ano, fase de implementação do PRONASCI nesta capital, os projetos contemplados para alcançarem essas metas foram: Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGIM; Observatório Municipal da Violência; Proteção de Jovens em Território Vulnerável - Protejo; Estruturação do Conselho Comunitário de Defesa Social do Grande Bom Jardim; Aperfeiçoamento de Guardas Municipais; Mulheres em Ação; Trilhos Urbanos; Teatro Vivo; Dança para a Vida; Maracatu Estrela Bela; Projeto de Música - Tocando a Vida; e o Projeto de Esporte e Lazer na Cidade - PELC. No entanto, “processos burocráticos atrasaram vários destes Projetos para a implementação /execução no ano de 2009” (Técnico do PRONASCI, 2010).

Para a execução dos projetos do PRONASCI, além do apoio da Secretaria de Direitos Humanos - SDH e Secretaria de Esporte e Lazer da Cidade - SECEL, foram feitas licitação pública o que levaram a contratar as seguintes entidades: Fundação Edson Queiroz, o Centro de Treinamento e Desenvolvimento - CETREDE, vinculado à Universidade Federal do Ceará – UFC e Instituto de Estudo, Pesquisas e Projetos - IEPRO da Universidade Estadual do Ceará - UECE.

Segundo técnico entrevistado “a *idéia* destas instituições seria contratar profissionais qualificados que executem as ações do PRONASCI em parceria com as instituições da Região do Grande Bom Jardim, levando em consideração as potencialidades existentes”, sob a supervisão da Guarda Municipal de Fortaleza e Gabinete da Prefeita (Técnico do PRONASCI, 2010). Ao refletir sobre este discurso afirmativo, teria sido previamente acordado no Edital de Licitação a prioridade por instituições com vinculação acadêmicas?

Entretanto, no ano de 2009, após processo de licitação e aquisição de materiais e bens permanentes, iniciaram efetivamente as ações do PRONASCI em Fortaleza. A mobilização social do início do Programa Território de Paz, deu-se com a instalação do GGIM, em fevereiro deste ano, com reuniões de discussões e propostas para a área de atuação do Programa. Segundo relato em entrevista com técnicos, também foram

mobilizadas as organizações não governamentais do Grande Bom Jardim, e apresentados os projetos que seriam inseridos no Território, nos equipamentos municipais, mas principalmente em salas cedidas por associações parceiras locais que acolheram os Projetos do Programa.

O recrutamento de mulheres e jovens para as vagas ocorreram com uma divulgação diferenciada: anúncios e indicação de entidades locais do território e dos próprios serviços ligados ao GGIM. Para melhor compreendermos este grupo gestor, ele é composto de *membros natos* com poder deliberativo e executivo da Guarda Municipal, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Judiciário, Defensoria Pública, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Conselho Comunitário de Segurança e sistema prisional (incluindo nesta categoria o Centro de Recurso Integrado de Atendimento ao Menor - CRIAM).

Há também no GGIM o grupo dos *membros efetivos* composto pelas demais instâncias do Executivo municipal que atuam direta ou indiretamente na seara da segurança pública. E por fim, o grupo dos *membros participativos* compostos por aqueles que não pertencem nem ao aparato do sistema de justiça criminal no âmbito local, nem ao Executivo municipal e que são convidados eventualmente para contribuir na elaboração de planejamentos na área de segurança pública (Guia GGIM, 2009, p.16).

No âmbito do Território do Grande Bom Jardim, existe um Comitê Gestor integrado por representantes dos distritos de saúde, assistência social, educação, meio ambiente e infraestrutura, além dos órgãos municipais com atuação na regional. Vale ressaltar, que neste Comitê há representação dos Conselhos Tutelares, conforme portaria do Secretário da Regional V.

No ano de 2010, no âmbito do atendimento à Juventude, houve uma ampliação do número de atendimento no Território a partir da iniciativa do Ministério do Esporte, através do PELC, com 750 vagas para esta população, nos cinco bairros do Território Grande Bom Jardim, bem como o Projeto Praças da Juventude voltadas para comunidades com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, que busca aliar saúde, bem-estar e qualidade de vida a atividades socioeducativas (SÍNTESE PROTEJO, 2010).

Quanto à equipe local de Supervisão e Monitoramento do PRONASCI, existem 07 integrantes das seguintes especialidades: Assistência Social, Pedagogia, Psicopedagogia e estudante de direito. A maioria destes são funcionários públicos da Guarda Municipal, tendo um cargo comissionado e 01 consultora contratada e ligada ao Gabinete da Prefeitura de Fortaleza, que assessora na condução básica operacional e

administrativa de todo o Programa. Vale ressaltar que existe um monitoramento *in loco* pela equipe da Guarda e um denominado Observatório Municipal da Violência, o qual educadores, e coordenadores devem atualizar diariamente a frequência dos beneficiários, avaliar mensalmente as metas do Programa, e trimestralmente entregar relatórios de execução e prestação de contas. Além disso, os educadores da executora são orientados a fazerem diário de campo para seu uso interno.

2.3. Cenário da Violência e Mortalidade Juvenil em Fortaleza

Como temos visto, a violência envolve uma teia de relações e representações sociais que emergem dos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, históricos e territoriais da realidade social. Discorrer sobre violência nos remete ao desafio de conhecer seus significados, estudar suas causas, pensar na sua relação com a sociedade e o sistema do capital, suas representações e influências simbólicas no cotidiano das pessoas; implica na interpretação do silêncio de sua voz, traduzidas no alto índice de mortalidade juvenil e crescente aumento de criminalidade cometida por jovens estampada nos noticiários de jornais e Televisão, inclusive, e mais latente, nas grandes capitais do Brasil.

No Brasil, dentre a população vitimada e apresentada em pesquisas como IBGE e DATASUS, destacam-se os jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, sendo estes as principais vítimas e protagonistas dos crimes violentos. Outros registros demonstram estatisticamente a preocupação com os jovens brasileiros. De acordo com análises de Jacobo Waiselfisz (2004) no Mapa da Violência IV, em 2002, o Brasil de 35,1 milhões de jovens na faixa etária supracitada, representava 20,1% do total de 174,6 milhões de habitantes no país. Neste mesmo período, a taxa global de mortalidade da população brasileira de 561 em 100.000 habitantes, enquanto a taxa de mortalidade juvenil foi de 137 em 100.000 habitantes, representando o índice de 24,42%, e principalmente de causas externas: homicídios, suicídios e acidente de trânsito.

Nesse sentido vale destacar que 31,2% de todas as mortes juvenis do Brasil em 2002 foram causadas por armas de fogo. Esses homicídios vitimam fundamentalmente os homens (93% dos casos) e as pessoas de raça negra (WAISELFISZ, 2004). Por exemplo, há pesquisas que apresentam a existência de mortes por homicídios ocorrentes em proporções muito altas entre negros que entre brancos, e entre homens que entre mulheres.

Particularmente no Nordeste, a pesquisa Jovens em Situação de Risco no Brasil(2007) demonstrou que essa é a região onde existe maior hiato racial: 75,3 mortes de negros para cada 100.000 habitantes, enquanto brancos morrem 11,8 para a mesma proporção. Nesta pesquisa foi detectado que as diferenças raciais são consideradas importantes quando se examinam os fatores subjacentes, como por exemplo, quando a sociedade estereotipa o comportamento de jovens pardos e negros como violentos e pouco educados, o que limita seriamente as opções destes no mercado de trabalho devido essas desvantagens provindas de estigmas e conseqüente desvantagens raciais. (Relatório do BANCO MUNDIAL, 2007).

No estado do Ceará, o retrato da violência e mortalidade juvenil não está distante. A autora Glaucíria Brasil (2007) afirma:

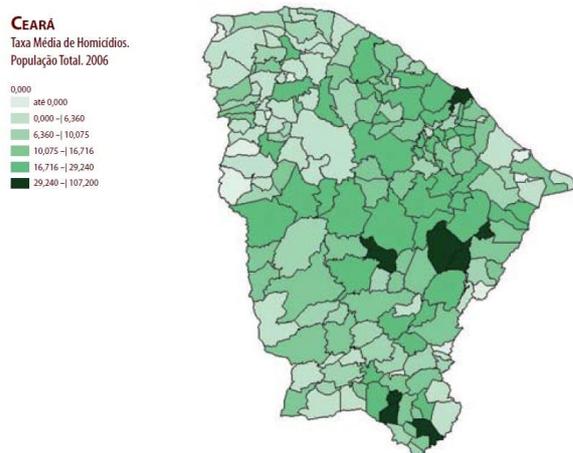
“No que diz respeito à realidade do Ceará, de acordo com os dados da Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), “Mapa da Violência 2007”, dos 184 municípios do Estado, 13 concentram 60,9% das mortes de adolescentes ocorridas em 2004. Para cada grupo de 100 mil pessoas no Estado morreram 34,5 jovens, esse índice é mais que o dobro da média registrada na população não jovem, que possui uma taxa de óbitos de 16,3 pessoas. Se comparado ao restante do país, o Estado passou da 21ª colocação em 1994 para a 19ª dez anos depois.” (BRASIL, 2007, p.2)

No contexto de Fortaleza, numa capital com 2.447.409 habitantes e 779.782 domicílios (IBGE - Censo 2010) vive-se num espaço urbano que cresce rapidamente em territórios utilizados de maneira inadequada para se ter uma qualidade de vida na cidade. Na mesma proporção do crescimento populacional e espacial cresce os problemas de segurança pública, percebendo várias áreas vulneráveis, numa distribuição desigual de índices de homicídios, colocando em ápice os bairros do Bom Jardim, Jangurussu, Messejana e Jardim das Oliveiras (Mapa 2), enquanto Aldeota, Meireles e Dionísio Torres apresentam números bem inferiores.

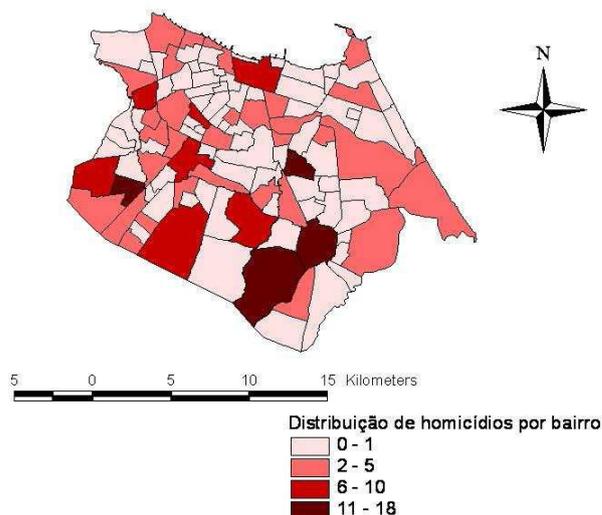
Como a maioria das grandes cidades, Fortaleza é um dos municípios que chama a atenção devido aos óbitos de jovens por arma de fogo e proporções de internações hospitalares juvenis por causas externas e agressões. No Mapa de Violência dos Municípios Brasileiros (2008), infelizmente temos esta capital no oitavo lugar do ranking na mortalidade juvenil por homicídios com arma de fogo. Essa informação faz questionar sobre o controle e a contenção da segurança pública quanto às suas estratégias de prevenção à violência e o nível crescente da influência da rede de tráfico de drogas para com o acesso a armas. Nesta cidade, no ano de 2007, 4.718 jovens foram internados na rede hospitalar do SUS. Destes, 26,96 % foram de causas externas e 20,62% de agressões, totalizando 47,58% dos casos voltados para a questão da violência (DATASUS, 2007).

Vale ressaltar que, assim como os homicídios, parece que as desigualdades sociais curiosamente acompanham os indicadores sociais da cidade. Os bairros com menores índices de homicídios são justamente aqueles com bons indicadores sociais e dotados de melhor infraestrutura. Observemos os mapas a seguir:

Mapa 1:
Taxa Média de Homicídios no Ceará



Mapa 2:
Homicídios na cidade de Fortaleza



Fonte: Mapa 1: Mapa de Violência dos Municípios Brasileiros (2008). Mapa 2: Fonte: Organizado por Freitas, Fabiano (2008) com seis meses de informações do IML (2006).

No âmbito de Fortaleza, dentre os vários fatores que facilitam no fomento a violência, ressaltamos a desigualdade social como fator gritante. Esta cidade é considerada a quarta mais desigual do país e a primeira do Nordeste segundo relatório da ONU, informada por um jornal da cidade:

“Fortaleza, Goiânia, Belo Horizonte e Brasília são as cidades mais desiguais do Brasil e só perdem para três cidades sulafricanas, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU)” (Portal Verdes Mares, 19/03/2010).

Esta questão é visível desde a divisão das regiões por bairro, quando percebemos a separação entre áreas nobres e periféricas - distribuídas inclusive espacialmente em terrenos mais próximos do litoral e do centro as classes altas, a classe média entre as regiões centrais e na zona do sul e sudoeste habitam os pobres e miseráveis provindos geralmente do interior ou de “deslocamentos” da região do litoral praiano e central da cidade - até a percepção de áreas de risco mapeadas pela Defesa Civil da Prefeitura de

Fortaleza com o total de 96 áreas, espalhadas pelas seis regiões da cidade, atingindo 20.715 famílias em 2010.¹⁶

Outros fatores facilitam o fomento e expansão da violência: Fortaleza é uma cidade litorânea (portuária e turística) atraente para o tráfico de drogas, com alto índice de exploração sexual, inclusive de criança e adolescentes, complementado pela situação de trabalho infantil. Outro fator relevante é a prática da abordagem policial na periferia que, em grupo focal os jovens descrevem rotineiros fatos de abuso de poder e desrespeito policial a população pobre, bem como o envolvimento de alguns policiais com a venda fácil de armas e outras corrupções, descredibilizando o Estado como instância de proteção social.

A insuficiência e/ou ausência de equipamentos e serviços públicos nas periferias da cidade nas áreas de políticas setoriais de educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, lazer e esporte, dentre outras, é outro fator preponderante para o aumento do índice de violência no espaço urbano, deixando a juventude disponível as vulnerabilidades e riscos sociais diversos, e, dentre eles, seu envolvimento com as drogas e o crime.

Vejamos a seguir nos quadros 01 e 02 um levantamento de informações municipais oferecidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹⁷ a respeito da situação da vulnerabilidade juvenil à violência (Quadro 01), e situação da Segurança e Criminalidade (Quadro 02) na cidade de Fortaleza:

Quadro 1 – Vulnerabilidade Juvenil à Violência – Fortaleza - CE

Vulnerabilidade Juvenil à Violência	Ano	Município de Fortaleza
Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência - IVJ – Violência	2006	0,375
Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência - IVJ - Violência (classificação)	2006	Média
Indicador Sintético de Agressão	2006	0,307
Indicador Sintético de Acidente de Trânsito	2006	0,235
Indicador Sintético de Frequência à Escola e Situação de Emprego entre Jovens	2006	0,567
Indicador Sintético de Pobreza	2006	0,588
Indicador Sintético de Desigualdade	2006	0,256

FONTE: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

¹⁶ Esses dados foram retirados de uma notícia do Portal Verdes Mares, postado em 19/03/2010 - 11:58h pelo site: <http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=286069&modulo=178>.

¹⁷ O **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** é uma ONG que tem como principal missão a promoção do intercâmbio e da cooperação técnica para o aprimoramento da atividade policial e da gestão da segurança pública no Brasil e a manutenção de canais permanentes para o diálogo e a ação conjunta entre seus associados, filiados e parceiros. Ver [HTTP://WWW2.FORUMSEGURANCA.ORG.BR/IVJ/INFORMACOES-MUNICIPAIS](http://www2.forumseguranca.org.br/ivj/informacoes-municipais). Consulta realizada em: 10/02/2011.

No quadro a seguir, consideramos importante destacar o número / taxas por tipologia de Criminalidade fazendo um comparativo entre o Município de Fortaleza e de sua Unidade Federativa – UF Ceará, bem como informações sobre o volume de investimento para a Segurança Pública nesses locais e ano conforme a seguir:

Quadro 2 – Informações de Segurança e Criminalidade – Fortaleza - CE

Segurança e Criminalidade	Ano	Município de Fortaleza	Estado do Ceará
Taxa de Lesão Corporal por 100 mil habitantes	2006	457,18	196,02
Taxa de Estupro por 100 mil habitantes	2006	19,86	7,67
Taxa de Roubo por 100 mil habitantes	2006	1.801,22	887,22
Taxa de Furto por 100 mil habitantes	2006	1.171,97	897,44
Taxa de Porte Ilegal de Armas por 100 mil habitantes	2006	-	-
Taxa de Tráfico de Entorpecentes por 100 mil habitantes	2006	8,15	5,59
Taxa de Posse e Uso de Entorpecentes por 100 mil habitantes	2006	4,07	5,94
Gasto Municipal com Segurança Pública	2006	3.079.531	
Gasto Estadual com Segurança Pública	2008		626.629.766,83
Existência de Guarda Municipal	2006	Sim	

FONTE: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Diante da realidade apresentada em números, salientamos que o crescente índice de violência, com seus diversos índices e fatores semeia grande pavor e fomenta fortes discussões na população fortalezense - seja nas conversas de calçada, no ônibus, nos debates da mídia, nos conselhos de direitos sociais, nos laboratórios de pesquisa das Academias, nas escolas ou entre amigos de trabalho – que anseia por resposta de Segurança pública para o enfrentamento à violência para a cidade.

3. O PRONASCI/PROTEJO EM FORTALEZA

3.1. Conhecendo o PRONASCI/Protejo Fortaleza

O **Projeto de Proteção aos Jovens em Território Vulnerável - Protejo** foi instituído pelo Governo Federal no ano de 2008, integrando ao PRONASCI, como ação de número 62, destinado a adolescentes e jovens de 15 a 24 anos egressos do sistema prisional, em cumprimento de medidas socioeducativas ou de penas alternativas, em situação de rua e/ou vítimas da criminalidade. No Protejo é priorizada a formação sociocultural, cidadã e profissionalizante, visando à pacificação social e ao fortalecimento da cidadania. Destarte, o Protejo objetiva oferecer alternativas de emancipação a um público alvo que se encontra, majoritariamente, à margem das políticas públicas¹⁸.

Sob a supervisão do Ministério da Justiça, o Protejo possui alguns princípios norteadores os quais são: *Fortalecimento da cidadania* com formações para o conhecimento dos direitos e deveres do cidadão e para uma participação social ativa, a partir de orientações fundamentadas nos direitos humanos; *Proteção ao jovem* com a implementação de um sistema de acompanhamento e proteção dos jovens expostos à violência doméstica ou urbana, residentes nas áreas de atuação do PRONASCI; *Pacificação Social* com práticas de ações estruturais e territoriais que garantam a segurança, o desenvolvimento saudável e convivência juvenil pacífica; *Emancipação juvenil*, inserindo o jovem em um percurso social formativo que lhe garanta a oportunidade de acessar a educação e o trabalho; e *Formação de redes* em prol da integração entre os entes federativos, movimentos sociais e entidades de apoio da sociedade civil organizada para o atendimento ao jovem.

O Projeto é executado em vários municípios em todo país, e, em Fortaleza, o recurso provém do Ministério da Justiça para a Prefeitura Municipal e encaminhado à Guarda Municipal, que, a partir de um processo de licitação, conveniou-se ao Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos (IEPRO), órgão ligado a Universidade Estadual do Ceará, que executa as ações formativas do Projeto.

¹⁸ Fonte: Síntese do Protejo Fortaleza, 2009.

3.1.1. Estratégias do Protejo

Segundo entrevista com técnico da gestão do PRONASCI em Fortaleza, detectamos que apesar de existir uma matriz que aponta algumas diretrizes, o Protejo/PRONASCI tem, em cada Município, a liberdade de elaborar propostas segundo a realidade e contexto local. Deste modo, destacamos o objetivo e as metas do Protejo Fortaleza. Como meta: a capacitação de 210 adolescentes e jovens adultos em vulnerabilidade social e à violência para atividades cidadã, e para atuar na orientação sobre serviços públicos de redução da violência. Os objetivos do Projeto Fortaleza são:

1. Capacitar para atuar na orientação sobre serviços públicos e incluí-los em atividades de apoio a monitoria a programas e projetos públicos de redução da violência, como o PRONASCI;
2. Despertar nesses jovens sentimentos de cidadania e serviço público;
3. Oportunizar-lhes a experimentação e a vivência em atividades de acolhimento e apoio a adolescentes e jovens adultos em vulnerabilidade social;
4. Desenvolver suas potencialidades de criatividade e expressão;
5. Estimular o interesse pelo planejamento e execução de atividades de interesse social;
6. Oportunizar ao aluno o desenvolvimento de sentimentos como solidariedade, socialização, cooperação, trabalho em grupo;
7. Oportunizar-lhes iniciação ao trabalho;
8. Contribuir nos trabalhos socioeducativos da Guarda Municipal e Defesa Civil e nos projetos do PRONASCI junto à sociedade;
9. Promover maior qualidade no serviço desenvolvido pela instituição aos munícipes;
10. Contribuir para a redução dos índices de violência no município.

Nesta perspectiva, o Protejo Fortaleza atende a 210 jovens distribuídos em 10 turmas de 21 jovens. Cada um dos cinco bairros dentro do Território do Grande Bom Jardim possui duas turmas, distribuídas nos períodos manhã e tarde, oferecendo cursos de formação cidadã, oficinas culturais e profissionalizantes, à saber: serigrafia, grafite, audiovisual, *breack* e *Djei*. Além dos cursos e oficinas, na sua proposta metodológica mensalmente é trabalhado com os jovens um tema transversal e desenvolvidos atividades extraclasse como vivências, passeios, e visitas institucionais para conhecimento de órgãos

que oferecem serviços sociais públicos. Os conteúdos profissionalizantes previstos pelo Projeto Matriz são: Informática profissionalizante e cursos fundamentados na economia local.

Para a execução de toda a formação é previsto uma carga horária de 800 horas-aula, contendo os seguintes conteúdos formativos de caráter transversal: Violências (doméstica, urbana, de gênero, sexual entre outras); autoestima; corpo e sexualidade; drogas lícitas e ilícitas; família; meio ambiente e sustentabilidade; práticas desportivas, cultura; direitos humanos (abordagem em gênero, raça, sexualidade e juventude); mídia; empreendedorismo; Estado e sociedade, cidadania (formação sócio-jurídica básica), protagonismo juvenil na comunidade e prática cidadã. Neste primeiro ano, a carga horária foi distribuída nos oito primeiros meses (SÍNTESE PROTEJO, 2009).

Os jovens precisam comparecer diariamente no núcleo do Projeto e ter 75% de frequência para receber uma bolsa no valor de R\$ 100,00 (Cem Reais). A liberação da bolsa é realizada pelo Ministério de Justiça a partir do Sistema Nacional de Cadastro do Protejo – SISPROTEJO, sendo necessário alimentar mensalmente as informações para acompanhamento de dados das turmas, e assim, realizar a efetivação do pagamento da bolsa.

Na lei que rege o PRONASCI, identificamos no **Protejo** uma concepção de programa destinado à formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou em situações de moradia de rua, nas áreas geográficas abrangidas pelo PRONASCI. Este Projeto tem a duração de 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período, tendo como foco a formação cidadã dos jovens e adolescentes a partir de práticas esportivas, culturais e educacionais que visem a resgatar a autoestima, a convivência pacífica e o incentivo à reestruturação do seu percurso sócio-formativo para sua inclusão em uma vida saudável.

A lei nº 11.707, de 2008 esclarece nitidamente sua intencionalidade através do Protejo:

Art.8º § 2º “A implementação do Protejo dar-se-á por meio da identificação dos jovens e adolescentes participantes, sua inclusão em práticas esportivas, culturais e educacionais e formação sócio-jurídica realizada por meio de cursos de capacitação legal com foco em direitos humanos, no combate à violência e à criminalidade, na temática juvenil, bem como em atividades de emancipação e socialização que possibilitem a sua reinserção nas comunidades em que vivem.”(BRASIL, 2008, [Art. 8º-C](#))

Observando a lei estaremos avaliando a implementação deste Projeto do PRONASCI, uma vez que envolve a emancipação da juventude para sua reinserção nas

comunidades, bem como possibilita a formação para práticas de combate e enfrentamento a violência na sua comunidade, sendo possível assim alcançar os objetivos dessa pesquisa, tanto em nível prático e institucional de implementação do Programa, quanto nos mais subjetivos das ideias juvenis para o enfrentamento à questão da violência e concepção do Programa em estudo.

Vale ressaltar que, conforme esclarecimento do Ministério da Justiça (2010), a Gestão Estadual e Municipal são acompanhada e monitorada com ações *in loco* e a distância, realizadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública por meio da Comissão Nacional de Acompanhamento e Monitoramento do Projeto. Também serão realizadas Auditorias e ações de fiscalização realizadas pelas instituições de controle interno e externo do Poder Executivo.

Diante disso, pensamos que o estudo sobre a violência nos gera condições de enfrentá-la com o desafio de pensar em estratégias para a prevenção e controle da mesma, e, a consequente avaliação da implementação de programa como o PRONASCI, possibilita *o recolhimento de subsídios para a melhoria da eficiência do processo de formulação e implementação de programas* (HOLANDA, 2006, p.101); tornando esta avaliação relevante para o governo, para a ciência, e principalmente para a sociedade civil uma vez que atinge diretamente na esperança de paz - a partir dos resultados positivos da implementação do PRONASCI - para o seu cotidiano.

3.1.2. Estrutura organizacional

O formato de organização e articulação do Protejo para desenvolver as suas atividades, desencadeiam da seguinte forma: as diretrizes da matriz, ou seja, as estratégias macro, assim como o montante maior de recursos, são de responsabilidade do Ministério da Justiça que repassa diretamente para o jovem, no caso das bolsas, e, com relação ao recurso do funcionamento das atividades, transfere para a Prefeitura Municipal de Fortaleza e esta à Guarda Municipal que em nível tático lidera e libera para a Entidade que operacionaliza o Protejo: IEPRO, a cada trimestre.

No entanto, a partir do grupo focal, bem como de consultas no site do Ministério da Justiça, podemos assim descrever que, neste Ministério, há uma Coordenação Nacional do Protejo que avalia e monitora as ações, através de contatos telefônicos e do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONASCI – SIMAP. Este sistema “busca a avaliação da Política sob as dimensões da eficiência, eficácia e efetividade, e para tanto deve construir mecanismos de avaliação e mensuração de cada uma dessas dimensões”. (Passo a passo

SIMAP, 2010, p.3). A metodologia SIMAP tem como funcionalidade o acompanhamento financeiro do projeto aprovado no todo e nas partes detalhadas; e desenvolvimento de um mecanismo de acompanhamento do plano de trabalho que permite avaliar efetivamente a evolução física e financeira do projeto. Além da alimentação de informação no SIMAP do registro e cadastro de jovens, dados da execução físico-financeira, também é de responsabilidade da conveniente (Prefeitura), a prestação de contas com relatórios descritivos.

Relativo às atividades da gestão do Protejo/PRONASCI na instância Municipal, percebemos durante a pesquisa, que, apesar de nesse primeiro ano avaliado (nov/2009 a dez/2010) não haver papéis definidos descritos, a equipe de gestão do Município, organiza-se como “*para cada Projeto um responsável*”, planejando, avaliando e discutindo suas atividades coletivamente em reuniões semanais.

Compondo o quadro funcional da equipe de gestão local, que se encontra hierarquicamente abaixo da Diretoria da Guarda Municipal, uma Consultora ligada a Guarda Municipal pela Fundação Escola de Sociologia Política (FESP) que gerencia o PRONASCI. Dentre as suas funções, captadas no grupo focal, destacamos: gerir a equipe Fortaleza de Paz e PRONASCI dentro do Município, fazer a gestão integrada e articulações intersetoriais, acompanhamento e procedimentos da política de segurança pública no Município.

Ainda na equipe da gestão municipal, no Protejo consta um coordenador local que representa o Projeto para o Ministério; e uma Monitora da Gestão, concursada e liberada pela Guarda Municipal exclusivamente para acompanhar, monitorar e avaliar o desempenho das ações do Protejo. Vale ressaltar, que nos últimos três meses do Protejo - desse primeiro ano de execução – um novo componente da equipe, uma educadora, financiada pela CAIXA Econômica, para acompanhar os jovens no que diz respeito a sua vida sócio-familiar, profissional e comunitária.

Vale ressaltar, a partir dos dados coletados em pesquisa e observações, que a Gestão do PRONASCI/Protejo, assume a demanda de encaminhamento e inclusão de jovens no mundo do trabalho, possibilitando, a partir das relações intersetoriais e suas articulações, as formações na área de empreendedorismo e economia popular solidária, bem como a inserção e levantamento de jovens nas vagas de trabalho. Quanto à funcionalidade, a entidade executora IEPRO tem o compromisso, além de executar as atividades formativas do Plano de Ação do Projeto Protejo, de prestar contas financeiramente e em relatórios descritivos trimestrais à gestão Municipal. A equipe do IEPRO conta com um coordenador geral, uma coordenadora pedagógica, Educadores e Facilitadores sociais que atuaram até o oitavo mês do Projeto nos cinco Núcleos do Território do Grande Bom Jardim.

3.2. O Território do Grande Bom Jardim

O desenvolvimento de políticas públicas a partir de um Território é uma das estratégias de intervenção do PRONASCI para o enfrentamento a violência, denominado de Território de Paz. No Território se constrói, fortalece e se constitui a identidade, os valores, as regras/ condutas que se estabelecem nas relações sociais existentes no cotidiano da(s) comunidade(s).

O conceito de Território de Paz tem a perspectiva de levar às comunidades carentes determinados serviços sociais e de estrutura básicos com o objetivo de reduzir a violência. A compreensão do problema e a postura de ajudar sem a ênfase da repressão ao crime, propiciam um entendimento das partes conflitantes e certo “equilíbrio” colaborativo. (LANCETTI, 2008, p. 81)

Para que haja uma compreensão melhor em nossa defesa, neste trabalho, definimos Território como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições” (FLORES, 2009, p.94) que compreende e se importa com a totalidade da localidade.

Adentrando na análise da violência sob a ótica da territorialidade, logo pensamos no conhecimento da realidade do Território quanto nas possibilidades e desafios de se trabalhar nesta perspectiva territorial vislumbrados pelas políticas públicas que adotam esta estratégia.

Iniciando pelas possibilidades, perceberemos no território uma delimitação de área e população onde é possível um domínio dos dados e de equipamentos públicos necessários para as demandas apresentadas, aumentando as chances de controle das vulnerabilidades - e no caso deste estudo – juvenis à violência.

É no Território que reconhecemos a presença dos múltiplos fatores e de risco pessoal e social que orienta a proteção social necessária na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura de indivíduos e famílias, aplicação de princípios preventivos e educativos, bem como a possibilidade de planejar a localização da rede de serviços (NOB-SUAS, 2005).

Executar políticas respeitando a territorialização permite uma proximidade do cotidiano da vida dos comunitários, bem como o reconhecimento de pertença e de valorização destes cidadãos locais, principalmente quando o Estado se preocupa em perguntar aos habitantes do Território suas principais queixas e necessidades. O conhecimento da área passa a ser base do processo de organização e planejamento, a

partir dos indicadores sócio-territoriais contemplados pelas demandas e suas prioridades apresentadas, respeitando assim a diversidade e diferentes realidades, pelo Estado.

Nesta perspectiva territorial poderá abrir um leque de vantagens para o Estado: as políticas, programas e projetos tendem a diminuir os riscos quanto à sua focalização, ao atingir os reais problemas, e assim, evitar gastos em demandas equivocadas; se bem planejado pode diminuir custos de logística; potencializa recursos quando consegue se articular internamente entre as políticas setoriais do Estado, e externamente ao reconhecer e envolver os setores não-governamentais (associações, movimentos, igrejas, organismos internacionais) e privados (indústrias, comércio, serviços) da localidade.

A possibilidade da articulação dentro do Território pode quebrar as fronteiras do acesso ao 'poder público', fortalecer as redes focalizando o alvo dos problemas do Território com a soma de forças - no sentido de capital humano - entre os equipamentos de interesse público e de recursos (materiais e financeiros) quando há um desenvolvimento planejado conjuntamente entre os atores (governo, setor privado, ONG's e comunitários), compartilhando atribuições dentro de seus limites e papéis estabelecidos, principalmente pela lei.

Dentro dessas possibilidades sob a visão de Território que as políticas, programas e projetos tendem a se fortalecer. Ainda há a possível vantagem da credibilidade do Estado pela população, se esta se sente ouvida, reconhecida e com suas necessidades atendidas. Daí parte o desafio do Estado: se vê como responsável de executar as políticas como direito social da população, evitando paternalismo, clientelismo, e visão de benevolências.

Mas o Território também pode ser visto como apropriação de espaços e com isso se desenvolve as estratégias de relações sociais, e mais precisamente, de relações de poder. Um poder que pode ser visível, e muitas vezes, não é perceptível, mas é extremamente simbólico. Daí a concepção do Território ser "um campo de forças" (RAFESTTIN, 1993) que vem a cada dia crescendo pelos diversos motivos, e inclusive, pelas as atuais práticas policiais junto à comunidade.

Outro desafio encontrado é fomentar a vontade política dos atores envolvidos instalados no Território em estar continuamente articulado e desenvolvendo essa proposta, cabendo ao gestor público definir aos seus agentes suas decisões políticas pela causa do enfrentamento a violência, e do Estado estimular o interesse da população e instituições para uma maior integração e participação desses atores durante o processo de implementação dos seus projetos: desde a formulação da política até a avaliação e análise dos impactos.

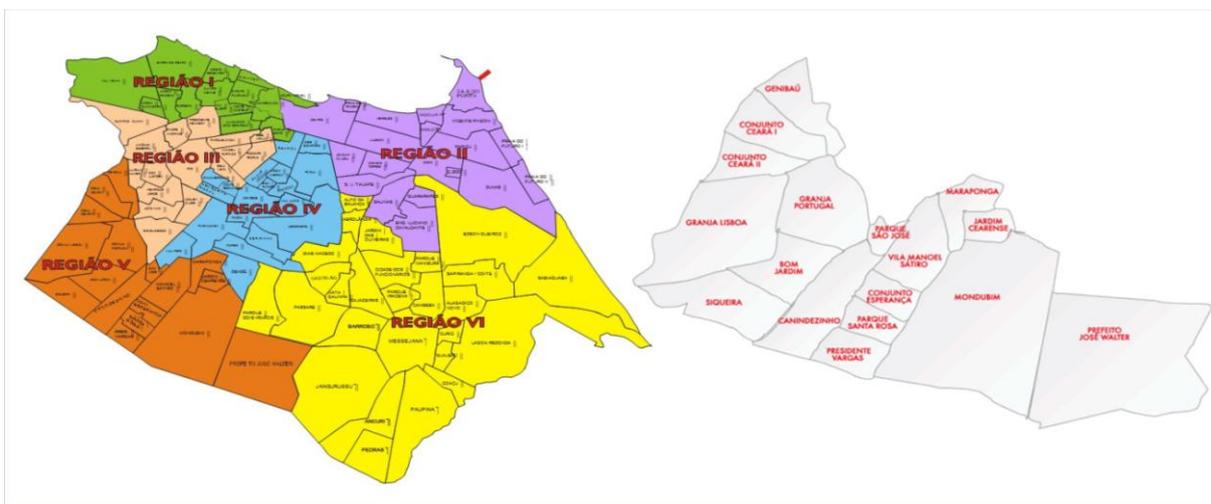
Também existe um intenso desafio no processo de territorialidade das políticas, pois a conquista relativa à participação atuante dos atores envolvidos em rede é um processo que pode ser lento, o que necessita ser estimulada a criação de respostas concretas, possíveis e mensuráveis com mecanismos comunicáveis entre a rede, o que normalmente exige do Estado soluções estratégicas provindas de uma articulação intersetorial entre as políticas, disponibilização de tempo de técnicos, investimento em estudos e pesquisas e provavelmente numa equipe multidisciplinar para acompanhar o processo.

Nesse processo de territorialização podem aparecer forças internas negativas, como: ameaças de traficantes, lideranças comunitárias com interesses particulares, descrédito da população quanto ao poder público e a polícia, apropriação partidária dos resultados positivos, dentre outros, que poderão conturbar o desenvolvimento da política, programa ou projeto. Restando aos membros da rede ter definido seus princípios e critérios de participação para se apoiar, se houver um desses casos específicos.

Depois de enfatizar brevemente as possibilidades e riscos de uma implementação de política pública de Território, buscamos apresentar os dados estatístico da área escolhida pelo PRONASCI para a sua primeira experimentação na cidade de Fortaleza: o Território do Grande Bom Jardim.

Mapa 3: Regionais Administrativas de Fortaleza

Mapa 4: Destaque da Regional V



Fonte: Fortaleza em Números, 2008.

Para melhor compreendermos a Prefeitura de Fortaleza estabeleceu a subdivisão da cidade em seis territórios macros que são cuidadas pelas Secretarias

Executivas Regionais – SER, sendo esta uma espécie de mini-prefeitura. Dentre estas destacamos a Secretaria Executiva Regional V que abrange 16 bairros: Conjunto Ceará, Siqueira, Mondubim, Conjunto José Walter, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Genibaú, Canindezinho, Vila Manoel Sátiro, Parque São José, Parque Santa Rosa, Maraponga, Jardim Cearense, Conjunto Esperança e Presidente Vargas.

A SER V tem como meta garantir a melhoria da qualidade de vida dos 570 mil habitantes dos seus 16 bairros desenvolvendo ações nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, assistência social, esporte e lazer dentre outras políticas setoriais. O Território do Grande Bom Jardim oficialmente envolve os bairros do Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira. E neste Território da Paz existem pouco mais 175 mil habitantes, como pode ser observado na tabela a seguir a respeito das informações da população e densidade demográfica por bairro.

QUADRO 3 - Território do Grande Bom Jardim
Área, População e Densidade Demográfica por Bairro
Região V - 2000

BAIRRO	ÁREA (HA)		POPULAÇÃO		DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB / HA)
	QUANT.	% TOTAL REGIÃO V	QUANT.	% TOTAL REGIÃO V	
Bom Jardim	253,10	3,99	34.507	7,62	136,3
Canindezinho	337,50	5,32	29.688	6,56	88,0
Granja Lisboa	619,40	9,76	49.852	11,00	80,5
Granja Portugal	362,50	5,71	37.369	8,25	103,1
Siqueira	298,80	4,71	23.728	5,24	79,4
TOTAL	1.871,3	29,49	175.144	38,67	93,6

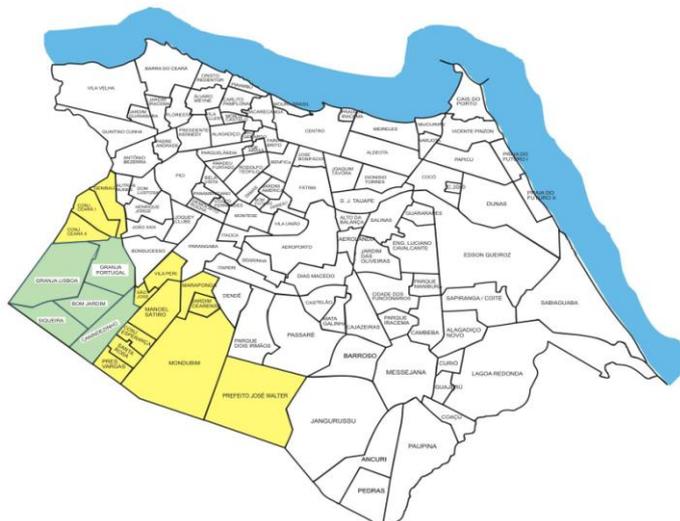
Fonte: Fundação IBGE – Cálculos: SEPLA – PMF.

O Território do Grande Bom Jardim trata-se de uma região com um complexo populacional de 175.144 num espaço de 18.700 hectares de extensão, fazendo fronteira com os municípios de Caucaia e Maracanaú. Com densidade populacional equivalente ao município vizinho de Maracanaú, para nos situarmos quanto à complexidade a respeito da área escolhida pelo PRONASCI.

No mapa posterior, a área em verde representa o Grande Bom Jardim. Esta área é bem conhecida, devido os noticiários e reportagens de programas da mídia de caráter

policial que temos no estado do Ceará, e que muitas vezes causa um sério problema: estigma da população citada correlacionando jovens pobres e violência.

Mapa 5: Território do Grande Bom Jardim – Regional V



Fonte: Fortaleza em Números, 2008.

Dentre os problemas enfrentados pela população destacamos: infraestrutura básica de esgoto e saneamento, moradia sem regulamentação legal (papel da casa), saúde com equipamentos insuficientes para o contingente populacional, poucas opções de lazer, tráfico de drogas, envolvimento de jovens no crime, analfabetismo funcional, desemprego e subemprego com baixos rendimentos que se traduz no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH apresentado na tabela abaixo:

QUADRO 4 - Território do Grande Bom Jardim
Índice de Desenvolvimento Humano do Município – IDH-M - 2000

BAIRRO	PARÂMETRO UTILIZADO									IDHM - GERAL		
	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DO CHEFE DE FAMÍLIA			TAXA DE ALFABETIZAÇÃO			RENDA MÉDIA DO CHEFE DE FAMÍLIA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)					
	ALTO	MÉDIO	BAIXO	ALTO	MÉDIO	BAIXO	ALTO	MÉDIO	BAIXO	ALTO	MÉDIO	BAIXO
Bom Jardim	0,310	0,825	0,073	0,403
Canindezinho	0,308	0,837	0,068	0,404
Granja Lisboa	0,318	0,826	0,068	0,404
Siqueira	0,271	0,796	0,063	0,377

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLA.

Numa pesquisa realizada pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, em parceria com uma organização não governamental local Centro de Defesa da Vida Herbet de Souza - CDVHS em 38.389 domicílios das 501 ruas do Grande Bom Jardim, em 2004, dados desse diagnóstico sócio-participativo revelam problemas de desemprego e ausência de qualificação profissional. Constatou-se que 11,30% dos chefes de família não têm qualquer rendimento fixo e 2,72% têm renda mensal que só chega a meio salário mínimo. Os assalariados com carteira assinada são apenas 8,99% da população entrevistada.

Dos entrevistados nesta pesquisa, 55,82% responderam não possuir qualquer qualificação profissional. A categoria de autônomo foi a mais citada, com 23,94% das respostas. Nesta região há um grande número de pequenos comércios como mercearias, bombonieres, mercadinhos, armazinhos, dentre outros. O diagnóstico revelou que esses comércios garantem a subsistência de muitas famílias e facilitam a circulação de bens no próprio bairro, assim como os moradores denunciaram a existência de pessoas assumindo a “opção” de ser assaltantes (Urbe e Humanidades, 2005).

QUADRO 5 - Território do Grande Bom Jardim
População por Grupo de Idade e por Bairro - 2000

BAIRRO	POP.	FAIXA ETÁRIA (ANOS)				
		0 – 4	5 – 9	10 – 19	20 – 59	60 OU MAIS
Bom Jardim	34.507	4.098	4.082	7.644	16.660	2.023
Canindezinho	29.688	3.969	3.780	6.469	14.343	1.127
Granja Lisboa	49.852	6.326	6.219	11.376	23.625	2.306
Granja Portugal	37.369	4.469	4.432	8.462	17.881	2.125
Siqueira	23.728	3.303	3.075	5.067	11.228	1.055
TOTAL	175.144	22.165	21.588	39.018	83.737	8.636

Fonte: Fundação IBGE – Censos de 1991/2000.

No que tange à população por grupos de idade observados na tabela acima, em todos os bairros desse Território o contingente populacional jovem é predominante, incluindo aqui também as crianças e adolescentes. O que remete desafios maiores ao poder público nas articulações setoriais e atendimentos em prol da proteção social de uma faixa etária que tem absoluta prioridade. Assim destacamos o desafio da Educação que ainda persiste, conforme vemos no quadro a seguir:

QUADRO 6 - Território do Grande Bom Jardim
Alfabetizados e Não Alfabetizados com Idade igual a 5 Anos e Mais por Bairro - 2000

BAIRRO	TOTAL POR BAIRRO	POPULAÇÃO ALFABETIZADA		POPULAÇÃO NÃO ALFABETIZADA	
		QUANT.	%	QUANT.	%
Bom Jardim	30.409	23.789	78,23	6.620	21,77
Canindezinho	25.719	20.244	78,71	5.475	21,29
Granja Lisboa	43.526	33.862	77,80	9.664	22,20
Granja Portugal	32.900	25.525	77,58	7.375	22,42
Siqueira	20.425	15.201	74,42	5.224	25,58
TOTAL	152.979	118.621	77,34	34.358	22,66

Fonte: Fundação IBGE – Cálculos: SEPLA

O percentual de analfabetismo no Grande Bom Jardim é maior do que em Fortaleza. Enquanto em Fortaleza o IBGE registra 14,59% de analfabetos, no Grande Bom Jardim, este percentual é de 22,66%. O pior índice está no bairro do Siqueira, com 25,58% da população residente com mais de 05 anos de idade, ainda analfabeta.

Em meio a tantos problemas, percebemos no Grande Bom Jardim uma área de instituições sociais e um povo que luta pelos seus direitos sociais e se articulam bem em representatividade nos Orçamentos Participativos da Cidade, e uma Rede Social criada pelos integrantes do Território que pressiona o poder público com seus diálogos públicos e mobilizações sociais.

A partir dessas mobilizações sociais e poder de pressão dos movimentos da região, o número de instituições e ações governamentais tem crescido unindo a isso a implantação do PRONASCI. No Grande Bom Jardim existe os seguintes equipamentos: Casa Brasil, Centro Cultural Bom Jardim, Centro de Referência de Assistência Social, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e dois Centros de Saúde da Família. A região também conta com 47 escolas públicas municipais e estaduais, 103 escolas particulares e duas escolas comunitárias. Existem também dezenas de ONGs. Há uma carência de equipamentos de lazer e muitos dos que existem estão em situação precária para utilização¹⁹.

¹⁹ Informações retiradas de um relato de caso da Revista Brasileira de Med. Fam. e Com. Rio de Janeiro, v.4, nº 14, jul /set 2008. p.141/142.

4. AVALIANDO O PRONASCI/PROTEJO NO GRANDE BOM JARDIM

4.1. Sobre o Método de Avaliação

Não pretendemos aqui nos estender em contextualizações histórico-sociais ou na explicação detalhadas de diferentes métodos, mas enfatizar a importância da escolha do método na avaliação de políticas públicas. Em verdade, reservamos este espaço do trabalho para compartilhar as dificuldades e possibilidades de superação a partir da escolha das estratégias, técnicas e instrumentos utilizados durante a pesquisa.

Nessa perspectiva decidimos por um método avaliativo que fosse aplicável a realidade do PRONASCI/Protejo, aos objetivos da pesquisa, mas sempre pensando nas novas tendências de avaliação em profundidade, percorridas por Carvalho (2008), que consideram a análise de conteúdo, o contexto do programa, a trajetória institucional e também o espectro temporal e territorial de análise. Isso aumentou a nossa responsabilidade de compreender o objeto de estudo, principalmente por entender que a avaliação de políticas e programas

“é uma prática coletiva cujos resultados devem servir para a mudança em programas em desenvolvimento e a introdução de novos programas sociais que, articulados a uma política macroeconômica de desenvolvimento sustentável, com produção e distribuição de renda, possa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.” (SILVA E SILVA, 2008, p. 92).

Pensamos, então, em considerar nesta pesquisa avaliativa o Método Crítico Dialético uma vez que ele permite tanto articular diferentes procedimentos de investigação para desvendar a essência dos fenômenos como também se destaca pelo realce nas informações prestadas pelos diferentes sujeitos envolvidos no processo, privilegiando os usuários enquanto os maiores interessados (SILVA e SILVA, 2008, p.159-160).

Esta vertente avaliativa, segundo Maria Ozanira da Silva e Silva:

“...valoriza a análise crítica da política ou programa, busca os princípios e fundamentos teóricos-conceituais da política ou programa, considera os sujeitos e interesses envolvidos no processo; fundamenta-se em valorizar

as concepções sobre a realidade social partilhadas pelos sujeitos da avaliação (...); contrapõe a idéia de neutralidade, não percorrendo um caminho único, sendo o resultado da avaliação considerados parciais e questionáveis.” (SILVA e SILVA, 2008, p.159-160).

Assim como Silva e Silva (2008, p.161) pensamos que “toda avaliação é um ato político, mas também técnico”, e por isso tivemos alguns cuidados metodológicos para a aproximação do Método de avaliação crítico-dialético, a saber: a definição de referencial teórico conforme a temática do programa, identificação e consideração de variáveis contextuais, definição do foco do objeto da avaliação e compromisso com a publicização dos resultados da avaliação.

Quanto à publicização dos resultados da avaliação, nos comprometemos em encaminhar uma cópia da dissertação para a gestão municipal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, e uma cópia para cada núcleo pesquisado, bem como nos disponibilizamos a divulgar a pesquisa em reunião com a Gestão Municipal do PRONASCI.

Por fim, reconhecemos nossos limites para desenvolver uma pesquisa mais ampliada e integrada com os outros projetos do PRONASCI em Fortaleza que iniciaram no mesmo período experimental do Protejo (2009/2010), e que, com certeza, trariam concepções diversificadas sobre o Programa, inclusive envolvendo uma parte de jovens com recortes específicos de gênero, como por exemplo, no Projeto Mulheres da Paz.

No entanto, acreditamos que conseguimos explorar com fidelidade os dados coletados dentro de nosso limite de recursos humanos, financeiro e de tempo. Reconhecemos ainda que há muito que explorar e que esta pesquisa avalia apenas um período de experimentação do PRONASCI/Protejo, dentro de um território específico, com um grupo de atores envolvidos em um determinado momento.

De todo modo, esperamos que seja útil para as partes interessadas em avaliação de programas e projetos sociais, lembrando que essa é apenas uma das possibilidades metodológicas, e que sempre se faz necessário algum tipo de ajuste.

Para melhor compreendermos o Método Avaliativo adotado nesta pesquisa, o sintetizamos no próximo quadro e o descrevemos em seguida.

QUADRO 7 – Método Avaliativo Adotado na Pesquisa

ASPECTO AVALIATIVO	ABORDAGEM	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS	REFERENCIAL METODOLÓGICO
CONCEPÇÃO	Qualitativa	PESQUISA DOCUMENTAL: Leis, Documentos e Guias do Ministério da Justiça. ANÁLISE: Análise de Conteúdo AVALIAÇÃO: Método Crítico-Dialético	Ministério da Justiça GONDIM ROCHA e DEUSDARÁ SILVA E SILVA
IMPLEMENTAÇÃO	Quantitativa e Qualitativa	ANÁLISE QUANTITATIVA: Dados Secundários - dados estatísticos dispostos nos relatórios de gestão ANÁLISE QUALITATIVA: Dos dados obtidos na observação de campo, entrevista, e grupos focais AVALIAÇÃO: Método Crítico-Dialético	SHEIRER COSTA e CASTANHAR SILVA E SILVA
RESULTADOS	Qualitativa	PESQUISA DE CAMPO: Grupo Focal ANÁLISE: Matriz FOFA AVALIAÇÃO: Método Crítico-Dialético	GONDIM BRASILIANO SILVA E SILVA

Sobre a Avaliação da Concepção do PRONASCI/Protejo –

A avaliação de concepção veio como estratégia de averiguação dos pressupostos teóricos (conceitos chave) do desenho original de orientação para aplicação do PRONASCI/Protejo pela gestão municipal, verificando sua compreensão da intervenção estatal sobre a realidade dos jovens envolvidos com a violência. Para isso, utilizamos técnica como análise de conteúdo, que facilitou no comparativo crítico entre o conteúdo desenhado, a prática da gestão e as informações de pesquisa obtidas com os jovens.

Para a avaliação de concepção foi necessário, primeiramente, fazer uma revisão dos documentos oficiais disponibilizados pelo Ministério da Justiça (legislação, relatórios locais do PRONASCI/Protejo), para deste modo identificarmos os principais conceitos adotados nesses textos e, portanto, compreender a construção e repercussão dessa política pública. Neste processo destacamos os seguintes conceitos: “segurança pública”, “território de paz”, “violência e juventude”, “enfrentamento a violência”, “envolvimento comunitário” e “Prevenção a Violência”.

Este procedimento, com base na técnica análise de conteúdo, nos permitiu em seguida relacionar e/ou confrontar os conceitos dispostos nos documentos oficiais da política do PRONASCI/Protejo com o entendimento e aceitação da população-alvo (jovens) e da equipe de gestão.

A escolha da técnica análise de conteúdo se deu porque pensamos alcançar uma significação mais aprofundada sobre o Programa em questão, na busca por um sentido mais estável, numa análise de diferentes temas e suas modalidades de aparição, percebendo a reprodução e disseminação desse conteúdo na prática, na realidade (ROCHA e DEUSDARÁ, 2005).

Avaliar a concepção do PRONASCI/Protejo pela técnica de análise de conteúdo nos proporcionou compreender melhor a complexidade de significações presentes por trás do conteúdo organizacional, oriundos de produções de sentidos articulados e relacionados a interesses diversos: individuais, setoriais e institucionais.

Sobre a Avaliação de Implementação do PRONASCI/Protejo –

A avaliação da implementação teve como perspectiva analisar o processo de consecução do PRONASCI/Protejo em consonância com as diretrizes legais e os guias que o orientam. Nesta etapa, nos limitamos a avaliar os processos de desenvolvimento do PRONASCI/Projeto a partir dos seus componentes: “as estratégias, atividades, comportamentos, formas de comunicação [divulgação] e tecnologias necessárias para implementação do Programa, bem como a especificação dos beneficiários em que se dá a implementação” (COSTA e CASTANHAR, 2003, p.983).

Conforme orientações de Scheirer (*apud* COSTA e CASTANHAR, 2003, pp.983-984), a avaliação de implementação se deu a partir de três componentes: (a) *beneficiários pretendidos*, (b) *contexto institucional* e (c) *forma de execução*.

Sobre os ‘*beneficiários pretendidos*’ avaliamos as características *sócio-demográficas* estruturadas a partir dos focos etários e territoriais desenhados pelo o PRONASCI/Protejo. Desse modo, o perfil dos jovens foi traçado a partir da faixa etária, nível de renda, gênero, área específica do território, complementando com o nível de escolaridade e a noção de inserção destes jovens no mundo do trabalho. Outro item avaliado neste componente se refere aos *requisitos de elegibilidade*, ou seja, critérios de acesso ao Programa como vulnerabilidade e risco social, vínculo institucional com/ou egresso da medida socioeducativa.

Quanto ao componente '*contexto institucional*' avaliamos o tipo de relação com as instituições/organizações envolvidas na execução do PRONASCI/Protejo com enfoque na infraestrutura, bem como a identificação de vínculos com as organizações sociais comunitárias disponíveis no Território do Grande Bom Jardim (setor privado, organizações comunitárias e equipamentos públicos).

Na perspectiva de avaliação do componente '*forma de execução*', nos detivemos no processo de estruturação, nos mecanismos e instrumentos utilizados quanto: ao planejamento, à capacitação oferecida, e avaliação e monitoramento realizados pela equipe. Nesse primeiro ano de experiência do PRONASCI/Protejo em Fortaleza também registramos os sucessos, os problemas, limites e desafios da implementação a partir da hierarquização de resultados obtidos. Para isso foram elencados os fatores positivos e negativos organizacionais e processuais que nos permitiram construir a *Avaliação de Resultados*.

Sobre a Avaliação de Resultados do PRONASCI/Protejo –

Para adentrarmos no processo de *Avaliação de Resultados* preferimos utilizar a “matriz fofa”, uma ferramenta capaz de identificar os fatores de risco, bem como os fatores facilitadores do projeto. A Matriz FOFA²⁰, comumente empregada no meio empresarial, é uma ferramenta gerencial utilizada pelos gestores estratégicos para identificar os pontos fracos, fortes, oportunidades e ameaças do contexto empresarial. Hoje, ela é também se mostra adequada à realidade do terceiro setor e setor público. Segundo Brasileiro (2008), sua função inicial é de identificar os fatores de risco e os facilitadores mais comuns, os mais perigosos e os que possuem mais influência dentro de um contexto de um determinado Projeto ou Programa.

Nesta pesquisa, a utilização da Metodologia FOFA não teve a pretensão de definir o grau - enquanto nível - da eficácia no PRONASCI/Projeto, mas sim, uma avaliação da eficácia para servir como um instrumento que facilita a estruturação do pensamento, da análise e avaliação dos resultados da pesquisa. Ela tem a funcionalidade de possibilitar ao gestor a necessidade de rever caminhos, remodelar situações, indicando quais os fatores que necessitam ser tratados com melhor atenção no processo de desenvolvimento de um Programa/Projeto (BRASILIANO, 2008).

²⁰ Em inglês, SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*, Brasileiro (2008).

MATRIZ FOFA			
FORÇAS		OPORTUNIDADES	
Variáveis	Mxl=R	Variáveis	Mxl=R
Variáveis	Mxl=R	Variáveis	Mxl=R
FRAQUEZAS		AMEAÇAS	

Quadro 8: Matriz FOFA.

Fonte: Brasileiro e Associados. In <http://www.brasiliano.com.br/blog/?p=377>

Após a identificação dos gargalos e dos sucessos, retratamos de forma sintética a situação em que se encontra o PRONASCI/Projeto, nos seus aspectos positivos internos (Fortalezas), negativos internos (Fraquezas), limites externos (Ameaças) e possibilidades externas (Oportunidades).

4.2. Avaliação de Concepção

No aspecto conceutivo, analisamos os conteúdos a partir de alguns conceitos expressos no desenho da Política de Segurança Pública com Cidadania do nosso país descrevendo aqueles provindos da legislação PRONASCI e dos documentos oficiais do governo federal e comparando os conteúdos das diretrizes, leis e guias com a concepção, com a prática da gestão municipal, bem como ao entendimento e ideário dos jovens assistido pelo Protejo em Fortaleza.

Neste sentido, a concepção e aceitação deste Programa/Projeto se revelam - à luz da população alvo e técnicos envolvidos - entre aproximações e distanciamentos dos conceitos chave, conforme a divisão a seguir:

Prevenção à Violência

Implementado na segunda gestão do Governo Lula (2007-2010), o PRONASCI vem se constituindo como uma das principais políticas de segurança pública que objetiva a articulação de ações entre os entes federados para a prevenção, o controle e a repressão da criminalidade no país. Destas três vertentes, a prevenção em seu desenho entra como primazia:

“O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) marca uma iniciativa inédita no combate à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; **prioriza a prevenção** e busca atingir as causas que levam à violência, **sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e repressão qualificadas**” (CADERNO PRONASCI, 2007, p.04).

Como podemos identificar nos documentos do Ministério da Justiça, bem como em análises orçamentárias sobre PRONASCI, o campo da prevenção se constitui com as “dezenas de projetos que contam com o *envolvimento direto* da própria comunidade que, cientes de seus direitos, atuam em conjunto com as forças policiais para a redução da violência” (CADERNO PRONASCI, 2007, p.04). Desse modo, a prevenção ganha sentido com a participação comunitária juntamente com a polícia no enfrentamento à violência. E no caso do Projeto Protejo – por seu público alvo ser constituído por jovens - podemos afirmar, com a participação juvenil.

Um dado que nos instiga a iniciar a análise a respeito da afirmativa utilizada pelo governo federal é quando este adota como prioridade à ‘prevenção’, e ao mesmo tempo reafirma: ‘sem abrir mão’ das estratégias de ordenamento social e ‘repressão qualificada’. Refletindo nesta colocação, assim como Fiorin, pensamos que um discurso é um “conjunto de temas (...) que materializam valores, normas, carências, desejos, explicações, justificativas e racionalizações” (FIORIN, 1988, p. 43), isto é, “um conjunto de temas (...) que materializam uma determinada visão de mundo” (FIORIN, 1988, p.43). Esta última expressão do governo federal demarca sua repercussão nas relações entre a polícia e a comunidade.

Na pesquisa de grupo focal realizada com os jovens do PRONASCI/Protejo em Fortaleza, constatamos pelos relatos denunciativos a marca do militarismo no que tange a imposição da ordem e da repressão - que deveria ser executado com o crime organizado e o tráfico de drogas – mas que estão se estendendo na abordagem de alguns policiais pelas periferias, com os cidadãos, denominados pelos jovens de “trabalhador”. Isso dificulta na apropriação deste Programa quanto a sua pretensão de envolvimento comunitário de modo que a comunidade confie na polícia, e juntas consigam desenvolver estratégias de enfrentamento a violência.

Analisando os documentos oficiais, identificamos a opção do Ministério da Justiça nos “agenciamentos de crimes e violência” como conceito de prevenção, declarando que conceber a prevenção no aspecto de atacar as “causas dos problemas” seria tarefa de gerações inteiras, demandando décadas para resolver uma situação que é emergente (Guia para Prevenção, 2005, p.07). Para este Ministério, quando se fala em prevenção, há uma compreensão de

“referir, então, à necessidade de identificar, em cada local, os agenciamentos equivalentes para o crime e a violência e, a partir deste diagnóstico, elaborar políticas específicas que, tanto quanto possível, os previnam” (Guia para Prevenção, 2005, p.07).

Preocupa-nos o posicionamento do Estado em assumir uma política de prevenção à violência voltada ao “agenciamento de crime e da violência²¹”. Há tempo estudiosos identificam as causas estruturantes e dia após dia os efeitos se agravam, se tornando cada vez mais inconvivíveis. Os agenciamentos mediam, mas têm resolvido os problemas estruturais postos pela desigualdade social? A atitude de não encarar a raiz dos problemas decorrentes do Sistema do Capital é típico de uma lógica neoliberal voltado para a manutenção de Estado mínimo.

A noção de prevenção, para os jovens pesquisados, se dá pelas atitudes micro e pessoais expressas como: “tempo preenchido com atividades de cursos, esportes, lazer e projetos sociais”, “se afastar das más companhias”, “evitar as drogas”, “manter o diálogo com a família” e “se aproximar de Deus”; bem como eles percebem a prevenção num nível macro e estrutural, mais voltadas para o ataque nas causas da violência, ainda que, expressando da sua forma de compreender:

“Se tivesse emprego, não tava roubando. Porque muitas das pessoas que vão presos, diz: - Eu só roubei porque não me dão chance de trabalhar nem nada. Por isso que eles vão roubar. Mas se tivesse emprego eles não estavam roubando, tava trabalhando” (Piloto da Nasa, 22 anos, Canidezinho).

Segurança Pública

Outro ponto que avaliamos foi o entendimento e aceitação dos jovens sobre o PRONASCI/Protejo. Afirmamos que os jovens pesquisados têm um potencial de análise e de sugestões sobre o enfrentamento à violência a partir da prevenção e do tratamento/controlado, mas, por algum motivo, eles não conseguem perceber o PRONASCI como uma política de Segurança Pública. Referendam o Programa, porém, com total

²¹ Para “Agenciamento”, o Ministério da Justiça conceitua como uma condição ou fator imediato que torna possível a emergência do ato delituoso e/ou violento e que, uma vez conhecido, pode ser superado. (GUIA PARA PREVENÇÃO, 2005, p.51)

desconexão do que eles entendem por ‘Segurança Pública’ e da visão de integração entre as políticas que o Programa adota.

“O Cid (Governador do Ceará) lançou a Campanha dele por causa do Ronda. Se eu fosse ele, se eu fosse governar no próximo ano, eu ia começar pela juventude. A droga tomou conta de tudo. Se eu fosse governador eu ia fazer clínicas. Porque as clínicas de Fortaleza é particular!! E a maioria das pessoas que usam drogas, as famílias são de baixa renda. Não tem como pagar R\$400,00 numa clínica, por mês. Quatrocentos Reais... tem família aqui no bairro e em Fortaleza que não ganha isso. E as vagas que tem de graça são pouquíssimas!! São três ou quatro. Aí o governador pega e vai inventar mais polícia. A insegurança é causada pelas drogas. E você tem que ir aonde? Tratar as pessoas que tão sendo dominada pelas drogas, fazendo clínicas, projetos sociais como o PRONASCI. O PRONASCI aqui é o único que eu conheço que inventa o Protejo, o Mulheres da Paz, o Trilhos, o Mulheres em ação também!!! E a pessoa, vendo o que tá dando certo, vai investir naquilo que não tá dando certo: o Ronda! Já aconteceram vários acidentes! A manutenção de uma viatura daquela é muito dinheiro! Eles gastam pouco dinheiro com educação. Era pra tá investindo em educação, criando mais escola, mais creches, mais projetos... Eu digo que no futuro melhoraria mais.” (JOÃO PAULO, 18 anos, Bom Jardim)

Na fala dos jovens, percebemos que eles concebem a Segurança Pública como um direito de todos, mas que ainda está intimamente ligado com a concepção dos serviços das polícias. Os fatos de postura abusiva de poder e torturas que os jovens presenciam na sua realidade, fazem da polícia mais um problema de segurança pública.

“Segurança pública é segurança para todos. Então, não está havendo política pública de Segurança pública, porque os próprios homens que a gente devia confiar, a polícia, estão trabalhando de má fé. Uns, dormem na viatura; outros, matam pessoas erradas. Eles tratam as pessoas pela roupa. Primeiro eles tem que saber quem a pessoa é, pra depois saber agir. Não é porque eu sou mal vestido que eu sou ladrão ou viciado. Às vezes, é um trabalhador, como o rapazinho da moto que mataram, só porque ele vinha apressado. Assim, a gente perde até o respeito, a admiração e a fé da polícia” (Odécio, 27 anos, Siqueira).

Ressaltamos aqui o quanto a violência policial tem sido um dos fatores que distancia o Programa da sua idéia original, sendo este tipo de violência, considerado pelos jovens uma das principais formas de reproduzir a violência na comunidade.

“A polícia ajuda também que eles [os jovens envolvidos com a violência] fiquem mais violentos contra as pessoas. Porque muitas das vezes eles chegam e não tem um tipo de abordagem correta. A abordagem deles é batendo aí... eles estão incentivando a quê? A polícia também é violenta. A polícia é do mesmo jeito desses jovens. Eles só não têm a farda da polícia, mas são quase a mesma coisa!” (Reginaldo, 21 anos, Siqueira)

Quanto ao PRONASCI, os jovens o compreendem como um conjunto de Projetos que atuam no Grande Bom Jardim para “ocupar o tempo” e “dar chances e oportunidades para jovens e mulheres da comunidade”. Os jovens sabem que é um Programa do governo federal, conduzido pela Guarda Municipal, mas desconhecem a meta de reduzir em 20% a violência dos bairros que compõem o Território de Paz.

Os jovens fazem críticas à gestão da Guarda Municipal por sua localização, como sede do Programa, está distante da comunidade e por eles não saberem de um telefone para denunciar os casos de violência que acontecem na sua comunidade. Para eles, no Território deveria ter uma sede o qual os comunitários e os participantes dos projetos do PRONASCI pudessem se encontrar, se organizar em reuniões, e em comunidade criar alternativas para enfrentar a violência.

Para os técnicos da Gestão de Fortaleza, o PRONASCI é concebido como “um programa mais amplo que tem uma articulação entre as políticas (...) tem como foco a questão da prevenção e redução da violência e tem a visão de integração dessas políticas, trabalhando aqueles grupos que estão mais vulnerabilizados.” (Técnica - Monitora do Protejo).

O PRONASCI também é percebido pelos técnicos da gestão como um Programa que inova na questão de integração entre as instâncias federal, estadual e municipal, que prima pela intersetorialidade, respeita as especificidades do Território, e também possibilita uma articulação micro com as lideranças comunitárias (Mulheres da Paz) e equipamentos sociais locais (serviços públicos, igrejas, associações, movimentos, dentre outros).

“ é um Programa que vai à comunidade, vem lá de cima... mas vai se adaptando a realidade da comunidade. Ele vai dentro das lideranças da comunidade, vai pegando aquelas pessoas da vizinhança, que estão lidando com a violência, lidando com aquela realidade...vai até a realidade e vai pegando os equipamentos sociais da comunidade.” (Educadora do Protejo)

“O PRONASCI é de fato um novo jeito de se fazer uma política de Segurança. Especialmente nessa questão da intersetorialidade e da territorialidade... respeitando as especificidades de cada um.” (Colaboradora Técnica – Gestão)

No Guia para a Prevenção do Crime e da Violência (2005) encontramos o conceito de Segurança Pública adotado pelo Ministério da Justiça em seus Programas, que se traduz de forma mais complexa, indo além da visão comum de que Segurança Pública está reduzida ao serviço da polícia.

Para este Ministério, a Segurança Pública “deve abraçar um conjunto de providências e de programas específicos que podem manter pouca ou nenhuma relação com o trabalho das polícias” e que uma política de Segurança Pública deve envolver outras agências, públicas e privadas, capazes de desenvolver e apoiar políticas de prevenção. Ou seja, envolver uma rede de instituições e atores que possam desenvolver ações de esforços complementares – e não concorrentes – em prol da redução da violência, “onde as

comunidades possam desempenhar um verdadeiro protagonismo” (GUIA PARA PREVENÇÃO, 2005, p.08).

Envolvimento Comunitário

Adentrando na questão do ‘Envolvimento comunitário’, identificamos em vários documentos produzidos pelo Ministério da Justiça o destaque e orientação aos municípios para fomento do ‘desenvolvimento de práticas de cidadania’, ‘participação comunitária’, ‘protagonismo dos jovens’ em seus projetos e programas.

“O programa PROTEJO também deverá propiciar a oportunidade de desenvolvimento de práticas de cidadania supervisionadas em projetos voltados para a comunidade e **protagonizados por esses jovens.**” (GUIA DE ORIENTAÇÃO – PRONASCI no SINCOV, 2010, p.30)

“Nesse sentido, **os municípios poderiam trabalhar com os jovens, capacitando-os para ações de prevenção**, nas ruas, nos bares e restaurantes, escolas, prevenindo a combinação explosiva do uso de álcool, **assumindo verdadeiro protagonismo juvenil na promoção de ações voltadas à prevenção da violência e criminalidade**, em todos os sentidos, assim como dando uma perspectiva prática às ações idealizadas pelo município.” (GUIA PARA A PREVENÇÃO, 2005, p. 50)

Nessas afirmativas há uma orientação clara de como o Ministério da Justiça anseia o envolvimento comunitário. Este Ministério credita recursos a projetos e programas acreditando que os municípios apliquem numa participação ativa da comunidade, num envolvimento que se expanda aos espaços físicos do território, para além dos muros das salas de aulas em que estão sendo executados os projetos.

No entanto, para o que consideramos de envolvimento comunitário, e, no estudo de caso PRONASCI/Protejo em Fortaleza de participação juvenil, percebemos outra visão adotada pela Gestão de Fortaleza: uma visão de participação voltada para ações individualizadas, de melhoria/mudança de comportamento do jovem e principalmente pela frequência/assiduidade destes nas atividades do Programa.

“Então a participação deles eu vejo muito nesse sentido de participação de mudar a minha vida, mudar a minha história, entendeu? Então é uma participação mais de sua própria realidade. (...) eles foram orientados sobre essas questões que estimulam a participação, da cidadania, a questão do reconhecimento do direito e de fazer valer os direitos.” (Técnica – Monitora do Protejo).

“... a participação ela é condição! Então eu acho que eles conseguiram... percentualmente até achei interessante porque quando a gente for pensar numa evasão, de um menino que tem uma história muito mais tradicional, quer não tem recaída ou sem problemas de drogas e criminalidade e tal...é maior que a evasão que nós tivemos durante o processo do Protejo.” (Gestora).

Nas observações de campo e no grupo focal percebemos uma intensa preocupação da equipe da gestão em expressar a sua concepção de participação juvenil numa noção voltada para resultados quantitativos, de permanência de jovens no Protejo, e explicações de conduções de processos adotados pela gestão com relação à evasão de jovens no Projeto.

No entanto, a nossa intenção não era de medir o grau de participação pelo nº de evasão. Até porque não tínhamos em mãos qualquer diretriz da instância maior (governo federal) do Programa que apontasse até que percentual seria permitido ou não o número de jovens evadidos. Num aspecto conceitual, e pelo método escolhido, nossa pretensão era de averiguar o conceito que os técnicos do Programa apreenderam por envolvimento comunitário e a sua utilização na prática, para assim, avaliar o que os jovens estavam concebendo sobre a participação juvenil dentro do Protejo, nesse primeiro ano de execução.

Analisando o conteúdo, identificamos um distanciamento entre a proposta de envolvimento comunitário do governo federal e a noção adotada pela Gestão Municipal. E que, se esta entendeu a pergunta lançada em grupo focal sobre a participação juvenil, conceituou apenas o que institucionalmente lhe era permitido dizer.

Para os jovens, a participação se dá em ações de “interação”, “integração no grupo” e “atitudes individuais voltadas para o bem coletivo”. Durante o grupo focal, estes jovens avaliam sua própria participação enquanto grupo no Projeto Protejo:

“A gente deveria ter participado mais, fazendo com que a comunidade entendesse o que é o Projeto Protejo... o que a gente faz aqui. Tentar passar pra ela... Assim, porque quando a gente começou o Protejo, a comunidade dizia: Ah, lá vai o drogado, o viciado. Hoje em dia, um e outro até entende o que é o Protejo, mas nem todos. A gente então chega num canto e diz: Vamos visitar a instituição. Aí a pessoa fica assim... você sente o preconceito. Pra que a gente não sinta mais esse preconceito, é fazer com que a comunidade conheça a gente e dá a entender o que é o Protejo” (Juliana, 24 anos, Granja Lisboa).

Pensamos que a participação são atos de expressão pessoal e/ou coletiva, mas que pode ser estimulada por circunstâncias e ações externas, inclusive, sendo reconhecida em suas diversas formas e garantida pelo Estado. Muitos jovens não ousam em participar nos processos coletivos no que diz respeito à participação específica de Políticas de/com/para Juventudes por que não são devidamente informados de seus ‘direitos de participar’, e *onde* participar com suas críticas e proposições. Desconhecem sua liberdade de expressão garantida pela Constituição Federal (1988).

Além disso, os jovens desconhecem o poder que têm sobre o controle social das políticas públicas, enquanto Sociedade Civil. O que tem acontecido na prática, além das

concepções engessadas e limitadas de participação que são adotadas e assim disseminadas pela Gestão governamental, é que muitas vezes o Estado não se preocupa com a divulgação dos espaços participativos existentes (conselhos de juventude, conferências, redes sociais e outros), nem muito menos com a disseminação de formações voltadas para a compreensão do que seja esse controle social, porque, além da participação democrática ser um processo trabalhoso, quanto mais pessoas, mais pressão social para o Estado responder as demandas coletivas.

Enfrentamento a violência

Os jovens também adentraram na questão de como enfrentar a violência. Para eles, “reconhecer os jovens”, “acreditar no seu potencial” é primeiro passo para o governo, a sociedade e a família se atentarem, seguidos da geração de “oportunidade para a qualificação e trabalho para as juventudes”, “trazer melhorias para o bairro como praças, áreas de esporte e lazer, creches, posto de saúde, escolas com mais qualidade de ensino”, “ocupação do tempo em projetos sociais”.

Esta questão do “reconhecimento” nos lembra as afirmativas de José Machado Pais sobre os jovens e sua cidadania. Para este autor, esses jovens não buscam apenas uma cidadania vinculada a idéia de integração ou de reconhecimento da diversidade, e sim uma importância com as expressões culturais juvenis “sem esquecer os sentimentos de pertença e as subjetividades que se investem nas relações de sociabilidade” (PAIS, 2005, p.56).

Quanto aos projetos sociais que promovem o enfrentamento à violência, os jovens afirmam que deveriam ser interligados. Todos os projetos sociais que são para crianças, adolescentes e jovens, deveriam ter um tempo de formação destinado à família destes. Os projetos deveriam acompanhar na questão escolar quanto à frequência e a nota. Vejamos as idéias do jovem:

“Acho que tem um papel muito importante os projetos que ocupa os jovens e as crianças com dança, capoeira, né. Tem aula de manhã na escola, vai à tarde pra associação. O tempo preenchido eu acho que previne muito. A conversa dos educadores com os pais também é importante, não só atividades com crianças e jovens. Avaliação das frequências e notas pra poder participar do Projeto.”(Reginaldo, 21 anos, Siqueira)

Outras idéias de enfrentamento à violência foram coletadas, dando ênfase e atenção à voz e necessidades das juventudes. Dentre as ideias, destacamos: “Fóruns de Jovens por regionais com a presença de agentes públicos com poder de decisão para

coletar os desejos e necessidades da juventude” (Odécio, 27 anos, Siqueira); “um tipo de projeto social que formem lideranças juvenis divididas por Área de Desenvolvimento Local”, que “pudessem ouvir as juventudes, mobilizá-las e encaminhá-las para cursos gratuitos, vagas em projetos esportivos e culturais, serviços de saúde, serviços voluntários nas associações do bairro para adquirir experiência e engajá-los nos balcões de empregos em cada território” (Odécio e Reginaldo, Siqueira).

Os jovens gostariam que na sua própria escola pudesse ter cursos profissionalizantes (Valdiane, 16 anos, Granja Portugal). E existissem Projetos que formassem os jovens capazes de levar para seu bairro uma metodologia em formato de “Grupos de auto-ajuda”, onde fosse possível reunir com grupo de amigos nas suas casas, levando filmes, brincadeiras e jogos direcionados para a prevenção da violência e às drogas (Jonny, 19 anos, Bom Jardim). Cursos sobre “Políticas Públicas e Orçamento Público” também foram mencionados (Odécio, 27 anos, Siqueira).

Para os profissionais da gestão, o enfrentamento à violência se dá agindo na territorialidade, numa articulação entre as políticas setoriais, numa intersectorialidade entre as políticas e equipamentos públicos, a partir de uma “conversa integrada” (Gestora PRONASCI) em prol da redução da violência, “trabalhando com os grupos mais vulnerabilizados” (Técnica de Monitoramento, de PRONASCI/Protejo).

Como já vimos e ainda veremos na avaliação conceitual, percebemos que ainda no nível de conceitos, enquanto desenho do Programa não há uma concepção integrada entre o Ministério e o Município, identificada na pesquisa com relatos dos técnicos da gestão municipal e principalmente partir do que os jovens compreendem sobre Segurança Pública, Participação Juvenil, conceito de Juventude e de Território de Paz. Sem um afinamento desde as idéias/conceitos, seria possível - na prática – uma ação intersectorial efetiva?

Também destacamos uma contradição no próprio conteúdo assinalado tanto no desenho do PRONASCI/Protejo quanto nos relatos de técnicos da Guarda Municipal pela opção de priorizar os grupos de jovens “mais vulnerabilizados”. Para a Gestão esses grupos são aqueles que já estão envolvidos com o crime e a violência. Como já vimos, no Programa se faz a opção de primazia pela *prevenção* de jovens à violência. Numa condição prática de execução, quais teriam sido os desafios de lidar metodologicamente com uma relação de aspectos preventivos numa situação de violência vivenciada e praticada por esses jovens?

No entanto, esta pesquisa não se aprofundou nas dificuldades do método adotado nas oficinas e cursos, ou questões decorrentes da visão comunitária sobre esse processo de prevenção e controle ao mesmo tempo, deixando para uma nova oportunidade, descobrir esses aspectos, bem como o olhar da comunidade em geral sobre o

PRONASCI/Protejo. Principalmente porque identificamos durante as pesquisas, nos relatos dos jovens e da equipe técnica da Gestão, os casos de estigma e preconceitos de pessoas comunitárias sobre os jovens do Protejo porque as mesmas acreditam que essas oportunidades deveriam ser para evitar que os adolescentes e jovens se envolvam no crime/violência, uma vez que a proposta prioriza a prevenção.

No PRONASCI/Protejo Fortaleza, constatamos uma iniciativa da Gestão numa perspectiva de acompanhamento familiar, social e profissional. Com um recurso proporcionado pela Caixa Econômica, a equipe da gestão decidiu utilizar o recurso desta parceira, já no final do primeiro ano do Projeto com o acompanhamento de jovens, por uma educadora social para visitas domiciliares, encaminhamentos sociais de natureza jurídica, social, de saúde ou psicológica, e colaboração na inserção profissional (elaboração de currículo e encaminhamento a oportunidades de trabalho e cursos profissionalizantes). Seria essa uma estratégia de “ocupar o tempo dos jovens no Protejo”, uma vez que projetaram os cursos para os 08 primeiros meses e o último quadrimestre ficou mais livre para os jovens?

Juventude e Violência

Quanto à concepção de Juventude nas consultas às Leis, Guias e decretos do PRONASCI não há um conceito descrito propriamente defendido. Mas, identificamos no desenho deste Programa/Projeto um apelo em prol da “inclusão social” dos jovens, dentro de uma “faixa etária” específica, com a orientação para a “promoção dos direitos humanos e respeito à diversidade” e respeito às especificidades do Território em que esses jovens vivem, sempre reforçando a questão do “envolvimento comunitário” e “protagonismo juvenil”.

Analisando os conteúdos apresentados pelo governo federal a respeito de como o desenho da política de segurança pública almeja tratar as questões relacionadas aos jovens, identificamos uma aproximação com Abramovay ao intencionar uma percepção relacionada à pluralidade e participação juvenil. Mas a forma que concebem as juventudes ainda está muito focada a transição etária (faixa etária) como percebe Groppo²².

Pensamos assim que o Estado, na sua condição de oferecer serviço público necessita aportar recursos e ao mesmo tempo prestar contas dos gastos públicos, sendo atualmente focalizados nos segmentos sociais, seja pelas demandas etárias (criança e adolescente, juventudes, idosos) e/ou diversidades. E a sociedade civil com seu papel de controlar socialmente, vem exigindo transparência nos orçamentos e gastos do Estado a respeito das agendas acordadas.

²² Ver página 41 deste trabalho

Sobre Violência, o Ministério da Justiça defende o mesmo conceito utilizado pela Organização Mundial da Saúde – OMS, como sendo o uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra uma pessoa ou contra a si próprio ou contra outro grupo de pessoas, que resulte ou tenha grande possibilidade em resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento, ou privação (Guia para a Prevenção, 2005, p.51).

A compreensão dos jovens pesquisados sobre o conceito de Juventude(s) varia em torno do que é *ser jovem*, denominando como uma “fase da vida” que possibilita vivências de prazeres, sentimentos e curtidas, descobertas, experimentações de perigos e riscos; “mudanças no corpo, na mente e no comportamento” que antecede momentos de maiores responsabilidades como trabalho e sustento de família. Para muitos deles o fato de engravidarem ou assumirem filhos, mesmo dentro da faixa etária estabelecida pelo Programa como Jovem (15 a 29 anos), já perderam a chance de curtir o que denominam de “ser jovem”.

A violência para esses jovens se resumem nas ações, quer seja físicas, verbais, visuais, sonoras, psicológicas, sexuais, ou comportamentais que envolva poder, discriminação e/ou preconceito, de uma pessoa para com outra, familiar, comunitária ou institucional (do sistema, da polícia e do Estado) que ofenda qualquer ser humano ou a comunidade a qual ele (a) pertence. Aqui percebemos uma compreensão de violência aproximada ao que afirma Waiselfisz²³, uma violência ligada ao conceito de alteridade.

Território de Paz

Por fim, numa perspectiva de avaliação dos sujeitos envolvidos a respeito dos temas em questão, trazemos a noção do Ministério de Justiça a respeito do ‘Território da Paz’ como sendo “o conceito PRONASCI dado aos territórios que recebem a intervenção de um escopo de ações que, juntas, atuam na coesão social e na diminuição dos índices de criminalidade violenta” (GUIA DE ORIENTAÇÃO – PRONASCI no SINCOV, 2010, p.05).

Para os técnicos da gestão do PRONASCI/Protejo, o Território de Paz é um conceito avançado que percebe, identifica e reconhece a realidade, sua história local, dando ênfase ao “querer e não querer da comunidade”. “É uma forma de (re)focar a política para dar resultados” (Gestora – PRONASCI,2011). Os técnicos fazem suas próprias avaliações quanto à concepção de construção do Território de Paz, por ser uma ideia recente e de amplitude, como sendo algo que está muito distante de ser alcançado, mas que poderá ser

²³ Ver definição de conceito por Waiselfisz na página 35 deste trabalho.

conquistado se a proposta de enfoque na territorialidade, intersectorialidade entre as políticas e maiores investimentos financeiros estatais juntamente com as práticas técnicas forem não apenas consideradas, mas de fato implementadas conforme referencia a proposta original.

Os jovens pensam que o “Território de Paz” é a união do povo, dos bairros juntamente com a proteção social do Estado em prol de uma sociedade que viva e conviva com a paz. Mas para eles, a paz vem com a igualdade entre as pessoas, depois que o povo for assistido com os equipamentos públicos e com a conquista de vida digna, a partir do trabalho, uma boa moradia, direito ao lazer, dentre outros direitos fundamentais. Ou, seja, está extremamente ligada ao ataque às causas estruturantes dos problemas decorrentes da desigualdade social.

“Território de paz pra mim é uma sociedade igual, totalmente igual!!! Não é aquela diferença: - Ah, porque eu moro na Aldeota ou por que eu moro no Bom Jardim... Se eu moro na Aldeota e tenho direito assim, então você que mora no Bom Jardim também tem que ter os mesmos direitos. Pra mim, o Território de paz só existiria se fosse uma sociedade igual, sem diferença de nada!!” (Juliana, Granja Lisboa).

“Seria um lugar com muita oportunidade de emprego para as famílias carentes, seria também... sabe aqueles terrenos cheios de mato, ali seria construído casas pras pessoas que moram na rua, ou pra pessoas que não tem condição de fazer ou comprar uma casa, aquelas que moram de aluguel ou debaixo da ponte, na rua mesmo, né. Teria uma escola digna de um aprendizado” (Camila, 21 anos, Granja Lisboa).

A definição dos jovens sobre o Território de paz expressa uma visão utópica de um Território que contemple suas necessidades básicas para a dignidade humana, se sentir igual no sentido de incluso socialmente, de ter direito a dignidade humana. Mas essa utopia não pode deixar de ser considerada. Porque, mesmo envolvidos com a violência, com a condição de vida e a negação de direitos que até então eles tem vivenciado, não conseguiram ofuscar o direito de idealizar uma sociedade mais justa.

4.3. Avaliação de Implementação

O aspecto implementativo de Avaliação teve o propósito de avaliar desenvolvimento do Programa/Projeto a partir dos componentes e das suas etapas. Assim, o primeiro componente avaliado foi à população-alvo do Protejo - os jovens - que resultou no que chamamos de Perfil dos Jovens do PRONASCI/Protejo em Fortaleza.

4.3.1 Beneficiários Pretendidos: Perfil dos Jovens do PRONASCI/Protejo em Fortaleza

A análise do perfil dos jovens do PRONASCI/Protejo em Fortaleza faz parte do processo avaliativo da pesquisa e teve o propósito de conhecer os participantes (*beneficiários pretendidos*), e analisar os critérios de acesso (*requisitos de elegibilidade*) ao Programa/Projeto em questão, a partir do enfoque quantitativo da pesquisa. Esta análise diz respeito ao universo de 203 jovens cadastrados no SisProtejo, e participantes do Projeto entre o período de dezembro de 2009 e março de 2010.

Os dados obtidos concernem a diversos aspectos da vida dos jovens, entendendo assim, *quem* são os participantes do Protejo, se realmente estão sendo atendido o público pra quem se destina o Projeto, compreendendo os recortes de gênero dessa população envolvida com a violência, a faixa etária que esses jovens se encontram, qual seu vínculo com a escola, sua composição familiar, se já tiveram alguma experiência com trabalho, sobre seu vínculo institucional relativo às medidas sócioeducativas, e outros indicadores que possibilitaram - a partir do cruzamento de dados - o retrato dos jovens em questão.

Dentre as possibilidades de recortes e comparações ao descrever a realidade do Protejo Fortaleza, na perspectiva de gênero, a tabela abaixo confirma percepções largamente difundidas quanto ao fato do universo de adolescentes e jovens envolvidos com a violência e criminalidade serem predominantemente do sexo masculino, embora nos últimos anos o número de meninas envolvidas com a criminalidade tenha crescido consideravelmente.

Tabela 01: Composição quanto ao Sexo

SEXO	Nº de Jovens	Percentual %
Masculino	132	65,02
Feminino	71	34,98
TOTAL	203	100,0

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

Conforme já descrevemos em linhas gerais no item “Contexto do PRONASCI: antecedentes históricos” quando tratamos dos focos prioritários deste Programa, consideramos relevante avaliarmos a cobertura da população-alvo, percebendo sua faixa etária dentro do foco etário de 15 a 24 anos, estabelecido na Lei Nº 11.707, de 19 de junho de 2008.

Como se pode observar na tabela a seguir, a maior concentração de jovens do Protejo, relativo a faixa etária, se encontra entre os 15 e 18 anos, totalizando 77, 34% dos

jovens pesquisados. Essa faixa etária se encontra respaldada pela proteção integral e prioridade absoluta da Lei Nº 8069 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tabela 2: Composição por Faixa Etária

IDADE	Nº de Jovens	Percentual %
14 anos	3	1,48
15-18 anos	157	77,34
19-21 anos	33	16,26
22-24 anos	10	4,93
TOTAL	203	100,0

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

Os dados revelados na tabela 02 nos fazem refletir de como estão sendo implementadas as políticas públicas protetivas e preventivas para os adolescentes. Sabemos que as diversas políticas setoriais de assistência social, saúde, iniciação ao trabalho, educação, cultura, dentre outras; devem disponibilizar recursos em seus orçamentos para atendimento a essa demanda. Diante dos dados podemos refletir se estas políticas estão, de fato, alcançando esta faixa etária, se estão utilizando metodologias eficazes com linguagem apropriadas à sua fase de vida, será que estão conseguindo potencializar recursos e força tarefa a partir da intersetorialidade respaldada pelo PRONASCI?

Tabela 03: Composição por Faixa Etária e Sexo

IDADE POR SEXO	Nº de Jovens Masc.	% Prop.	% Total	Nº de Jovens Fem.	% Prop.	% Total
14 anos	3	2,27	1,48	0	0,00	0,00
15-18 anos	102	77,27	50,25	55	77,46	27,09
19-21 anos	21	15,91	10,34	12	16,90	5,91
22-24 anos	6	4,55	2,96	4	5,63	1,97
TOTAL	132			71		

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

No que tange a variável idade por sexo, não existe, como se pode notar na tabela 03, qualquer variação significativa em percentuais entre os gêneros, assim, é possível afirmar que, tanto para meninos (77,27%) como para meninas (77,46%), a faixa etária de 15

a 18 anos demonstra-se ser a fase mais vulnerável, no universo do Protejo, quanto ao envolvimento de jovens com a violência e o crime.

Outros dados relevantes estão descritos nas duas tabelas a seguir que informam a composição dos jovens por etnia (tabela 04) e uma outra composição que apresenta as variáveis etnia e sexo (tabela 05). Analisar essas variáveis é interessante na medida que pretendemos compreender as questões decorrentes das desigualdades que estão por trás das relações históricas e sociais de etnia e gênero. Sobre estas composições, muitas pesquisas apontam tanto os números de mortes quanto as consequências da desigualdade racial, inclusive na conquista de inserção no mundo do trabalho ou acesso a universidade.

Tabela 04: Composição por Etnia.

ETNIA	Nº de Jovens	Percentual %
Amarela	6	2,96
Branca	29	14,29
Indígena	4	1,96
Negra	31	15,27
Parda	100	49,26
Não Informou	33	16,26
TOTAL	203	100,0

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

Os dados acima mencionados, identificam que 49,26% dos jovens do Protejo, segundo dados dos relatórios da gestão, se consideram pardos, seguidos de uma informação intrigante de 16,26% de jovens que não informam sua etnia. Este último dado de ‘ranço’ silencioso, pode traduzir as marcas sociais, culturais e históricas de opressão e dor sentida na cor da pele, carregadas de preconceitos e estigmas que ofuscam a fala e aceitação juvenil de sua raça.

Numa cultura que a cor muitas vezes é negada devido a história de escravidão e consequente discriminação, se somados pardos e negros, totalizam 64,53% dos jovens do Protejo na condição considerada por muitos como ‘marginalizada’ da periferia, conforme as grandes pesquisas apresentadas no país:

“Essas características (idade, gênero, cor e classe: IGCC) se combinam poderosamente com o “território”: os homicídios acontecem esmagadoramente nas favelas e periferias dos grandes centros urbanos. São, portanto, os jovens pobres e negros do sexo masculino, vivendo em favelas e bairros pobres, as principais vítimas da violência.” (INESC, 2010, p.13)

Tabela 05: Composição por Etnia e Sexo.

ETNIA POR SEXO	Nº de Jovens Masc.	% Prop.	% Total	Nº de Jovens Fem.	% Prop.	% Total
Amarela	5	3,79	2,46	1	1,41	0,49
Branca	21	15,91	10,34	8	11,27	3,94
Indígena	2	1,52	0,99	2	2,82	0,99
Negra	22	16,67	10,84	9	12,68	4,43
Parda	58	43,94	28,57	42	59,15	20,69
Não Informou	24	18,18	11,82	9	12,68	4,43
TOTAL	132			71		

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

Assim como referendado nas tabelas, trabalhar as questões decorrentes de Etnia e Gênero, e a promoção dos Direitos Humanos, faz parte do PRONASCI como uma das diretrizes expostas no artigo 3º da Lei Nº 11.707/2008:

“1 - promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural;” [\(Redação dada pela Lei nº 11.707, de 2008\)](#)

Na perspectiva do *foco territorial* mencionado na Lei que institui o PRONASCI (Lei Nº 11.530/2007) e para identificarmos se houve o respeito aos critérios das características *sociodemográficas*, numa atuação do Protejo por espacialidade (Território de Paz do Grande Bom Jardim) tivemos o interesse de saber de qual bairro esses jovens pertenciam.

Tabela 06: Bairro de residência dos jovens

BAIRRO DE RESIDÊNCIA DOS JOVENS	Nº de Jovens	Percentual %
Bom Jardim	73	35,96
Siqueira	42	20,69
Canidezinho	41	20,20
Granja Portugal	34	16,75
Granja Lisboa	13	6,40
TOTAL	203	100,0

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

Conforme vemos na tabela acima, todos os jovens pesquisados pertencem ao Território específico. Esta iniciativa também possibilita a percepção da distribuição dos serviços do governo prestados pelas áreas de atuação que pode ser equiparada e

distribuídas o número de vagas proporcionalmente de acordo com o número de população, ou simplesmente distribuídas igualmente por bairro.

Pela experiência em projetos sociais sabemos que, quanto mais distante o núcleo do domicílio do jovem, e, no caso do Protejo identificados entre bairros (mesmo que seja dentro de um Território que se pretende construir a paz) o público do Protejo sofre com as consequências reais de cruzar fronteiras entre bairros devido os assaltos, ameaças de morte, brigas de gangues e de territórios de líderes do tráfico de drogas. Por isso a distribuição de jovens por espacialidade pode ser um facilitador ou dificultador para a evasão de jovens durante o desenvolvimento do Projeto e deve ser motivo de atenção do gestor.

Considerando a tabela 06, e comparando-a o senso do IBGE 2000 quanto ao maior número de população por bairro, percebemos que, apesar do bairro Grande Lisboa ter o maior número de pessoas no período pesquisado (49.852)²⁴, os jovens atendidos pelo Protejo do bairro referido estão em menor número.

Ainda que seja um projeto inicial e de número baixo de população atendida, os gestores municipais devem se atentar na difusão igualitária ou pelo menos equilibrada do programa/projeto, de modo que perceba os detalhes de disseminação e distribuição da política para que a população se sinta incluída no acesso a informações e no direito ao serviço.

Outro dado importante para conhecermos os jovens do Protejo Fortaleza foi identificação do seu vínculo com a escola e sua escolaridade. Segundo a tabela 07, temos 58,13% dos jovens que estão matriculados. Porém temos os 41,38% que declararam não está matriculado, sendo este um dado que merece atenção, mesmo incluindo os que concluíram os estudos, nos revela um alto índice de jovens que desistiram de estudar.

Tabela 07: Matrícula Escolar

MATRICULADO NA ESCOLA	Nº de Jovens	Percentual %
Não	84	41,38
Sim	118	58,13
Não informado	1	0,49
TOTAL	203	100,0

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

²⁴ Vide Quadro 07, na página 77 desta pesquisa.

Os dados da Tabela 07 nos revelam de como os programas e projetos públicos de segurança pública então lidando com a evasão e as estratégias de permanência e reinserção dos jovens na escola, necessitando, no caso Protejo, de rever medidas e articulações com a política de educação para que juntos consigam criar e/ou estabelecer mecanismos integrados, assim como foi feito com o Bolsa Família.

Outras reflexões nos advêm, sobre o que está acontecendo com o Sistema Educacional, ou como deveria ser e ainda o que necessitaria ter para atraírem o interesse dessa juventude que hoje desiste da escola. Ou que outras questões estruturais que acontecem para que os jovens desistam de estudar. Esses jovens estão necessitando trabalhar precocemente? A escola não é envolvente? Os jovens não acreditam mais nos estudos?

A tabela 08 que segue nos esclarece sobre o nível de escolaridade por sexo. A realidade dos 58,13% dos jovens do Protejo que estão matriculados e daqueles que não estão estudando.

Tabela 08: Nível de Escolaridade por Sexo.

NÍVEL ESCOLAR, POR SEXO	Não estudando						Estudando					
	Nº Jovens Fem.	% Prop. (71)	% Total (203)	Nº de Jovens Masc.	% Prop. (132)	% Total (203)	Nº Jovens Fem.	% Prop. (71)	%Total (203)	Nº Jovens Masc.	% Prop. (132)	%Total (203)
Ensino Fundamental Incompleto	22	30,99	15,26	38	28,79	15,26	22	30,99	15,26	54	40,91	20,15
Ensino Médio Incompleto	4	5,63	2,78	8	6,06	2,78	18	25,35	12,49	24	18,18	8,96
Ensino Médio Completo	5	7,04	3,47	7	5,30	3,47	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL	31	43,66	21,51	53	40,15	21,51	40	56,34	27,75	78	59,09	29,11

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009).

É notável que tanto o sexo feminino quanto o masculino, há um maior percentual de abandono escolar nas séries do Ensino Fundamental, representando 30,99% das meninas e 28,79% dos meninos, dado que revela maior incidência entre as mulheres. Ainda

na tabela acima percebemos que existe equidade entre o número de jovens do sexo feminino que abandonaram os estudos sem concluir o Ensino Fundamental e aquelas que estão cursando séries deste mesmo nível de escolaridade.

No universo de 203 jovens pesquisados, 84 não estão estudando, apenas 12 concluíram o Ensino Médio, sendo que destas, 07 são jovens do sexo masculino o que representa 5,30% do número total de meninos e 05 do sexo feminino, ou seja, 7,04% das meninas do projeto. Analisando o dado pela proporção, é possível concluir que existem mais meninas com o Ensino Médio Completo que meninos (Relatório Perfil Protejo, 2009).

Dentre os 118 jovens que declararam estar estudando, apenas 42 estão cursando séries do Ensino Médio, dos quais 18 são mulheres, representando 25,35% do sexo feminino e 24 homens, 18,18% do total de meninos. Proporcionalmente, há maior percentual de meninas nestas séries quando comparado aos meninos. Ainda com relação aos jovens que estão estudando, podemos dizer que existem mais jovens do sexo masculino cursando séries do Ensino Fundamental. O oposto acontece quando conferimos o índice de jovens que abandonam a escola sem concluir o Ensino Médio, cujo percentual maior incide sobre os garotos (Relatório Perfil Protejo, 2009).

Inferimos ainda que, em análise geral sobre os dois sexos, as meninas, 43,66% das jovens do projeto, em dados proporcionais, abandonaram mais os estudos do que os meninos, embora em percentual geral sobre o total de jovens, os dois sexos atinjam o mesmo índice de 21,51%. Já entre os jovens que estão estudando, os homens, representando 59,09% do total de meninos, são, proporcionalmente, a maioria e em percentuais gerais também, sendo 27,75% o percentual de meninas estudando e 29,11% o de meninos.

O que as pesquisas disponíveis demonstram, em todo o mundo, é que a evasão escolar é um dos fatores preditores para a criminalidade e a violência. É muito mais provável que jovens evadidos da escola se envolvam em atos delinquentes mais sérios quando comparados com aqueles que mantêm seu vínculo com ela. (Guia Prevenção PRONASCI, 2005, p.37)

Outra variável que consideramos importante analisar é a situação dos jovens com relação ao trabalho, na medida que esta é sempre a grande queixa bem como um anseio dos jovens, os quais denomina o trabalho como oportunidade e uma das mais citadas formas de enfrentamento a violência.

Tabela 09: Quanto ao trabalho

Trabalha ou já trabalhou	Nº de Jovens	Percentual %
Não	112	55,17
Sim	90	44,33
Não informado	1	0,49

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

Na tabela 9 verificamos que 44,33% dos jovens trabalham ou já trabalharam alguma vez na vida. Neste dado estão inclusos tanto aqueles que já tiveram a experiência, mas não estão trabalhando no momento, como aqueles que permanecem no trabalho, e incluindo os diversos tipos: emprego de carteira assinada, subemprego, biscates, vivências de exploração ao trabalho infanto-juvenil e à vulso.

Ainda relacionado a tabela 09, a mesma revela-nos que 55,17% dos jovens nunca trabalharam o que expressa os resultados do mundo tecnológico que vivemos e as formas de exclusão do sistema Neoliberal comentado anteriormente, que exige conhecimentos específicos (inclusive de informática), qualificação, polivalência e experiência prévia para a inserção profissional.

Diante de tantas exigências e de um mercado reduzido, independente da classe social, percebemos a insegurança dos jovens e adultos relativo ao mundo do trabalho, o que é melhor ressaltado pela autora Regina Novaes:

“ Hoje, jovens de todas as classes e situações sociais expressam insegurança e angústias ao falar das expectativas em relação ao trabalho, no presente e no futuro. Estes sentimentos estão relacionados à consciência de que sua geração está submetida às rápidas transformações tecnológicas no mundo do trabalho. Ainda que os jovens mais pobres sejam os mais atingidos pelo processo de desestruturação/flexibilização/precarização das relações de trabalho, jovens de diferentes classes sociais partilham o “medo de sobrar” (NOVAES, 2007, p.3-4).

A situação sócio-econômica da família, tem sido um dos fatores mais destacados quando pretende-se conhecer o perfil de jovens envolvidos com a violência e o crime. Aqui também retratamos as condições reais, as faltas cotidianas para se ter acesso a bens e serviços, a ausência de componentes diversos para usufruir da dignidade humana. Lembramos ainda que a pesquisa foi realizada quando o salário mínimo era equivalente a R\$ 510,00.

As tabelas que seguem dizem respeito ao número de membros na família residindo no mesmo domicílio (Tabela 10), e a situação da renda familiar desses jovens (Tabela 11):

Tabela 10: Quanto à composição familiar

Nº de pessoas no domicílio	Nº de Jovens	Percentual %
02 pessoas	13	6,40
03 pessoas	23	11,33
04 pessoas	35	17,24
De 05 a 07 pessoas	107	52,71
De 08 a 10 pessoas	19	9,36
Acima de 10 pessoas	6	2,96
TOTAL	203	100,0

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

Relativo à composição familiar relatada na tabela 10, percebemos que as famílias da periferia permanecem numerosas, o que podemos destacar que 65,03% dos domicílios são compostos por famílias a partir de 05 membros. Na periferia são comuns as coabitações devido aos rearranjos familiares, ausência paterna, o que, juntamente com as baixas condições de sustentabilidade para a moradia, e questões de planejamento familiar, tornam as famílias numerosas por domicílio.

Um destaque para a realidade desse público foi o número de famílias mono parental, formado pelo (a) jovem e mais um membro, com o percentual de 6,40%, correspondendo a 13 jovens.

Tabela 11: Quanto à renda mensal

RENDA MENSAL FAMILIAR	Nº de Jovens	Percentual %
0,00 a 255,00	51	25,12
256,00 a 510,00	123	60,59
511,00 a 765,00	12	5,91
766,00 a 1.020,00	15	7,39
1.021,00 a 1.530,00	2	0,99
TOTAL	203	100,0

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

Na tabela 11, os dados revelam que 85,71% dos jovens que estão envolvidos com a violência sobrevivem com a renda familiar de até R\$510,00, que, no período da pesquisa, equivalia a um salário mínimo. E se pensarmos que a Bolsa Família está incluso no orçamento declarado, a situação desses jovens ficam ainda mais difícil, quando consideramos a dependência de sobrevivência a este último programa citado.

Ao destacar a renda e o número de membros, consideramos relevante aprofundarmos na análise da renda *per capita* desses jovens, conforme tabela a seguir.

Tabela 12: Quanto à Renda *Per Capita*

RENDA PER CAPITA	Nº de Jovens	Percentual %
0 a 50 reais por pessoa	53	26,11
51 a 100 reais por pessoa	87	42,86
101 a 150 reais por pessoa	38	18,72
151 a 200 reais por pessoa	14	6,90
201 a 250 reais por pessoa	3	1,48
251 a 300 reais por pessoa	6	2,96
301 a 370 reais por pessoa	2	0,99
TOTAL	203	100,0

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

A tabela 12 nos informa que 26,11% dos jovens sobrevivem com até R\$ 50,00 por mês, significando R\$ 1,60 por dia nos meses que possui 30 dias. E se juntarmos as duas primeiras informações da mesma tabela, temos 68,97% desses jovens que sobrevivem com menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo por mês para atender suas necessidades básicas de alimentação, vestes, moradia, acesso a serviços básicos de energia, água, gás, dentre muitas outras necessidades importantes como saúde, suporte na educação, transporte, lazer, etc. Aqui a bolsa de R\$ 100,00 que esses jovens recebem do Protejo fazem toda a diferença nas despesas familiares, na conquista de bens de consumo pessoais, e também evitando a reincidência a crimes. Vejamos os depoimentos:

“Com o dinheiro da bolsa, eu dou todo para comprar as coisas pra minha filha. Quando eu tava parada, só com o dinheiro do curso, eu fazia mercantil pra dentro de casa, né! Lá em casa o Bolsa família e o Protejo que sustenta a minha casa. Mas em compensação não tem água, nem luz e nem gás. Porque não dá pra comprar!!!” (Ranielle, 22 anos, Bom Jardim)

“Com a bolsa eu ajudo minha mãe, porque ela se separou do meu pai e ele não paga pensão”(Jefferson, 17 anos, Granja Portugal)
 “Dou a metade pra minha mãe, compro roupa e junto também” (Valdemir, 17 anos, Granja Portugal)

“A gente achou que a bolsa ia parar em agosto. Se tivesse parado, final de ano...a gente ia ficar doido! Aí... o que ia acontecer? 157 por roubo! [risos](Jovem, 23 anos, Bom Jardim)

Diante dos vários fatores que provém das desigualdades sociais, os jovens do Protejo convivem com as vulnerabilidades, dentre elas, a violência, que tem se revelado dentro e fora de casa com seus diversos tipos e consequências. No entanto, na nossa pesquisa nos delimitamos a registrar a questão da vitimização dos jovens relativo as agressões físicas, conforme vemos na tabela 13 a seguir:

Tabela 13: Quanto à vulnerabilidade

VULNERABILIDADE		
JÁ SOFREU AGRESSÃO FÍSICA	Nº de Jovens	Percentual %
Não	79	38,92
Sim	122	60,10
Não Informado	2	0,99
TOTAL	203	100,0

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

No que diz respeito a questão dos jovens do Protejo ter como critério prioritário a questão da vulnerabilidade e risco social, conforme vemos nas tabelas abaixo, no período da aplicação da pesquisa, apenas 4,43% dos jovens estavam cumprindo Medidas Socioeducativas (tabela 14).

Tabela 14: Quanto à Medida Sócioeducativa.

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		
ESTÁ CUMPRINDO MSE	Nº de Jovens	Percentual %
Não	192	94,58
Sim	9	4,43
Não Informado	2	0,99
TOTAL	203	100,0

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

Finalmente, apresentamos a tabela 15, destacando um número maior de egressos da Medida Socioeducativas, evidenciando 14,78% dos jovens do Protejo que já tinha passado pelo vínculo institucional do Juizado da Infância e da Juventude.

Tabela 15: Quanto aos Egressos de Medida Socioeducativa

Egressos de Medida Socioeducativa	Nº de Jovens	Percentual %
Não	171	84,24
Sim	30	14,78
Não Informado	2	0,99
TOTAL	203	100,0

Fonte: Relatório Perfil Protejo – SisProtejo, 2009.

4.3.2. Contexto Institucional

Para avaliarmos o componente '*contexto institucional*' focamos na infraestrutura e na relação de parceria disponíveis no Território do Grande Bom Jardim (setor privado, organizações comunitárias e equipamentos públicos).

- **Relações de parceria**

Sobre as parcerias, identificamos, a partir das visitas nos núcleos e observações em campo, uma relação com as instituições comunitárias e equipamentos públicos. No que diz respeito às instituições comunitárias, constatamos um relacionamento que se baseava apenas na cessão do espaço físico, energia e água disponibilizada pelas três associações de moradores, uma entidade do governo do Estado (ABC do Bom Jardim), e uma Escola filantrópica vinculada a Igreja católica. Segundo técnicos da gestão, houve uma conversa com as lideranças dessas organizações e foi acordado, formalmente, com um documento assinado pelas partes interessadas para a cessão do espaço-físico durante o ano do Protejo.

Identificamos ainda, a partir de relatos em grupos focais, que durante o ano os jovens visitaram instituições locais para conhecimento de alguns serviços públicos, mas não foi constatado atendimento destes, nesses espaços visitados. No grupo focal com técnicos, identificamos a existência de um comitê local com envolvimento de representações/profissionais de equipamentos públicos que se encontram periodicamente para discutir assuntos relacionados à melhoria do Território. Com relação à parceria com o setor privado, em momento algum foi mencionado.

Como citamos, dedicamos um tempo para a observação. No período de mobilização da pesquisa, geralmente chegávamos com antecedência, exatamente para compreendermos os processos para além dos relatos em grupo focal ou entrevista. Neste sentido, presenciamos nos núcleos fatos que identificaram problemas com relações de parceria, onde os jovens só podiam entrar na sala do Projeto, após a educadora ou monitoria da gestão chegar. Bem como os relatos dos jovens mencionaram posturas discriminatórias de funcionários da instituição comunitária parceira (escola) para com os participantes do Protejo.

Com os fatos identificados na pesquisa, examinamos que a Gestão necessita manter um mecanismo de relacionamento com entidades parceiras e equipamentos públicos de modo que cultive a compreensão dos objetivos do Programa/Projeto e fortaleça os

vínculos destes jovens com esta instituição, focando na construção da proposta do Território de Paz.

- **Infraestrutura**

Quanto à infraestrutura básica para a realização das atividades de oficinas constatamos uma sala com espaço satisfatório para no mínimo 25 pessoas, iluminação e ventilação suficiente, com pelo menos 01 banheiro, e disponibilidade de água de beber. Observamos que em cada um dos núcleos tinha uma média de 25 cadeiras acolchoadas com braço de cores azul com preto, 01 armário de aço com duas portas e tranca novo, e em alguns casos, a tranca danificada. Em três dos núcleos percebemos uma TV de 29 polegadas, e em uma delas vimos um som de CD. Como os equipamentos eram semelhantes e da mesma marca, então perguntei aos jovens de quem era aqueles equipamentos, e eles nos confirmaram que veio do PRONASCI.

Relativo à segurança dos locais cedidos pelas instituições parceiras, eram variados. Alguns tinham chave com tranca e grades, mas não era forrado. Em um dos grupos focais os jovens comentaram sobre a insegurança do local (associação) e que, inclusive, já tinha sumido equipamentos como cadeiras e aparelho de som do Projeto:

“Mas roubaram foi tudo, olha aí. Deram o som ,mas roubaram... olha aí, o armário tá quebrado. Tão roubando até as cadeiras” (Lucas, Granja Lisboa).

Ainda sobre a infraestrutura, nos atentamos a averiguar quanto ao material oferecido pelo Projeto. Os jovens confirmaram que receberam o fardamento e lanche. Quanto aos lanches, detectamos duas dificuldades para a gestão: as instituições comunitárias parceiras não apresentavam equipamento de refrigeração disponível para o Projeto e/ou - nas que disponibilizavam - apresentava problemas com furtos de lanches; demandando outra dificuldade: disponibilidade semanal de logística para entrega de lanche pela Guarda Municipal.

“Lanche aqui veio chegar no final!!!!” (Juliana, Granja Lisboa).

“A merenda vinha na segunda, pra semana todinha. Quando chegava aqui, a merenda ficava esquentando a semana todinha. Aí a gente ia comer tudo frio aí. Às vezes até estragava.” (Piloto da Nasa, 22 anos, Canidezinho).

“Veio ter merenda só no final, só! E era todinho com recheado. Às vezes a gente vinha pra cá com fome mesmo! Ai tinha aquela merenda... Isso é bom!” (Odécio, 27 anos, Siqueira).

No grupo focal realizado com a equipe da gestão, a mesma comenta que o lanche não foi previsto no orçamento do Projeto, mas que foi necessário incluí-lo durante o processo, devido à necessidade dos jovens se alimentar para obter uma maior concentração no tempo previsto para as atividades diárias.

4.3.3. Formas de Execução

- **Planejamento**

O Protejo Fortaleza, na elaboração do seu Planejamento teve um caráter diferenciado. Sua construção contou com a participação de: técnicos e jovens beneficiários de Projetos da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), representante do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), e da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) que contribuíram nessa idealização. Quanto às estratégias metodológicas desse Projeto foram aproveitadas as tecnologias sociais existentes no Município.

As diretrizes do Ministério da Justiça e orientações da Matriz Protejo também foram incorporadas no instrumental de planejamento utilizado pela Gestão municipal: Plano de Trabalho local do Protejo. Este Plano norteia tanto a equipe da Gestão quanto a Instituição Executora do Projeto.

“Só existe um plano de trabalho, que está muito voltado ao objetivo geral, por exemplo: capacitar 210 jovens em 800 horas aulas. Ou seja, Os objetivos e as metas estão completamente ligados. Não tem aquela de reduzir em 20% a violência como o PRONASCI”. (Técnica de Monitoramento – Gestão, 2011).

Quanto ao Plano de trabalho anual do Protejo constatamos a necessidade de um planejamento lógico em que os objetivos e metas fossem mais claros, precisos e mensuráveis; com indicadores e meios de verificação capazes de comprovar a veracidade dos resultados.

“Hoje a gente vê que já estamos três anos no Território e 01 ano de PRONASCI, no máximo!... hoje que a gente começa a pensar que de fato em 2011 é que vai fazer com que o Pronasci, a metodologia tá mais clara agora! Agora é que a gente consegue pensar em indicadores e metas mais claras, que não são aquele objetivo geral, específico, metodologia e dinheiro, recursos, né! O Projeto afinal, não dá nem conta disso. Ele é Objetivo geral, justificativa, objetivos específicos, metodologia bem simples e recursos necessários”. (Coordenadora – Gestão, 2011).

Na aplicação de grupo focal com os técnicos da gestão foram detectados alguns limites relativos à colaboração do Ministério da Justiça no processo de planejamento do Protejo no Município. Um deles foi a respeito das diretrizes provenientes da Matriz Protejo que, além de ser repassada após fase de implantação demonstrou informações insuficiente para o entendimento do Projeto em questão. Problemas de comunicação foram relatados decorrentes do fluxo de pessoas que representam o Protejo no Ministério da Justiça, bem como cobranças do governo federal sem um anterior esclarecimento.

“É tanto que nós - em planejando – pretendemos criar também as nossas metas e nossos indicadores de processo, que não é aquela coisa que só no final a gente vai ver. O detalhamento do objetivo geral pra nós é uma coisa ainda a desenvolver!!! Mesmo com a Matriz mais detalhada, ela principalmente diz o que tem que ser. É o básico!... Mas muito inicial...Essas questões deveriam tá lá no começo...então foi se fazendo depois que estava no processo, com muito controle, inclusive, com muito questionamentos. Quando passou para a segunda gestão nacional e começou a ligar cobrando como se a gente já soubesse: - Mas por que vocês não fizeram isso?. Ah, não! Mas a gente não sabia que tinha que fazer isso! Houve em quantidade. Grande...grande! (Coordenação – Gestão, 2011).

“Na verdade diz o que não pode deixar de ter, assim... A Matriz diz mais ou menos assim: 152 horas de informática, menino no primeiro semestre está voltando a escola, documentação está lá há tanto tempo... então é assim... um direcionamento do que tem que acontecer nesse acompanhamento que não pode deixar de ter”. (Técnica de Monitoramento – Gestão, 2011).

Quanto ao Planejamento adotado pela Gestão Municipal para seus procedimentos de rotina entre equipe da Gestão constatamos que acontecem a partir de reuniões semanais. A técnica utilizada para o planejamento são rodas de conversas. Na equipe executora do Protejo, segundo a Monitoria da Gestão, acontece periodicamente um planejamento coletivo entre os educadores do IEPRO /UECE para a metodologia adotada coletivamente e sua aplicação individual nas oficinas:

“Os educadores tinham planejamento conjunto na UECE, mas cada um fazia seu caminho na sala de aula”. (Técnica de Monitoramento – Gestão, 2011).

Nos relatos da pesquisa realizada com a equipe da gestão, detectamos uma afirmação preocupante da equipe estar “pensando e fazendo ao mesmo tempo” o Projeto devido às demandas e desafios postos da realidade para o enfrentamento e redução da violência. Verificamos que a equipe de recursos humanos tem sido insuficiente, os profissionais devem ser mais bem orientados para a formatação de seus planos ou conhecer/adotar novos estilos de planejamento mais lógicos.

- **Divulgação do Projeto e Seleção dos Jovens**

A divulgação inicial do Protejo - baseada nos critérios de vulnerabilidade e risco social dos jovens residentes no Território do grande Bom Jardim - foi uma iniciativa ousada da gestão municipal. As estratégias utilizadas para divulgação foram através de anúncios, mobilização social em associações com a participação de lideranças deste Território vinculadas ao Projeto Mulheres da Paz, e indicações de serviços públicos; sendo este último convidado durante as reuniões do GGIM.

Identificamos uma boa prática para a seleção dos jovens do PRONASCI em Fortaleza. Trata-se de uma tática adotada pela gestão através de grandes eventos comunitários, reunindo a população para o chamado 'Mix da Paz'. Para este evento os jovens são convidados a participar das oficinas com temas transversais e culturais em espaços comunitários, simultaneamente, no próprio Território do Grande Bom Jardim.

Para a realização da seleção de jovens, a gestão contou com a participação da equipe da Guarda Municipal e alguns colaboradores cedidos pelos Serviços públicos que compõem o GGIM. Além das oficinas, no Mix da Paz são realizados os cadastros dos jovens, coletando o perfil básico e interesses da juventude pela proposta, identificando os jovens de risco social, segundo a faixa etária estabelecida pelo Programa/Projeto.

A estratégia de Eventos também tem sido utilizada para manter a divulgação do PRONASCI para a comunidade com o lançamento e encerramento de todos os Projetos deste Programa. A gestão mobiliza os participantes dos Projetos em andamento e a comunidade para comparecerem nesses eventos. Nestes grandes encontros comunitários geralmente comparecem personagens influentes na construção da paz, como: MV Bill, Maria da Penha, dentre outros. Outra estratégia que tem gerado comunicação à comunidade são os Seminários realizados pela Gestão.

Constatamos durante as visitas aos núcleos, divulgação de outros Projetos do PRONASCI através de panfletos com informações sobre as vagas abertas, para que os jovens do Protejo se integrem a essas outras ações do PRONASCI no Território. Além das divulgações já citadas, identificamos outra forma de divulgação que repercutiu qualitativamente na comunidade: as camisetas com as marcas do Projeto e Programa, ou seja, o fardamento.

A identificação dos jovens com a marca do Projeto nas camisetas manifestou na comunidade um olhar diferenciado com relação aos jovens do Programa/Projeto em avaliação. Pelos relatos da pesquisa, a comunidade conhece o Protejo não pelo seu nome, mas como um curso do PRONASCI:

“Tem gente que, quando via a gente assim [o jovem aponta para farda] passando na rua dizia: - Oh, já acabou! Por que não é de tarde também, o dia todo!... Naqueles tempo nós passava, e logo eles diziam: - É bom ligar pro Ronda... Eita! Lá vem ele roubar nós ali. E agora dizem: - Ai, não! O rapaz vem do curso deles ali.” (Piloto da Nasa, 22 anos, Canidezinho).

- **Capacitação**

Considerando que um trabalho que promove o enfrentamento a violência exige conhecimento, preparação profissional e motivacional para lidar com os conflitos, perdas, empatia, sentimentos pessoais e comunitários de toda natureza vivenciada no cotidiano das relações sociais é que pensamos em avaliar a capacitação nesse processo de implementação do Programa/Projeto.

Nesta perspectiva averiguamos a partir dos grupos focais as questões decorrentes da capacitação, sobre a metodologia, a frequência e o tempo destinado a este fator tão importante no processo de qualificação e aprendizado. Entretanto, destacamos uma análise em três níveis na proposta de avaliação: Capacitação oferecida para os jovens, Capacitação entre técnicos da executora, Capacitação entre os Técnicos da Gestão.

Relativo à capacitação/formação dos jovens, constatamos formações transversais e de iniciativa profissional cuja metodologia conduzida pelo IEPRO, segundo observações durante a pesquisa, foi bem apreciada pelos jovens e estavam de acordo com as diretrizes do PRONASCI providas do governo federal. Identificamos as seguintes estratégias metodológicas durante a capacitação dos jovens: debates, conversas, passeios, vivências de plantar mudas em locais públicos, passeata pela paz, teatro, visita a instituições para conhecimento dos serviços de interesse público, e criação de um filme feito pelos próprios jovens. Dos conteúdos transversais, os jovens confirmaram os temas a seguir: violência e sua tipologia, Direitos Humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, Combate ao preconceito, DST's/HIV-AIDS; Valores humanos, como: respeito, igualdade e solidariedade.

A estratégia das vivências em prol da integração de jovens através do passeio foi a mais ressaltada, e dela vieram os comentários trazendo consigo alguns resultados como: integração entre os núcleos e início da quebra de rivalidade entre as áreas do Território do Grande Bom Jardim:

“...a gente conseguiu unir os cinco bairros, né. O que antes era muito dificultoso de uma pessoa ir de um bairro pra o outro. Aquela rivalidade... e com os passeios foi agrupando todos ali. Os passeios foram ótimos que, cada passeio a gente do Siqueira conversava com pessoas de outro lugar.

Por exemplo: Granja Portugal, Bom Jardim, Granja Lisboa...era os mais difíceis da gente conversar. O Canidezinho até que vinha aqui os meninos conversar com a gente. A nossa rivalidade acabou tanto com o pessoal do Canidezinho, que eles deixavam de assistir lá pra vir assistir aqui com a gente o curso.” (Reginaldo, 21 anos, Núcleo Siqueira).

Quanto à frequência desses cursos, constatamos que as aulas pelo IEPRO duraram até o final do oitavo mês. Durante esse período os jovens vinham de segunda a sexta-feira e permaneciam três horas diárias nas atividades. Após esse período, tanto a frequência dos jovens, quanto a disponibilidade de cursos começaram a variar. Ou seja, havia semana que os jovens compareciam três vezes, outras apenas uma vez nas atividades do Protejo. Sendo este um dos motivos de reclamação dos jovens do Protejo.

Outra questão apresentada nos grupos focais como fator negativo nas capacitações do Projeto foi o tempo diário utilizado nas atividades do Projeto. Os jovens consideram 03 horas diárias poucas devido às tentações que sofrem com relação às drogas quando estão com seu tempo livre, assim como consideraram o tempo destinado ao curso de informática insuficiente para seu aprendizado:

“...gostaria de passar mais tempo aqui, porque aqui, quando eu estava aqui, eu ficava longe das drogas, e esquecia o mundo lá fora, mas quando eu saía daqui, eu ia pras bocada já, aí...Mas quando eu vinha pra cá de novo eu me sentia importante com o pessoal. Tinha um pessoal conversando comigo, achando graça.”(Odécio, 27 anos, Siqueira)

“Os cursos, nós só não gostamos porque foram poucos dias, o de informática. Não foi nem um mês lá na Guarda Municipal. Por que na semana, nós ia dois dias, que era quinta e sexta.” (Marcela, 18 anos, Granja Portugal).

Quanto à capacitação para os técnicos da Executora, foram em formato de Seminários com temas relacionados ao conhecimento das políticas e serviços públicos do Município, sendo organizados pela equipe da Gestão, aos sábados, com frequência quinzenal durante todo o primeiro semestre do Protejo. Esta formação, além de qualificar os técnicos da executora do Protejo, possibilitou uma forma de divulgação do Projeto entre os Técnicos do Município:

“... para o Protejo, a capacitação chegou a ser quinzenal com a equipe, e o projeto não podia parar, então fazíamos na quinzena, aos sábados, com todos os professores... Nós conseguimos passar todos os serviços que gostaríamos que eles soubessem que existia no município. Ou seja, começou com a política de juventude, passou pela assistência social, passou pela Secretaria de Direitos Humanos, Saúde, Educação, Esporte, Economia solidária. Todos eles foram com seus técnicos pra fazer formação, apresentar a política geral, conhecer o Protejo, que também foi bom por que teve os dois lados né?... que o Protejo foi apresentado... durante os seis primeiros meses.” (Coordenação – Gestão, 2011).

Relativo à capacitação entre os técnicos da própria Gestão do PRONASCI/Protejo, a equipe entrevistada, inicialmente, só pensou na possibilidade do Ministério da Justiça oferecer capacitação. Assim, foi comentado que apenas uma formação no ano de 2010 para socialização de informações e uso de instrumentais, e outra sobre a Bolsa-formação, mas que não respondeu as necessidades da equipe.

“ as capacitações...no máximo foi de socialização de informações, que a gente já sabia, lá em Recife... sobre o processo: a matriz, os instrumentais... foi uma iniciativa, e foi só com uma pessoa.”(Técnica de Monitoramento-Gestão)

“Capacitações para a equipe nunca vieram. A não ser as capacitações sobre a bolsa-formação que é do PRONASCI; que são capacitações que não se colam as nossas necessidades”. (Coordenação – Gestão, 2011).

- **Processo de Avaliação e Monitoramento do Protejo**

O processo de avaliação e monitoramento tem sido feito, até o momento da pesquisa, em dois níveis: Do Ministério da Justiça para com o Município, e da Gestão do Município para com os jovens (população-alvo).

Em grupo focal com técnicos, verificamos um monitoramento proveniente do Ministério da Justiça para a Convenente (Prefeitura), através do SIMAP, conforme já explicamos no item Estrutura Organizacional deste trabalho. E uma avaliação, comunicada por este Ministério, a partir dos dados do SIMAP pela Fundação Getúlio Vargas.

“O Ministério pretendia fazer um monitoramento mais detalhado aqui... ele contratou a Fundação Getúlio Vargas - FGV para monitorar. Tem um volume que diz: PRONASCI em números. Se, tem outro, eu desconheço. Esse volume foi feito pela FGV contratada para nos monitorar. Aí ele tem um Sistema, o SIMAP. Que é um sistema criado pelo Ministério da Justiça para alimentar os dados de execução financeira e o monitoramento das turmas. E o monitoramento que é fora o financeiro, que é aquilo de quantos jovens, o que estão fazendo, a metodologia... a questão da eficácia tem relatórios subjetivos, praticamente.(Coordenação do PRONASCI – Gestão, 2011)

Além do SIMAP, a Gestão do PRONASCI no Município de Fortaleza possui uma ferramenta de tecnologia de informação chamada de *Observatório Municipal da Violência* que possibilita além de outras funções já esclarecidas anteriormente - a partir da constante alimentação de dados - o monitoramento do desenvolvimento das ações municipais com relação a seus projetos e programas voltados para o enfrentamento à violência. Dados micros de frequência e/ou evasão de jovens nos projetos, ações desenvolvidas pelos educadores e processos verificados durante o monitoramento dos Projetos também são possíveis de serem sistematizados e guardados nesta ferramenta. No entanto, no período

de nossa pesquisa, já fazia seis meses que o Portal do Observatório Municipal da Violência se encontrava desativado, por questões assim divulgadas:

“... existe um observatório que é uma avaliação da Monitoria. Um monitoramento do Projeto, que é o quê? É através do Portal, o Observatório da violência. Nele há um campo lá de cada Projeto, e os monitores responsáveis de cada Projeto devem alimentar! Só que isso a gente vai estruturando. Ele começou. A gente iniciou e fazia, mas por uma questão técnica do sistema, né, ficou parado um tempo, desatualizou. Então a gente está retomando ainda.” (Técnica de Monitoramento – Gestão, 2011).

Constatamos um acompanhamento da gestão sobre a população do Protejo (jovens) a respeito do conhecimento das vulnerabilidades sofridas, vínculo com escola e interesse em conhecer as habilidades e desejos juvenis quanto aos cursos profissionalizantes. Para isso detectamos nos relatórios da gestão, a consolidação dados do SisProtejo juntamente com os instrumentais aplicados localmente: Cadastro de jovens; Ficha com perfil socioeconômico, envolvendo informações sobre drogadição, renda, violência policial, violência sexual; Ficha de Interesse Profissional e Habilidades dos jovens.

Assim, foi percebida iniciativas de monitoramento e avaliação do Protejo, mais voltadas para acompanhamento dos jovens com os dados levantados pela Gestão e uma avaliação informal no sentido de grau de satisfação a partir das visitas periódica *in loco* pela técnica responsável pelo monitoramento do Protejo.

Quanto ao monitoramento da Gestão para com a Executora do Protejo (IEPRO) a estratégia utilizada tem sido através de reuniões, prestação de contas sobre o plano de ação e relatórios. Constatamos que não houve uma avaliação formal sobre a Entidade executora do Protejo. E nas avaliações informais comentadas em grupos focais, constatamos que não havia qualquer sistematização (registro) dessas reuniões para formalizar os encaminhamentos estabelecidos.

“Mas das avaliações, e de todo o processo, não foi feito a não ser nas reuniões sistemáticas (...). Não tem instrumentos. Com o IEPRO, nós podemos dizer que tivemos reuniões quinzenais... Mas teve um período que foi mais intenso, outro que afastou um pouco (...) Planos de ação e Relatórios. Eles prestam contas com a gente (...) Esse é uma das nossas discussões em reuniões. Mas é bem informal.” (Coordenação - Gestão, 2011).

4.4. Avaliação de Resultados

A pesquisa avaliativa aplicada na perspectiva quantitativa e qualitativa nos possibilitou uma base científica para a apresentação dos Resultados identificados nos grupos focais, entrevistas, observações em campo e relatórios da gestão. Registramos assim os resultados percebidos, apresentando-os como avanços, bem como aqueles que precisam ser aprimorados; analisando os fatores que possibilitaram esses resultados dentro de uma perspectiva de revelação de variáveis, catalogando os fatores como internos e externos pela Metodologia/Matriz FOFA.

No universo da pesquisa, constatamos como um dos avanços a aceitação dos jovens com relação ao PRONASCI e conhecimento dos Projetos que acontecem no Território, sendo isto positivo para o Programa, indicando que as ações estão sendo desenvolvidas e reconhecidas comunitariamente. Ainda que estes mesmos jovens percebam o PRONASCI descolado da política de Segurança Pública, o que necessita ser pensadas estratégias dentro do Programa/Projetos para que a comunidade reconheça como uma nova prática desta política. Outra necessidade para ampliar a credibilidade da política de Segurança Pública é o desenvolvimento de métodos de formação entre os policiais que possibilitem práticas humanas nas abordagens, as quais podem ser firmes, mas sem necessariamente serem abusivas ou violentas, como explica Arendt²⁵ na diferenciação entre força e violência.

Identificamos a partir da pesquisa com jovens, resultados qualitativos relacionados à melhoria de vida devido a sua inserção no mundo do trabalho, melhoria no relacionamento familiar, resistência a reincidência ao crime, ampliação de conhecimentos e de vínculos comunitários sendo gerados com a proposta de integração entre os jovens do Projeto, diminuindo as rivalidades entre as áreas, bem como casos de mudança de postura pessoal, ou seja, depoimentos com uma auto-avaliação de jovens que se percebem mais propositivos e desenvolvendo valores como respeito a diferenças e luta pelos seus direitos. Vejamos os relatos a seguir:

“Taí... o Protejo melhorou muito a nossa vida por fazer a gente retornar ao teatro, me ajudou a conseguir um emprego. As pessoas da minha rua olham pra nós diferente, agora. Porque quando eu bebia, o pessoal me levava num carrinho de mão pra casa. Eu ficava de quinta a segunda-feira, direto bêbado.” (Reginaldo, 21 anos, Siqueira).

“Eu acho que o Protejo representou muita coisa na minha vida, me tirou da rua, das esquinas, das más companhias. Me ajudou a melhorar bastante dentro da minha casa.” (Jonny, 19 anos, Bom Jardim).

²⁵ Vide página 35 deste trabalho.

“Depois que entrei no Protejo, melhorou demais! Demais mesmo! A minha vida em casa, com minha família. Porque eu era muito agressivo, desrespeitava minha mãe demais! Chegava tarde, assim...tinha noite que eu não vinha pra casa. Depois que eu entrei no Protejo, nós discutia muito, debatia esse negócio de família...” (João Paulo, 18 anos, Bom Jardim).

Meu nome é Eugênio, eu já fui preso, já roubei. Depois que eu entrei no Protejo, minha vida melhorou muito...mudei minhas ideias. É...como é que se diz...As pessoas já me olham diferente!!! Melhorei mesmo... conheci novas amizades, amigos novos...gostei muito do curso... Tirou alguns jovens da criminalidade. (Eugênio, 18 anos, Canidezinho).

“Eu entrei com o intuito de aprender, né! Disseram que ia ter curso profissionalizante. Mas no meio, não importava mais, o mais importante era a amizade que a gente fez aqui. Sei que foi bom, eu aprendi a respeitar a opção sexual dos meus colegas .” (José Filho, 18 anos, Granja Lisboa).

Nosso diálogo assim... quando a gente chegou, fez cada qual o grupinho da gente e tal...aí depois, eles começaram a acompanhar ali a gente, aí eles queriam que a gente se entrosasse com a sala todinha, começasse a participar todo mundo junto. Aí foi crescendo...aí nós não conseguia fazer nada junto, no começo. Mas no final, nós fizemos um filme!!! Nós não conseguia falar ao público. Aí no Pacoti, nós subimos no púlpito, falamos, apresentamos ...(João Paulo, 18 anos , Bom Jardim).

“Aprendi a interpretar algumas coisas. E o primeiro curso que a gente fez aqui, a gente discutiu muito e aprendeu a respeitar a pessoa, não pela roupa, mas por quem a pessoa é, e não pelo o que ela veste ou anda. Nós aprendemos isso aqui. Aprendemos a respeitar os outros como cada um é.”(Jonny, 19 anos, Bom jardim).

“Aprendi a tratar as pessoas igualmente, lutar pelos nossos direitos “ (Eugênio, 18 anos, Canidezinho).

Também verificamos resultados positivos tanto no atendimento populacional bem direcionado aos focos propostos (etário, territorial e social) quanto numa iniciativa de integração de projetos dentro do próprio PRONASCI, a partir da proposta de acompanhamento dos jovens do Protejo pelas visitas sistemáticas realizadas pelas Mulheres da Paz. De 29 jovens do grupo focal, apenas uma jovem não conhecia ou recebia visitas domiciliares de sua Mulher da Paz. Os outros jovens afirmaram não só serem visitados, mas acompanhados na inscrição de novos cursos e incentivados ao retorno escolar.

Quanto aos resultados que carecem mais atenção destacamos o distanciamento entre o governo federal e gestão municipal sobre a proposta conceitual de “envolvimento comunitário” [que para o Protejo temos compreendido como “participação juvenil”] nos processos deste Projeto. Reconhecemos que inicialmente, no planejamento do Protejo, os jovens participaram com suas ideias, mas depois disso, e inclusive nas afirmativas da Gestão municipal do que é, e no que tem sido a participação juvenil dentro do Protejo Fortaleza, averiguamos uma visão endógena, voltadas para uma participação interna e de números de “freqüentadores” no Projeto.

O 'envolvimento comunitário' considerado no desenho original do PRONASCI/Protejo, revela uma perspectiva de inferir mudanças nas atitudes de outras pessoas que não sejam apenas "as cadastradas" no Programa/Projeto em discussão. A noção de participação juvenil, adotada pela gestão nesse primeiro ano, necessita ser revista.

Outro resultado que necessita ser repensado é a comunicação do Programa/Projeto local no sentido de informar com clareza suas metas, objetivos para com a comunidade. Em pesquisa, tanto verificamos que os jovens do Protejo não tinham conhecimento das metas e objetivos originais, como também identificamos que existe um fator que pode futuramente trazer descrédito ao Programa. Este fator está relacionado à expectativa dos jovens em conseguir um emprego até finalizar o Projeto. Todos os jovens que participaram dos grupos focais afirmaram que houve a promessa do PRONASCI/Protejo em inseri-los no mundo do trabalho. A questão é que os cursos profissionalizantes (Dijei, Grafite, Breack) realizados durante o ano foram mais voltados para o mercado cultural, não sendo de fácil inserção profissional imediata. Além disso, para os cursos mais tradicionais também ofertados (informática, serigrafia, áudio visual) no mercado formal há toda a exigência de escolaridade e experiência que dificulta no processo de inserção dos jovens do Protejo que -em sua maioria - se encontram no ensino fundamental.

Também encontramos em um jornal impresso²⁶ da cidade, a divulgação de índices crescentes de crimes tanto relacionado na Grande Fortaleza, quanto a região do Território de Paz do Grande Bom Jardim, nesse primeiro ano de implementação de Projetos do PRONASCI. Para esta capital o aumento de casos de assassinatos foi de 29% em 2010, comparado ao número de ocorrências desta mesma modalidade em 2009 (Diário do Nordeste, 03/01/2011).

Apesar dos números crescentes, entendemos que, por ser um Programa recente, e de fase experimental num território único da cidade, não temos avaliações de amplitude que possibilite uma decisão factiva a respeito do Programa/Projeto nesta cidade. No entanto pensamos que esse é o momento de avaliar as ações do PRONASCI, considerando sua fase experimental e possibilitando uma visão da prática para correção de rumos, para assim a proposta ser estabelecida e estendida a outras áreas de Fortaleza.

²⁶ O levantamento de dados foi feito pela Editoria de Polícia do Diário do Nordeste ao longo de 2010, a exemplo do que ocorreu em 2008 e 2009 com o cruzamento das informações divulgadas pela Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops), guias cadavéricas expedidas pelas delegacias da Polícia Civil (distritais e metropolitanas) e pelos registros da Coordenadoria de Medicina Legal (antigo IML), da Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce); e pelos óbitos ocorridos nos hospitais de emergência da Capital, de pacientes vítimas da violência. Informações no site: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=912163>

Esse último dado é mais um motivo de analisar os fatores que possibilitaram os resultados atuais na fase de implementação do PRONASCI/Protejo em Fortaleza para compreendermos tantos os avanços, assim como os resultados que necessitam ser aprimorados numa perspectiva de análise de processo, como podemos identificar no quadro a seguir:

Quadro 9 – Fatores internos e externos de análise de Resultados

FORTALEZAS (Fatores internos)	OPORTUNIDADES (Fatores Externos)
Gestão conhece sua população alvo (jovens)	GGIM implantado e funcionando
Profissionais da Executora (IEPRO) com qualificações reconhecidas; e Técnicos da gestão municipal, em sua maioria, concursados.	Comitê Territorial local funcionando com Grupo de Trabalho – GT estudando problemas e possíveis respostas para o Território.
Ações de implementação <i>in loco</i> , no Território do Grande Bom Jardim.	Ampliação de serviço público (projetos) a partir da implantação do PRONASCI.
Metodologia de formação do IEPRO bem aceita pelos jovens do PRONASCI/Protejo.	Geração de vínculos comunitários a partir do Projeto Mulheres da Paz.
Ferramentas de Monitoramento: Portal Observatório Municipal da Violência e SIMAP.	Investimento social extra da Caixa Econômica Federal para a continuidade do PRONASCI/Protejo.
FRAQUEZAS (Fatores internos)	AMEAÇAS (Fatores Externos)
Ausência de documentos institucionais com Definição de papéis dos profissionais.	Tráfico de drogas e conflitos territoriais.
Insuficiência de profissionais (equipe multiprofissional) para a demanda apresentada.	Necessidade de um documento que oriente conceitualmente quanto ao desenho do Protejo.
Ferramenta de Monitoramento local desatualizada.	Ocorrências de violência e crime permanecem crescentes no Território.
Plano de ação do Protejo com dificuldades de mensuração e comprovação de resultados.	Problemas de fluxo de orientação/informações entre Ministério da Justiça e Gestão Municipal
Ausência de instrumentais de avaliação focados no cumprimento de metas e resultados do PRONASCI/Protejo.	Dados atualizados de órgãos de referência sobre o Grande Bom Jardim para comparação de indicadores.
Pouca prática dos profissionais no registro e sistematização das ações e resultados.	Não reconhecimento do PRONASCI/Protejo como uma política de Segurança Pública pelos Jovens

Dentre os fatores internos considerados como Fortaleza no desenvolvimento do PRONASCI/Protejo destacamos a metodologia aplicada pelo IEPRO, considerada “boa e

criativa” pelos jovens e “flexível, acolhimento e metodologia à luz da prática” pela Gestão Municipal. Essa metodologia, aplicada diariamente até o final do oitavo mês do Projeto conseguiu resgatar valores, integrar os jovens participantes das diversas áreas do Território, gerar vínculos entre educadores e educandos (jovens), e assim, manter a frequência ativa dessa juventude.

A metodologia estabelecida no Protejo teve uma equipe qualificada para desenvolvê-la, sendo este outro fator que possibilitou os avanços do Projeto em questão. Um fator de destaque na área de profissionais na gestão municipal dentre os quais consideramos que tem facilitado na continuidade dos propósitos, sustentando as estratégias das ações e conhecimento do público do Projeto é o fato de manter os mesmos profissionais que participaram da construção da Fortaleza de Paz desde a fase de diagnóstico do Território e até o presente momento se encontra no mesmo Programa/Projeto, por serem concursados da Guarda Municipal, em sua maioria.

Ressaltamos ainda sobre o conhecimento a respeito dos jovens pela Gestão que este processo tem demonstrado permanente na prática de implementação do Protejo em Fortaleza, comprovados nas pesquisas aplicadas com os jovens sobre sua realidade e anseios, averiguados nos relatórios de gestão que não apenas quantifica, mas analisa as possíveis causas que envolvem os jovens na violência e criminalidade. Esse conhecimento comunica o interesse de compreender as questões sociais para intervir assertivamente nas causas estruturantes da violência. Assim, avaliamos como uma prática positiva da gestão, da mesma forma que identificamos no discurso e prática da gestão o compromisso de desenvolver as etapas *in loco*.

Identificamos as ferramentas de monitoramento (Observatório Municipal da Violência e SIMAP) como fatores interessantes, modernos e práticos de acompanhamento de Programas e Projetos, no entanto exige uma prática motivada e de permanente alimentação dos dados. Essas ferramentas, quando atualizadas facilita no processo de acompanhamento dos dados e possibilita uma visibilidade do monitoramento das metas e gera dados para uma avaliação de processo.

Ainda nos fatores internos detectamos durante a pesquisa um lado mais frágil do Programa/Projeto avaliado, ou seja, algumas fraquezas que necessitam ser corrigidas para um melhor andamento do Projeto. Destacamos problemas decorrentes da etapa de planejamento: Meta alta do PRONASCI, Metas do Protejo sem mensuração quantitativa, sem apresentação de indicadores e nem mecanismos de comprovação de metas e seus resultados.

Sobre a Meta do PRONASCI a própria equipe de gestão avalia como difícil de ser alcançada para o curto espaço de tempo estabelecido pelo Programa, numa realidade que envolve a resolução de problemas que envolvem causas estruturantes para a redução da mesma. Aqui, alertamos para que na revisão do plano estratégico do PRONASCI sejam consideradas metas possíveis de serem alcançadas. Pois, em muitos desses casos, em outras experiências profissionais, percebemos que a sensação de impotência dos profissionais e da comunidade envolvida em prol da conquista da meta estabelecida – aquela que está para além da realidade de alcance prático - é um fator que desmotiva a equipe ao considerá-la inalcançável. Sobre as questões decorrentes ao Projeto Protejo em Fortaleza, existe a necessidade de rever as metas estabelecidas para torná-las mensuráveis, tangíveis e comprováveis.

Pela própria fala dos profissionais há ausência de instrumentais e há pouco exercício no registro e sistematização das práticas/rotinas do Projeto. Há a necessidade de tornar prática a existência de atas de reuniões com assinaturas dos participantes, registro de encaminhamentos acordados entre parceiros, planejamento mensal de rotinas (agendas de ações dos profissionais), Relatórios de atividades periódicos de técnicos internos da Gestão (informações de ações realizadas, das não realizadas, ou das ações planejadas e não realizadas).

Verificamos que também existe a necessidade de mais profissionais para que a demanda seja suprida. Além de a equipe existente ser insuficiente, detectamos problemas relacionado à organização de funções por profissionais e descrição de processos sobre os fluxos internos: “não existe um processo ainda. O Projeto vai se fazendo e vai se criando...”(Técnica de Monitoramento – Gestão, 2011).

Assim como fatores internos, percebemos os fatores externos que facilitaram ou dificultaram nos resultados do Projeto. Quanto aos fatores que dificultaram podemos lembrar os itens previamente citados no quadro anterior denominado por Ameaças. Contra toda a proposta do PRONASCI/Protejo encontramos nas pesquisas tanto com jovens quanto com técnicos da gestão os fatores do Território os quais a proposta do Programa/Projeto enfrenta: o tráfico de drogas, conflitos territoriais, altos índices de criminalidade e violência que estão atreladas a outros fatores mais causais que já descrevemos no capítulo teórico desta investigação.

No entanto, além dessas questões estruturantes e entrelaçadas da violência, a pesquisa apresenta fatores relacionado a própria averiguação de resultados quantitativos, como por exemplo de se definir e analisar os indicadores atualizados para fazer a comparação de resultados do Programa/Projeto com pesquisa de órgãos de referência e

que geralmente são mais respeitados quanto a confiabilidade da pesquisa (CIOPS, Sistema de Segurança Pública, IBGE, DATASUS, e outros). Segundo técnicos da Gestão há dificuldade no Município de conseguir esses dados atualizados. Também averiguamos a necessidade de focar (no sentido de escolher) qual ou quais indicadores a gestão vai realizar suas comparações. Mais precisamente, em quais indicadores a gestão necessita priorizar para obter os dados reais dos resultados: índice da mortalidade juvenil, número de boletim de ocorrências, número de internações por causas externas e violentas, número de denúncias de agressões na escola ou identificadas pela escola. Sendo este um desafio que necessita ser superado até porque, quanto mais claro e preciso for indicador, mais fácil de medi-lo e de comprovar os resultados.

Outros fatores externos também foram identificados que dizem respeito aos esclarecimentos da concepção do Protejo Nacional para a gestão municipal. A atual matriz existente que orienta as intervenções destinadas a este Projeto é avaliada pela gestão municipal como insuficiente. Problemas como solicitações e cobranças do Ministério da Justiça sem anteriores esclarecimentos, ou ainda problemas de comunicação decorrentes de mudanças de profissionais e consequentes diferentes formas de direcionamentos são fatores que complicam no andamento aprimorado do Programa/Projeto. Há necessidade de um documento mais específico sobre o Protejo (Guia e/ou Caderno metodológico), reuniões ou encontros de esclarecimentos (mesmo que seja on-line) que possibilite tanto a fundamentação teórica quanto as diretrizes práticas, critérios claros e prazos pré-estabelecidos pelo Ministério da Justiça para com o Município.

Outro fator externo foi detectado durante a pesquisa - pelos relatos de técnicos da gestão – como sendo superado gradativamente é a apropriação do PRONASCI pelas diversas Secretarias Municipais. Segundo a Gestão Municipal, inicialmente, houve dificuldade de reconhecimento, mas que com as reuniões do GGIM e com a estratégia de Seminários realizados envolvendo as diversas Secretarias, pouco a pouco tem sido gerado a cultura de pertencimento entre estas chefias, sobre a questão do enfrentamento à violência a partir do PRONASCI ser responsabilidade de todas as políticas setoriais que fazem o Município acontecer.

No entanto, percebemos que o Estado não está preparado para atuar na maneira que o PRONASCI foi concebido, já que esta é uma política eminentemente intersetorial, e no Brasil temos dificuldade em fazer funcionar um programa com esta característica. O principal exemplo é conceito de “Território de paz”, que exige intervenções integradas e coesas em uma mesma área, isto é, ainda há necessidade de vincular as ações das diferentes políticas públicas em um mesmo Território.

Percebemos o GGIM como uma oportunidade para gerar a sustentabilidade para o enfrentamento à violência a partir da integração das políticas e de seus recursos em prol da redução da violência, com a colaboração dos demais entes federados (Estado e Governo Federal) e participação de representação da Sociedade Civil numa iniciativa de construção de um novo estilo de Segurança Pública.

Numa instância local, o funcionamento de um Comitê Territorial e Grupo de Trabalho – GT de profissionais de equipamentos públicos tem sido uma alternativa com potencial. No entanto, percebemos que há a necessidade de incluir a sociedade civil organizada e/ou outros comunitários interessados no processo de estudo, idealização e construção do sonhado Território de Paz. E por que não envolver os jovens do Protejo nesse processo?

Assim como verificamos que os resultados decorrentes da integração entre o Projeto Mulheres da Paz e Protejo através das visitas tem sido uma oportunidade real de geração de vínculos comunitários e de sustentabilidade na articulação comunitária local, que talvez não tenha sido tão bem aproveitada para aferir resultados sobre a questão do envolvimento comunitário.

Com as ações das políticas setoriais, estimuladas a partir do PRONASCI, averiguamos pela própria fala dos jovens um crescimento de serviços e conseqüente número de pessoas atendidas pelos diversos projetos, mas que ainda não são suficientes para o número de jovens e população existente dentro de uma realidade com tantas “faltas”. Numa condição de nada ter, qualquer oportunidade se torna a melhor referência que se têm.

Além disso, identificamos novos investimentos - como a Caixa Econômica Federal – que tem gerado oportunidade de desenvolvimento local a partir de atendimento aos jovens para a continuidade no Protejo, o que é positivo no sentido de garantir uma proteção social com investimento de tempo e recursos mais ampliados, possibilitando mais uma perspectiva de impacto positivo para essa realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ao longo do trajeto desta pesquisa avaliar a concepção e a implementação do PRONASCI/Protejo na periferia de Fortaleza. Buscamos ainda decifrar as percepções tecidas sobre a violência, a política de Segurança Pública e sobre quem é a juventude que o Protejo Fortaleza intervêm socialmente, registrando as idéias desses jovens para o enfrentamento a violência na sua construção do Território de Paz.

Nessa perspectiva, identificamos dentre os índices estudados e analisados, jovens que se encontram dentro dos focos etários, territorial e socialmente intencionados pelo PRONASCI/Protejo. Destacamos o perfil étnico expressando em sua maioria parda e negra, semelhante à estatística de pesquisa tradicional que apresentam os jovens de origem afro-descendentes considerados “marginalizados”, vítimas e propulsores de violência.

Observamos que os jovens pesquisados, em sua maioria, pertence à faixa etária de 15 a 18 anos, idade que estão em desenvolvimento integral e cobertos pela ‘prioridade absoluta’ na atenção e atendimento, garantia de direitos e proteção social, bem como no aporte de recursos públicos a eles destinados tanto pela Constituição Federal de 1988, quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quanto aos resultados, estes permitem diagnosticar que o município de Fortaleza, através do Protejo, conseguiu inferir positivamente em casos de jovens que participam do Projeto, quando analisados a partir de dados qualitativos através de depoimentos coletados em grupos focais, demonstrando melhorias de vida quanto à inserção no mundo do trabalho, melhoria no relacionamento familiar, resistência a reincidência ao crime durante o Projeto, ampliação de conhecimentos e de vínculos comunitários e mudança de postura pessoal.

A pesquisa avaliativa revela que os jovens do Protejo Fortaleza entendem o Programa/Projeto como atividades de integração, conhecimento e aprendizados que possibilita a ocupação do seu tempo, mas também uma oportunidade de melhorar a sua vida, sendo sua metodologia bem aceita por esta comunidade juvenil. No entanto não existe uma conexão da proposta do PRONASCI como uma ação da política de Segurança Pública, uma vez que no imaginário desses jovens a Segurança Pública é constituída pelos serviços das polícias.

Com relação ao envolvimento comunitário da juventude, observamos que - apesar dos jovens terem idéias tanto criativas quanto possíveis de serem implementadas - a participação juvenil só tem acontecido no âmbito deste Projeto, pelo tamanho do espaço que

a gestão municipal tem oferecido. Ou seja, se a concepção da gestão sobre a participação de jovens tem se restringido à frequência no Projeto Protejo, assim temos constatado o limite do envolvimento comunitário juvenil.

O envolvimento comunitário dos jovens do Protejo, nesse primeiro ano de execução, se restringe na participação dentro das atividades do próprio Projeto com uma ou outra iniciativa individual. A passeata, plantação de mudas na comunidade, e arrecadação de doativos faziam parte das aulas práticas e vivenciais programadas pelo IEPRO.

Vale ressaltar que quando a Gestão abriu espaço para os jovens no planejamento do Protejo percebemos a participação dos jovens, assim como os resultados positivos na pesquisa a respeito da metodologia que eles mesmos idealizaram no processo de planejamento. Constatamos assim que há a necessidade de reduzir esse distanciamento entre a concepção de envolvimento comunitário do desenho original do PRONASCI/Protejo e a prática estabelecida pela Gestão. Portanto, há conflito entre o conceito e a prática no PRONASCI/Protejo.

Se a Comunidade deve se envolver no processo de enfrentamento a violência como uma das responsáveis pela construção da paz, que também garanta a esta uma percepção de Segurança Pública como um direito social, numa perspectiva de promoção de seu papel enquanto controle social, para que assim, o Estado - de fato - execute o direito à segurança, como coisa pública.

Os jovens pesquisados apontam, nesta pesquisa, alternativas para enfrentar e prevenir a violência, e, enquanto formulador, pesquisador, gestor, e executor de políticas públicas, tornam-se necessário ficarmos atentos para a necessidade da realidade a qual pensamos em intervir e aferir resultados positivos em busca da melhoria de vida da população envolvida nas questões sociais com as quais queremos enfrentar, controlar e/ou reduzir.

A atual política de Segurança Pública, através do PRONASCI tem gerado o aumento de serviços públicos para o Território do Grande Bom Jardim a partir dos projetos sociais articulados entre as esferas de governo, mas no que tange o aspecto intersetorial entre as políticas/Secretarias municipais ainda tem muito a conquistar. Quanto aos equipamentos sociais locais, muito embora, temos percebido que, além das vagas disponíveis ainda serem insuficientes para a demanda, os 'agenciamentos de crimes' defendidos pelo governo federal não tem resolvido a questão social de jovens se envolverem com a criminalidade e a violência. Dados comprovados pelos crescentes índices do número de crimes (assassinatos) em Fortaleza e no Grande Bom Jardim em pesquisas realizadas por jornais locais.

Os mecanismos de forma de execução do Programa/Projeto são importantes para garantir os resultados. Assim, destacamos como resultado positivo o mecanismo de divulgação das ações e projetos do PRONASCI para a comunidade juvenil, porém necessita aproveitar esses espaços e estratégias para disseminar os objetivos originais e metas do Programa/Projeto, envolvendo tanto os parceiros institucionais, equipamentos públicos governamentais, não governamentais, privados e comunidade em geral para a co-participação em prol da idealização e construção do Território de Paz.

A existência de ferramentas para o monitoramento na gestão municipal do Protejo em Fortaleza, inclusive sendo esta moderna e possibilitando o acompanhamento dos Projetos. Entretanto, constatamos que existem dificuldades técnicas na ferramenta local e com a atualização da alimentação dos dados, ou seja, o Observatório Municipal da Violência não funciona. Assim como constatamos que a equipe não costuma sistematizar a sua rotina/prática, dificultando desde a compreensão na definição de papéis perpassando na criação de instrumentais que indiquem a averiguação de resultados.

A forma de avaliação adotada pela gestão municipal revela a necessidade de focar o tipo de avaliação que pretende adotar, definir indicadores que se adeque a realidade no sentido de disponibilização de dados - o mais confiável possível- prevendo tanto os indicadores quanto os riscos (pressupostos) desde a sua fase de planejamento do Projeto para evitar a sensação de meta inalcançável. Esta ação facilitaria não apenas na percepção, medição e comprovação dos resultados, mas na tomada de decisões quando devidamente avaliadas. E quando se trata da efetivação prática das macro-estratégias intersetoriais, definição de indicadores e comprovação de resultados, percebemos que o município ainda não está preparado para a municipalização da Segurança Pública.

Visando contribuir na melhoria do envolvimento comunitário juvenil, para Projeto no próximo ano, consideramos pertinente sugerir algumas iniciativas de práticas de participação, a começar dentro do próprio processo de implementação do Protejo, com formações mais politizadas para os jovens, uma vez que partiram dos próprios jovens a idéia de projetos que esclarecessem sobre políticas públicas e orçamento público, fomentando iniciativas de 'comitê juvenil' como forma de participação que estimule a representação de cada núcleo (bairro) do Protejo numa integração ao monitoramento e acompanhamento da avaliação que são desenvolvidas pela Gestão Municipal ao Projeto Protejo.

É necessário tanto ampliar o número de profissionais quanto realizar formações para os profissionais da própria Gestão Municipal segundo as necessidades apresentadas durante o processo de implementação, quer seja para maior entendimento dos processos

(planejamento, monitoramento e avaliação), gestão de conflitos, compreensão e análise de indicadores ou mesmo sobre temas transversais que fortaleçam a política de prevenção e enfrentamento a violência entre os comunitários, e no caso, específicos de juventudes.

O objetivo principal do PRONASCI/Protejo é tanto o enfrentamento quanto a redução da violência. E trata-se de um grande desafio. No final desse trajeto, entendemos que não esgotamos esse assunto, mesmo porque novas perguntas se formulam, sendo este estudo apenas um pouco de uma fonte inesgotável de reflexões sobre uma problemática tão complexa, ampla e profunda que é a violência e as juventudes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago 1997, N°5 e Set/Out/Nov/Dez 1997, N°6. pp.25-36.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.192 p.

_____ ; e CASTRO, Mary Garcia. **Juventude, Juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006. 744 p.

_____ (org.); ANDRADE, Eliane Ribeiro e ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. 329 p.

_____ (Coord.); ANDRADE, Eliane Ribeiro; NETO, Miguel Farah e CASTRO, João Paulo Macedo. **Abrindo Espaços: avaliação do programa**. Unesco, 2003.

ADORNO, Sérgio. Violência Urbana, Justiça criminal e Organização Social do Crime. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, n° 33, out./1991.

_____. **Conflitualidade e Violência**: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. Tempo Social; Revista Social. USP, São Paulo, 10(1): 19-47, mai/1998.

_____. **Exclusão Socioeconômica e Violência Urbana**. Sociologias, n°8, Porto Alegre, jul/dez. 2002. In http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222002000200005&script=sci_arttext&lng=es. Pesquisa realizada em 21/04/2010.

_____ e PINHEIRO, Paulo Sergio. **Violência Contra Crianças e Adolescentes, Violência Social e Estado de Direito**. São Paulo: s/e, 1993.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. Violência Urbana Exclusão Social e Identidade. In: BARREIRA, César e LINS, Daniel(org). **Poder e Violência**. Fortaleza. Editora UFC, 1996. pp.161-182.

ALVIM, Rosilene (org.).**Jovens & Juventudes**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005. 245p.

_____ e GOUVEIA, Patrícia (orgs.). **Juventude anos 90**: conceito, imagens, contextos. Contra Capa Livraria, 2000. 160p.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Duramá, 1994.

_____. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ARRETCHE, Marta. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. *In*: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez/ Instituto de Estudos Especiais, 1998, pp. 29-39.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade do Consumo**. Rio de Janeiro: Elfos Ed./Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 141p.

_____. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 145p.

_____. **O Mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 272p.

_____. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 213p.

BARREIRA, Irllys e BARREIRA, César (org.). **A Juventude e suas Expressões Plurais**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. 199p.

BARREIRA, César. **Ligado na galera**: Juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília, DF: UNESCO, 1999. 225p

_____ e LINS, Daniel (org.). **Poder e Violência**. Fortaleza: Editora UFC, 1996. 201p.

BEQUÓ, Elza (org.). **Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas**. Brasília: CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento), 1998.

BENEVIDES, Maria Victória. **Violência, Povo e Polícia**: violência urbana no noticiário de Imprensa. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social fundamentos e história**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010. Biblioteca Básica de Serviço Social, V.2.

BONI, Valdeti e QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRASIL, Mª Glacéria Mota e SOUSA, Emanuel Bruno Lopes de. **Crime e Violência da Periferia de Fortaleza**. *In*: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís, Maranhão. Agosto de 2007.

BRASILIANO, Antônio Celso Ribeiro. Método Brasileiro de Análise de Risco. 31p. 2008. Site consultado em 24 de maio de 2011: <http://www.brasiliano.com.br/blog/?p=377>

BRITO, Sulamita de (org.). **Sociologia da Juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CARDIA, Nancy. **Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

CARDOSO, Lucileila de Sousa. **Violência e Juventude**: uma análise do Projeto Agente Jovem na periferia de Fortaleza. Fortaleza. Monografia do curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, 2003.

CARRIERI, A.P.; LEITE DA SILVA, A.R.; SOUZA, M.M.P.; e PIMENTEL, T.D. Contribuições da Análise do Discurso para os Estudos Organizacionais. **Revista Econômica & Gestão da PUC Minas**. Vol. 6. Nº 12. 2006. 22p.

_____.; PIMENTEL, T.D e CABRAL, A. C. de A. O Discurso e sua Análise no Enfoque Foucaultiano da Formação Discursiva: um método de pesquisa nos estudos organizacionais. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**. Vol.3. Nº 2. Mai./Ago. 2005, pp.106-121.

COHEN, Ernest e FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008, 312p.

Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Ceará (org.). **Cidadania e Segurança**: a Violência em Questão. Fortaleza: Inesp, 1999.

COSTA, Frederico Lustosa e CASTANHAR, José César. **Avaliação de Programas Públicos**: desafios conceituais e metodológicos. RAP. Rio de Janeiro 37(5). pp. 969-992, Set./Out. 2003.

DIÓGENES, Glória. **Cidade, modernidade e dinâmica dos excluídos – O caso das gangues**. Fortaleza: NUCEPEC, 1994.

_____. **Cartografias da Cultura e da Violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop. Fortaleza: Annablume, 1998.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

FLORES, Antonio Joreci. **A Contribuição da Sociedade Civil na Implementação de Políticas Públicas**: um estudo de caso da política de eletrificação rural na Região do Médio Alto Uruguai/RS/Brasil. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional. Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul. 2009. 167p.

FORTE, Francisco Alexandre de Paiva. **Análise sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI – Instituído pela Lei 11.530/07 e MP 416/08**. Estudos, Goiânia, v. 35, n. 4, p. 575-587, jul./ago. 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ªed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 236p.

GASKELL, George e BAUER, Martin W. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. P. 64-89.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp.13-41.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GONDIM, Sônia M^a Guedes. **Grupos Focais como Técnicas de Investigação Qualitativa: desafios metodológicos**. *Paidéia*, 2003,12(24), 149-161. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04.pdf>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2011.

GROPPO, Luís Antonio. A juventude como categoria social. *In: Ensaios sobre Sociologia e História das juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

_____. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas**. *In: Revista de Educação do Cogeime*. Ano 13. Nº25 - dezembro/2004.

GURGEL, Wildoberto Batista. Triangulação de Métodos: introdução às concepções, fundamentos e técnicas da avaliação. *In: SILVA E SILVA, M^a Ozanira de (Coord.). Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos*. São Paulo: Veras Editora; São Luis, MA (GAEPP(Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à pobreza),2008. pp.43-88.

HABERMAS, Jürgen. **O Futuro da Natureza Humana: o caminho de uma eugenia liberal**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 159p.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 55, novembro/2001, pp.30-41.

HOLANDA, Nilson. O que é avaliação. *In: Avaliação de Programas: Conceitos básicos sobre avaliação "ex post" de programas e projetos*. São Paulo/Fortaleza: Editora ABC, 2006, pp. 79-129.

LANCETTI, Antônio. **Clínica Peripatética**. 3ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

LAURELL, Asa Cristina(org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 2^aed. São Paulo: Cortez, 1997.pp.71-178.

LEJANO, R. P. **Frameworks for Policy Analysis: merging text and context**. Nova York: Routledge, 2006.

LICO, Fátima Madalena de Campos. **Juventude, Violência e Ação Coletiva**. 2009. 349fl. Tese de doutorado - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, SP, 2009.

MARTINS, Humberto Falcão. **Gestão de Recursos Públicos: orientação para resultados e accountability**. *In: Seminário "Repensando o Estado em Cabo Verde"*, realizado na Cidade da Praia, República de Cabo Verde, em outubro de 2002. http://hfmartins.sites.uol.com.br/Publicacoes/publi_13.pdf Consulta realizada em 26 de Agosto de 2011.

MARTY, François. Adolescência, Violência e Sociedade. **Ágora** (Rio de Janeiro) V, IX n.1. Jan/Jun 2006. p. 119-131.

MINAYO, Maria Cecília Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 13ªed., Petrópolis: Vozes, 1999.

_____ e BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon. **Revisão Sistemática sobre Juventude e participação nos últimos 10 anos**. Saúde e Soc. São Paulo, V.18, n. 3, p.411-423, 2009.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 134-50, 1997.

MÜXEL, A. Jovens dos anos 90: à procura de uma política sem rótulos. *In: Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº 5/6, pp. 151-66, 1997.

NOVAES, Regina. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida**. São Paulo, outubro de 2007.

_____ e VITAL, Christina. A Juventude de Hoje: (re) invenções da participação social. **Associando-se à Juventude para Construir o Futuro/** [organizador Andrés A.Thompson [et. al.]; revisão e tradução do espanhol Fernando Legoni]. – São Paulo: Petrópolis, 2005.p.107-148.

PAIS, José Machado. A Construção Sociológica da Juventude: alguns contributos. **Análise Social**. Vol. XXV (105-106), 1990(1º, 2º), p. 139-165.

_____. **O poder das máscaras: ocultações e revelações**. Comunicação apresentada na sessão especial “Pesquisa acadêmica, vida cotidiana e juventude: desafios sociológicos” 3ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 7 a 10 de Outubro de 2007.Universidade de Lisboa.

_____. Jovens e Cidadania. **Sociologia, Problemas e Práticas**. n.º 49, 2005, pp. 53-70

_____.A Juventude Como Fase da Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasses. **Saúde Soc**. São Paulo, v.18, n.3, p.371-381, 2009.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Juventude, Violência e Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/075/75pimenta.htm> Acesso em 14/02/2010.

QUEIROZ, Ivan da Silva. Espacialidades do Medo em Fortaleza: a violência como vetor de mudanças no espaço urbano da capital cearense. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**, Vol. 2/3, Nº 1, 2000/2001. pp.33-43.

RAFESTTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. – 2ª Ed. São Paulo: Cortez. Instituto de Estudos Especiais, 1999. 155p.

RIFIOTIS, T. **Nos Campos da Violência: diferença e positividade**. Florianópolis.1996. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~levis/downloads/artigos/NCVDP.pdf>. Acesso em 13/11/2006.

ROCHA, Décio e DEUSDARÁ, Bruno . Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea**. Volume 7 Nº 2 Jul – Dez de 2005, p. 305-322

RODRIGUES, Léa Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Artigos Inéditos**. Jan a Jun. 2008.

_____. Novas perspectivas metodológicas na avaliação de políticas públicas: *Frameworks for policy analysis: mergin text and context*, de Raul Lejano. **AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas**. Editora Arte Escrita/MAPP/UFC. Fortaleza, CE. V. 2 n. 2 jul./dez. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 427-462.

SILVA, M^a Ozanira da Silva; YASBEK, M^a Carmelita e GIOVANNI, Geraldo di. A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. 4^aed. **Rev. e atual.** – São Paulo: Cortez, 2008. 224p.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**. Vol. 21. Nº 61 São Paulo Set./Dez. 2007.

SOUSA, Edson Luiz André; GOLDMEIER, Paula. Juventude em tempos de violência. **Rev. Mal-Estar** Subj.vol.8, nº4, Fortaleza, dez/2008.

SOUZA, Maria Antonieta Albuquerque. A juventude no plural: anotações sobre a emergência da juventude", in ALVIM, Rosilene, QUEIROZ, Teresa & FERREIRA. **Jovens & Juventudes**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005.

SPOSATI, Aldaiza; FALCÃO, Maria do Carmo e FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Os Direitos (dos Desassistidos) Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995, 126p.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Publicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Set /Out /Nov /Dez 2003 Nº 24. 16-39.

SUDBRACK, M. F. O. Situações de Risco na Drogadição entre Crianças e Adolescentes no Contexto de Baixa Renda - os paradoxos e as possibilidades da família. **Revista Ser Social**, Brasília DF, v. 3, p. 219-243, 1998.

TAVARES DOS SANTOS, J. Vicente. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 16-32.

_____. Violências e Dilemas do Controle Social nas Sociedades da "Modernidade Tardia". **São Paulo em Perspectiva**. 18(1): 3-12, 2004.

VASCOLCELOS, José Gerardo (org.). **Trajetórias da Juventude**. (Coleção diálogos interpretativos). Fortaleza: LCR, 2001. 112p.

VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (org.). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3^a ed. Porto Alegre: Broockman, 2005. 212 p.

WASELFISZ, Julio Jacobo (org.). **Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. 170p.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Cidadãos não vão ao Paraíso**. São Paulo: Escuta, 1994.

_____. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Rivan, 1994.

_____. **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública**. Estudos avançados. vol.21. nº61. São Paulo. Set./Dec. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142007000300003&script=sci_arttext&tlng=en
Acesso em: 21/04/2010.

ZALUAR, Alba; NORONHA, J. C. & ALBUQUERQUE, C. Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 213-217, 1994.

_____ e RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da Eficácia Coletiva e Violência: o paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos** 84. Jul/2009.

DOCUMENTOS:

BANCO MUNDIAL. **Jovens em Situação de Risco no Brasil**. Relatório Nº 32310-BR. VOLUME II: RELATÓRIO TÉCNICO, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Caderno PRONASCI**. 2ª ed. Brasília, 2007. 32p.

_____. Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Guia para a Prevenção do Crime e da Violência**. Brasília, 2005.55p.

_____. Ministério da Justiça/Assessoria de Comunicação Social. **PRONASCI: um novo paradigma para a Segurança Pública**. Brasília: Distrito Federal, 2009.10p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Guia de Orientação 2010: PRONASCI no SINCOV**. Brasília, DF. 2010.37p.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília, 2005.84p.

BRASIL. Ministério do Planejamento/Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. **Manual de Avaliação**. Brasília,2006. 60p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 2007. Seção 1.

BRASIL. LEI Nº 11.707, de 19 de junho de 2008. Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jun. 2008. Seção 1.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBET DE SOUZA (CDVHS). Redescobrimo o Bairro: Diagnóstico Participativo Grande Bom Jardim. **Revista Eletrônica Urbe & humanidade**, janeiro de 2005. www.cdvhs.org.br.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS Projetos. **PRONASCI em Números**. Janeiro de 2009. 60p.

FORTALEZA. Guarda Municipal e Defesa Civil. **Relatório Síntese Protejo**, 2009. 04p.

FORTALEZA. Guarda Municipal e Defesa Civil. **Relatório Perfil Protejo**, 2009. 25p.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLAN/Célula de Planejamento Governamental. **Fortaleza em Números 2008**.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIECONÔMICOS – INESC. **Segurança Pública e Cidadania**. Uma análise orçamentária do Pronasci. 2010. 79p. In <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/livros/LIVRO%20-%20PRONASCI.pdf>. Acesso em 27/04/2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Políticas públicas de/para/com Juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

RIBEIRO, Ludmila. **Guia prático para constituição e funcionamento de Gabinete de Gestão Integrada Municipal**. / Ludmila Ribeiro, Vanessa de Amorim Cortes. - Rio de Janeiro: Viva Rio, 2009. 40p.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO Set/Out/Nov/Dez 1997 Nº 6. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Helena Wendel Abramo. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo. Ação Educativa. In <http://opovo.uol.com.br/cidades/967628.html>. Acesso em 27/04/2011.

Diário do Nordeste: Fortaleza entre as 4 cidades mais desiguais do Brasil, diz ONU.postada em 19/03/2010 - 11:58 h. In <http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=286069&modulo=178>. Acesso em 07/04/2011.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – MAPP 2011**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Técnico(a),

Você está convidado(a) a participar de um estudo que tem a finalidade de Avaliar a concepção e a implementação do eixo “prevenção à violência” com o envolvimento da comunidade juvenil do Protejo / PRONASCI na periferia de Fortaleza.

A sua participação é de fundamental importância para conhecermos os seguintes objetivos da pesquisa:

- 1- Avaliar se as metas projetadas pelo Protejo / PRONASCI estão efetivamente sendo alcançadas;
- 2- Analisar os problemas organizacionais e processuais da implementação do Protejo/PRONASCI no eixo em questão;

Caso você concorde em participar, será solicitado a responder algumas perguntas para conhecermos a sua opinião. As perguntas serão feitas através de entrevista em grupo focal. Suas respostas serão gravadas em MP4 para uso exclusivo da pesquisa. Manteremos seu nome em sigilo, identificando suas idéias como: profissional da gestão, profissional da entidade executora e/ou Educador do Projeto.

Comprometemo-nos em devolver uma cópia do resultado da pesquisa para cada Entidade / Associação que acolheu o Protejo nesse período da pesquisa, órgãos públicos envolvidos, assim como ficará uma via original na Biblioteca da Universidade Federal do Ceará para consulta de todos os interessados.

Sua participação é livre e voluntária, e qualquer dúvida você pode procurar a pesquisadora, Lucileila de Sousa Cardoso, pelo telefone (85) 8608-7304.

Agradecemos desde já sua colaboração.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após convenientemente esclarecido pela pesquisadora, conforme acima descrito, e ter entendido o que me foi explicado, consinto que minhas opiniões e idéias sejam utilizadas conforme o presente protocolo de pesquisa.

Fortaleza, ____ de _____ de 2011.

Assinatura do Entrevistado

Lucileila de Sousa Cardoso - Pesquisadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – MAPP 2010

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Jovem,

Você está convidado a participar de um *estudo* que tem a finalidade de Avaliar a concepção e a implementação do eixo “prevenção à violência” com o envolvimento da comunidade juvenil do Protejo / PRONASCI na periferia de Fortaleza.

A sua participação é de fundamental importância para conhecermos a concepção do PRONASCI pelos jovens do Grande Bom Jardim, bem como as idéias juvenis para o enfrentamento a violência nessa região.

Caso você concorde em participar, será solicitado a responder algumas perguntas para conhecermos a sua opinião sobre juventude, participação, violência, sobre seu bairro, Projeto Protejo, e suas idéias para enfrentar a violência. As perguntas serão feitas através de entrevista em grupo focal. Suas respostas serão gravadas em MP4 para uso exclusivo da pesquisa. Manteremos em sigilo o seu nome.

Comprometemo-nos em devolver uma cópia do resultado da pesquisa para cada Entidade / Associação que acolheu o Protejo nesse período da pesquisa, órgãos públicos envolvidos, assim como ficará uma via original na Biblioteca da Universidade Federal do Ceará para consulta de todos os interessados. Pedimos que você se identificasse - durante a pesquisa em grupo focal - com um codinome.

Sua participação é livre e voluntária, e qualquer dúvida você pode procurar a pesquisadora, Lucileila de Sousa Cardoso, pelo telefone (85) 8608-7304.

Agradecemos desde já sua colaboração.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após convenientemente esclarecido pela pesquisadora, conforme acima descrito, e ter entendido o que me foi explicado, consinto que meu filho(a)

_____ participe do presente protocolo de pesquisa.

Fortaleza, ____ de _____ de 2010.

Assinatura do Responsável Legal

Lucileila de Sousa Cardoso - Pesquisadora

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

(c/ Coordenador de Articulação do Programa)

- Fale sobre o surgimento do PRONASCI em Fortaleza.
- Diga o que é o PRONASCI.
- Fale sobre as estratégias de implementação, metas, e Projetos do PRONASCI em Fortaleza.
- Fale sobre o planejamento do PRONASCI para enfrentar a violência em Fortaleza com o envolvimento juvenil.
- Diga como se organiza o PRONASCI em Fortaleza.

ROTEIRO - GRUPO FOCAL COM JOVENS DO PRONASCI/PROTEJO

1ª ETAPA:

- Fale sobre violência.
- Por que um jovem se envolve na violência / Quais as causas da Violência?
- O que é Juventude para você?
- O que é participação?
- Como os jovens enfrentam a violência no Bom Jardim?
- Se você fosse do governo, o que você faria para enfrentar e prevenir a violência?

2ª ETAPA:

- Fale sobre seu bairro
- O que você sabe sobre o Território de paz?
- O que você entende por PRONASCI?
- O que é e o representa o PROTEJO para sua vida?
- Durante o PROTEJO, o que você aprendeu? O que o PROTEJO tem feito pela sua comunidade?
- O que acontece nas oficinas/ aulas do PROTEJO?
- O que foi bom ou que foi ruim no PROTEJO?

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL COM TÉCNICOS - TÓPICOS NORTEADORES

1- APRESENTAÇÃO:

- Diga seu nome, escolaridade/formação, Cargo e funções que desempenha no Projeto PROTEJO.

2- SOBRE TERMOS E REPRESENTAÇÕES SUBJETIVAS:

- Para você, o que representa o PRONASCI/PROTEJO para o Grande Bom Jardim e para a Cidade de Fortaleza?
- Como técnico/educador, como você se vê no processo de construção de um Território de paz?
- Como você avalia a participação dos jovens no decorrer da implementação do Projeto Protejo com vistas ao enfrentamento a violência da região?

3- SOBRE AS METAS:

- Quais as estratégias planejadas por você e sua equipe, para alcançar as metas do Projeto? Vocês conseguiram realizá-las? Quais os sucessos do Programa?.
- Quais foram os instrumentais utilizados no processo de desenvolvimento do Projeto que facilitou no bom desempenho (sucesso) dos objetivos e metas alcançadas? E o que foi difícil, mas conseguiram superar?
- Durante a implementação do Projeto o que você percebeu que estava sendo um risco para a garantia do sucesso do Projeto?
- Eu estive lendo os objetivos e as metas do Protejo e do Pronasci. No Projeto Protejo percebi que existia muitas qualitativas. Inclusive, uma das metas do Protejo é a meta maior do Pronasci: Reduzir a violência na localidade. Vocês alcançaram essa meta? Se sim, como vocês comprovam?
- Existem indicadores vinculados a cada meta do Protejo? E meios de verificação pré-estabelecidos desde o Planejamento inicial?
- Quais os atores que planejaram as metas do Protejo?
- Sobre as metas planejadas e não alcançadas, o que vocês perceberam durante o processo de implementação? O que DIFICULTOU internamente para o alcance dessas metas?
- Quais foram os principais problemas que vocês enfrentaram no âmbito externo? Ou seja, quais as ameaças, as causas externas, que não estão sob o controle de vocês.

4- SOBRE A ORGANIZAÇÃO

- Existiu durante o ano, um Plano de ação, treinamentos, reuniões para aprendizados, acompanhamentos e avaliações com vocês educadores e equipe? Com quanta frequência?
- Como é desenvolvido o monitoramento e a avaliação do PRONASCI, e mais especificamente do Protejo? Existem instrumentais? Quais? Existe um método adotado ou próprio?

- Qual a participação da juventude no processo de monitoramento e avaliação do Programa/Projeto? Os jovens têm ciência da Meta Maior do PRONASCI?
- De todo esse processo, das dificuldades, das superações, desafios e conquistas, qual a “lição aprendida” sobre o Protejo/ Pronasci?
- Que recado vocês deixam para o Governo Federal (p/ Ministro da Justiça) sobre uma política eficaz de Segurança Pública IDEAL para a Juventude?